

Neste livro, Wladimir Pomar é o narrador de um momento único da história política brasileira, em que pela primeira vez os de baixo, liderados por Lula, ameaçaram a hegemonia das elites representadas por Collor na segunda e definitiva rodada eleitoral.

Quase lá é uma análise política e ideológica da campanha eleitoral de 1989, uma reflexão de classe, elaborada pelo coordenador nacional da campanha Lula Presidente. Na condição de quem viveu cada minuto da batalha de uma posição estrategicamente privilegiada, Wladimir Pomar narra o ziguezague, erros e acertos das forças envolvidas na disputa, tornando públicos aspectos e fatos que escaparam ou não chegaram ao conhecimento da imensa maioria dos eleitores e mesmo da militância petista.

O autor demonstra que o *Império* – o domínio dos muito ricos, das elites que tudo podiam – sofreu um abalo e viveu instantes de pânico diante de uma virtual vitória de Lula. Demonstra, também, que apesar da vitória de Collor este país mudou e passou por um processo de politização sem precedentes. A esquerda, liderada pelo PT e unida como nunca esteve, encostou o *Império* na parede.

As duas primeiras edições de *Quase Lá* foram publicadas em 1990. Esta terceira edição, comemorativa aos vinte anos da campanha de 1989, contribui para preparar o Partido dos Trabalhadores e demais forças da esquerda partidária e social para as eleições presidenciais de 2010, momento igualmente decisivo na história brasileira.

ISBN 978-85-62508-03-5

WLADIMIR POMAR

QUASE LÁ

WLADIMIR POMAR

QUASE

LÁ

Lula, o susto das elites

Página 13

Página 13

WLADIMIR POMAR

QUASE LÁ Lula, o susto das elites

3ª edição
São Paulo, 2009

Página 13

*Em memória de Maurício Nabor Meirelles,
companheiro generoso que contribuiu
com a sua garra e seu talento
para a beleza da campanha.*

Copyright®
Wladimir Ventura Torres Pomar

Produção e revisão dos originais da 1ª edição
Marcos Soares

Coordenação editorial
Valter Pomar

Capa
Isabel Carballo

Projeto gráfico
Cláudio Gonzalez

Diagramação
Sandra Luiz Alves

Pomar, Wladimir
Quase lá: Lula, o susto das elites /
Wladimir Pomar — São Paulo : Página 13,
2009.
176p.

ISBN 978-85-62508-03-5

1. Eleição presidencial – Brasil – 1989
2. Eleições – Brasil 3. Luiz Inácio Lula da
Silva 4. Partido dos Trabalhadores
5. Fernando Collor de Mello 6. Campanha
eleitoral I. Título

1ª edição: junho de 1990
2ª edição: junho de 1990
3ª edição: novembro de 2009

*Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser
reproduzida, sob qualquer forma, sem prévia autorização.*

Página 13
Rua Silveira Martins, 147 – conjunto 11
CEP 01019-000 – Centro – São Paulo /SP
www.pagina13.com.br

*Em primeiro lugar, dedico este livro ao
companheiro Lula, responsável maior pela
oportunidade de escrevê-lo. Mas quero dedicá-lo
também aos milhares e milhares de
companheiros anônimos, inclusive àqueles que
trabalharam no comitê nacional e nos comitês
estaduais e municipais da campanha, que
deram o melhor do que tinham para
transformá-la na maior mobilização popular
que o Brasil já conheceu. Eles não deram
entrevistas, em geral não foram notícia, nem
tiveram sua imagem transmitida pela tevê. Sem
eles, porém, não teríamos chegado quase lá.*

Índice

Justificando a aventura de contar 7

Um frio na espinha..... 9

1. Um sonho irreal 9
2. O susto dos raivosos 11
3. O susto dos nossos 16
4. Vontade e realidade 19

Descrenças e fatos 23

1. Uma longa história 23
2. Desmentidos pelos fatos 26
3. Esmagando as esperanças 31
4. Falência de um projeto 34
5. As estrelas contestadoras 36

Estratégia para ganhar 43

1. Momento favorável 43
2. O PT faz alianças, quem diria? 46
3. Um programa das maiorias 50

O Império não perdoa 59

1. Interesses divididos 59
2. O fim da trégua 63
3. Collor: uma estratégia de combate 72
4. No fundo do poço 80

Virando o jogo 83

1. Final de novela 83
2. Contra-ofensiva massiva 90
3. Vitória 97
4. Mídia, uma nave do Império 100

Armas desiguais 105

1. Compensando as fraquezas 105
2. Um episódio de audácia 113
3. Atrasados para a nova rodada 116

O Brasil já não é o mesmo..... 121

1. O Império joga sujo 121
2. As reservas estratégicas 129
3. Nem todos despertaram 135
4. Mitos derrubados 142
5. O choro do sonho desfeito 147
6. Um doce sabor de vitória 150

Créditos 155

Anexo 157

Sobre o autor 173

Justificando a aventura de contar

Como coordenador nacional da campanha *Lula Presidente*, tive a oportunidade de participar da mais séria e prolongada batalha que as classes trabalhadoras brasileiras já tiveram condições de travar pela conquista do poder.

É muito provável que, passado bastante tempo dos resultados finais das eleições de 1989, grande parte dos que se empenharam para que Lula fosse vitorioso não se tenha dado conta das implicações da campanha e de suas conseqüências para a sociedade em que vivemos. Nem sempre é possível perceber as dimensões do que estava em disputa, ou o verdadeiro pânico que tomou conta das elites ao entenderem, subitamente, que o metalúrgico barbudo poderia tornar-se Presidente. E, embora haja uma certa consciência da desigualdade das forças empenhadas no combate, nem os melhores analistas conseguem chegar perto da verdadeira desproporção de recursos e meios entre as duas principais candidaturas.

Apesar de tudo, porém, Lula quase chegou lá. Fazendo das fraquezas força e potenciando ao máxi-

mo seus pontos fortes, desmentiu as previsões de cientistas e analistas políticos, rompeu a barreira histórica dos 10% do eleitorado a que tradicionalmente estava confinada a esquerda brasileira em seus melhores momentos e, pela primeira vez em toda a história deste país, ameaçou o secular domínio exercido sobre a vida do Brasil pelos donos do dinheiro, das terras, da produção e do saber.

Vivi cada minuto dessa batalha de uma posição relativamente privilegiada. É por isso que me aventuro a contar um pouco do que presenciei, para que muitas das experiências das quais participamos no curso da campanha, positivas ou negativas, não se percam no tempo. Mesmo porque essa não foi a primeira, nem será a última luta em que os trabalhadores se empenham para conquistar uma nova sociedade. Assim, algumas das coisas que aqui vão escritas podem ser úteis para o futuro.

Para facilitar a leitura, adoto neste texto o método da transcrição livre, sem aspas (a não ser em casos polêmicos), dos trechos utilizados, indicando sempre a fonte e a data.

Um frio na espinha

A eleição é um longo e doloroso aprendizado, aprendizado para a democracia, caminho também, nessa nossa América invertebrada, para o purgatório. Houve também casos em que ela levou ao inferno.

Raymundo Faoro, *Isto É Senhor*,
27 de dezembro de 1989

1. Um sonho irreal

O Brasil é dominado, há séculos, por um Império de potentados. Com o passar do tempo, mudaram as vestimentas e os paramentos, modificaram-se as formas de dominação. Mas a dominação mesma, essa se manteve intocada e jamais ameaçada seriamente. Talvez por isso tenha se sedimentado nesse Império a arrogância dos que sempre vencem. Acostumaram-se a desprezar os dominados e os vencidos, subestimando suas lutas e projetos.

Talvez também por isso, ainda por cima respaldado nas análises de renomados analistas políticos, o Império nunca tenha levado a sério a possibilidade de o metalúrgico Luiz Inácio, o Lula, chegar ao segundo turno das eleições presidenciais e ameaçar, o que é pior, o candidato que se tornou o preferido do Império.

Em março de 1989, a revista *Veja* vaticinava que, mesmo nas eleições de 1988 – quando o PT e o PDT confeccionaram a mais larga votação que qualquer

sigla de esquerda jamais obteve na história das eleições brasileiras –, a maior parte do eleitorado foi às urnas dar seu apoio a candidatos conservadores. Dessa maneira, no momento em que Lula aparecia bem nas pesquisas de preferência eleitoral, *Veja* procurava tranquilizar o governador Newton Cardoso (PMDB), de Minas Gerais, para quem uma possível vitória do líder do PT causaria o caos a ser evitado a qualquer custo.

Na mesma linha raciocinava Armando Falcão, o antigo serviçal do regime militar, ex-ministro da Justiça de Geisel, que costumeiramente nada tinha a declarar quando os jornalistas lhe perguntavam alguma coisa. Para ele, a nação não iria optar por um analfabeto, do mesmo modo que a *Folha de S.Paulo*, em novembro de 1988, considerava que ao candidato a Presidente pelo PT faltava expressão nacional. Carlos Castello Branco, em sua tradicional coluna no *Jornal do Brasil*, apontava em março que a eleição de Lula continuava a ser uma previsão precipitada, enquanto Ricardo Fiúza, líder do PFL, augurava que Collor poderia levar já no primeiro turno.

E Julio Cesar Ribeiro, da Talent, uma empresa de marketing, lembrava na *Folha de S.Paulo*, em abril, que Lula não tinha chances por ter contra si o fato de ser de esquerda e lutar contra o conservadorismo do Brasil. Assim, com raras exceções, os cientistas e analistas políticos supunham que o candidato da Frente Brasil Popular jamais ultrapassaria generosos 12% das preferências e votos. Praticamente toda a imprensa alimentava seu fracasso e, ao emba-

lo das pesquisas de opinião, afundava no sonho de ver Lula eliminado na primeira rodada eleitoral.

Esse sonho virou quase certeza entre maio e setembro de 1989, período em que o candidato petista alcançou os mais baixos índices de preferência eleitoral. Mesmo durante a fase dos grandes comícios, em outubro, os jornalistas que cobriam a campanha da Frente Brasil Popular ouviam com um toque de descrença as previsões que fazíamos sobre seu crescimento. A revista *Veja* de 22 de novembro relembra que os pronunciamentos de Lula aos repórteres que o acompanhavam pelo país, confiante de que estaria no segundo turno, chegavam a provocar risadas na maioria deles.

Entretanto, ao contrário de todas as descrenças, o operário venceu inimigos e aliados bons de voto e mostrou que era irreal o sonho de vê-lo batido desde o início. Abriu um horizonte novo para sua classe aos transformar-se no primeiro trabalhador com possibilidades de chegar a Presidente da República do Brasil.

2. O susto dos raivosos

É verdade que alguns analistas mais sensatos haviam avisado ao Império os perigos que corria. Ney Lima Figueiredo, *expert* em marketing político e conhecido consultor da Febraban, sinalizava, no *O Estado de S.Paulo*, que a disputa presidencial iria ser uma leitura do estado de espírito do povo. Avisara que se a inflação explodisse, se a corrupção continuasse grassando, se os empresários continuassem

sem entender a gravidade da situação, a autoridade pública ficasse comprometida e os políticos do centro não abrissem mão de seus projetos pessoais, seria certo dar Lula ou Brizola na cabeça.

O doutor Roberto Marinho, o todo-poderoso dono da Rede Globo, também não nutria qualquer ilusão. Desde abril empenhara sua palavra numa grave convocação às elites, achando que ainda havia tempo para reverter o quadro a favor do Império. Em nome do que chamou de maioria da população não representada na arena política, cobrou dos líderes do PMDB e do PFL, isto é, dos responsáveis pela *Nova República* e pela transição conservadora, uma proposta séria e consistente que se materializasse numa candidatura de consenso, intérprete da vontade daquela chamada maioria. O doutor Marinho, como todo bom burguês, gostaria de falar por toda sociedade. Porém, diante da realidade, contentava-se em chamar às falas os principais representantes políticos de sua classe em nome de uma suposta maioria.

O poderoso chefe da Globo exigia, em editorial, um candidato de renovação, que não se enredasse em manchas e combinações inaceitáveis, que não fugisse dos temas controversos nem usasse de subterfúgios como sabedoria política e que possuísse uma abordagem moderna e otimista dos problemas brasileiros, devolvendo à nação o direito de sonhar com o futuro. Mais do que tudo, o doutor Marinho queria que esse candidato evitasse ao povo brasileiro a obrigação de escolher entre o que chamava de projeto caudillesco-populista (leia-se Brizola) e um outro sectário e meramente contestatário (leia-se Lula).

Na época em que publicou esse editorial em *O Globo*, o doutor Marinho sonhava com a candidatura de Quéricia. Mas independentemente disso, tinha claro que o centro de seu ataque deveriam ser as candidaturas de esquerda. Seu susto era tão vero que enviou ordens à sucursal da Rede Globo em Nova Iorque para não cobrir a visita de Lula aos Estados Unidos. Onde, porém, o susto dos raivosos se mostrou com maior desfaçatez, ainda nesse período de descrenças, foi em Paulo Francis. Para ele, verborrágico articulista da *Folha de S.Paulo* e comentarista da Rede Globo, Lula não seria eleito simplesmente por ser pobre, já que pobre em geral não vota em pobre. Não deixava por menos: se essa sua previsão sociológica de botequim furasse e Lula fosse eleito, então haveria golpe militar. Finalmente, como jogador de bicho que cerca o peru por todos os lados, vaticinava que se não houvesse golpe militar, então haveria guerra civil após a posse (*Folha de S.Paulo*, 6 de maio).

Isso que era susto vira paranóia com os resultados do primeiro turno. Formam-se três grandes grupos assustados e raivosos nas hostes do Império. Primeiro, o dos apavorados, que consideravam a vitória de Lula a completa quebra de autoridade, a porta aberta para invasões e desapropriações arbitrárias, o fim da democracia (da sua, é claro!) e a marcha batida para a posse coletiva das propriedades. Nesse grupo despontam Mário Amato, presidente da Fiesp, que ameaça abandonar o Brasil juntamente com 800 mil empresários, levando suas fortunas e capitais, e o tristemente famoso general Newton Cruz (aquele

do caso Baumgarten), que abre o jogo e afirma já estar conspirando para desestabilizar o governo, caso Lula vença.

O segundo grupo foi o dos atacados da síndrome do populismo, que previam na eleição de Lula aumentos salariais por decreto, congelamento de preços e cadeia para empresários a título de exemplo. Ironia ou não, com o governo Collor devem ter se submetido a tratamento intensivo para entender de onde veio o plano de estabilização econômica. O terceiro grupo era dos que sofriam da síndrome de obscurantismo, esperando da vitória lulista o confronto e não a negociação externa, a renegociação compulsória da dívida interna, a manutenção das reservas de mercado cartoriais, o acobertamento do inchaço de pessoal do governo, o choque heterodoxo com descaso pelo déficit público e o fim das privatizações com o alargamento das vantagens para as estatais.

Um metalúrgico na Presidência da República, como indicavam as tendências eleitorais, era uma perspectiva além de todas as contas e paranóias. O Conselho Superior de Orientação Política da Fiesp, outros agrupamentos de empresários, os mais altos e os mais baixos escalões do Império e a imprensa, que a todos representa, abriram as baterias, sem piedade, na mais estridente, facciosa, suja e caluniosa campanha a que já se assistiu na história dos meios de comunicação no Brasil.

Paulo Francis novamente deu o tom, chamando Lula de “besta quadrada” na edição da *Folha de S.Paulo* de 23 de novembro. Na mesma data, *O Estado de S.Paulo*, tão cioso em buscar qualquer desvio legal nos desafe-

tos, não faz qualquer comentário sobre crime eleitoral ao noticiar uma campanha de 27 grandes empresas comerciais contra Lula e seu programa de governo. O PT é acusado de pretender submeter a economia aos ditames da ideologia, de causar a explosão do dólar, dos juros e da inflação, assim como a queda das bolsas de valores. Os grandes jornais se lançam numa cruzada para demonstrar que Lula é um lobo em pele de cordeiro, um extremista, retrógrado, o caos, que tem ódio do Brasil e fome de poder. O manifesto da seita Tradição, Família e Propriedade (TFP), publicado na *Folha de S.Paulo* de 29 de novembro, parece coisa de criança se comparado ao terrorismo psicológico montado pelos meios de comunicação sobre os riscos de Lula tornar-se presidente desta terra descoberta por Cabral.

A histeria tomou conta do Império. Do sonho irreal da descrença nas possibilidades de Lula passam para o pesadelo e começam a acreditar nas próprias alucinações. As invenções assacadas contra Lula pelo medíocre candidato do PTB, Affonso Camargo, ainda em maio, acusando-o de partir para a radicalização, a violência e o quebra-quebra, ganham foros de veracidade, são repetidas sem parar por todos os que se agregaram, na sombra ou abertamente, à candidatura do Império no segundo turno. A opinião pública foi intoxicada por uma ofensiva permanente de intrigas e mentiras que jogaram no monturo qualquer vealidade ética.

O susto dos raivosos fez com que perdessem qualquer escrúpulo. A partir daí, Collor transformou-se no candidato ideal do Império.

3. O susto dos nossos

Mas não foram só os raivosos que se assustaram com a possibilidade de Lula chegar à Presidência. Os nossos também, quando simplesmente não descreiam de que ele pudesse ter chances de ser eleito.

Caetano Veloso, na revista *IstoÉ Senhor* de 28 de junho, acreditava difícil a vitória de Lula, enquanto o deputado Maurílio Ferreira Lima, do PMDB pernambucano, que teve uma participação vigorosa na campanha da Frente Brasil Popular, dizia ao *Jornal de Brasília*, em maio, que o candidato do PT não teria mais do que 10% a 11% do eleitorado nacional. Esse tipo de descrença influenciou, durante a campanha, muita gente boa. Mas não foi, sem dúvida, o que assustou aos nossos.

Estes perguntavam aos íntimos: e se Lula ganhar, como vai ser? Partiam do pressuposto de que o PT não sabia fazer aliança (apesar da existência da Frente Brasil Popular). E de que, no fundo, o PT era sectário e exclusivista (apesar do vice de outro partido), não tendo jogo de cintura nem gente competente em quantidade para governar. Apesar dos técnicos e intelectuais de primeiro time que estavam nos grupos de trabalho, tinham medo de que o governo Lula não fosse capaz de resolver o problema da governabilidade. Muito chegavam a exprimir abertamente a idéia de que o PT era muito bom na oposição, mas tinham dúvidas quanto a ter a mesma performance no governo.

É engraçado como os argumentos dos representantes letrados e iletrados das elites penetram fun-

do. Como se pode acreditar, depois de tantos governos calamitosos dirigidos pelos potentados do Império, que estes têm capacidade para governar e os trabalhadores não? Sem querer, esses argumentos são assimilados a tal ponto que muitos daqueles que apoiavam Lula acreditaram nas jogadas armadas contra o candidato do PT e da Frente Brasil Popular e se assustaram com a possibilidade de serem verdadeiras as acusações.

Quantos não acreditaram que a subida do dólar e dos juros se devia realmente ao crescimento de Lula nas pesquisas? Quantos não se convenceram de que Lula no governo iria mesmo estatizar tudo? E quantos não desistiram de votar no candidato-trabalhador por crer que ele iria dar o calote na poupança ou tirar a terra dos pequenos proprietários?

Não foram poucos os que se deixaram abalar pelas acusações levianas de que o senador Bisol, vice da chapa de Lula, seria corrupto. E uma faixa considerável da classe média acabou aceitando a acusação de que o PT era composto por um bando de patrulheiros que não dava liberdade a ninguém. O incidente com a atriz Marília Pêra, ocorrido no dia 12 de setembro, durante a passeata que se deslocou da Praça da Sé para a Avenida Paulista, em São Paulo, talvez seja o que melhor ilustra essa situação. Ao passar em frente ao teatro em que aquela atriz representava uma peça, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, a multidão vaiou e expressou em palavras sua discordância com a escolha eleitoral feita por ela. Isso serviu para uma campanha orquestrada, em que aquela multidão foi acusada de agredir a atriz e

de realizar patrulhamento ideológico e político contra os adversários.

Inúmeros editoriais, matérias pagas e noticiários alimentaram durante dias e dias a onda de solidariedade à artista. Mesmo alguns intelectuais e artistas comprometidos com a candidatura Lula sentiram-se na obrigação de vir a público condenar a “violência” contra Marília Pêra e exigir que os petistas se comportassem com civilidade. Nem se deram conta de que o incidente servira somente como pretexto para introduzir uma cunha no setor artístico e intelectual, sem dúvida onde a candidatura Lula estava solidamente enraizada, pelas propostas democráticas e participativas que apresentava para a cultura. E, bem vistas as coisas, foram justamente os artistas e intelectuais que apoiavam Lula que passaram a ser patrulhados pela maciça campanha na imprensa.

O que aconteceu na realidade? Todos sabem que Marília Pêra fazia propaganda aberta de Collor em seu espetáculo teatral. Esse era um direito seu, democrático, e ninguém podia impedir que ela o fizesse. Entretanto, por que a multidão não tinha o mesmo direito democrático de se manifestar contra a opção dela e a favor de outra alternativa? Por que é patrulhamento manifestar desagrado a alguém e não é patrulhamento a enxurrada de matérias contra os intelectuais e artistas petistas? Infelizmente, para alguns a democracia só é boa quando lhes serve, mas não aos outros.

O susto dos nossos, mais do que o dos raivosos, é a prova provada do doloroso aprendizado da democracia.

4. Vontade e realidade

O nosso aprendizado da eleição presidencial começou no final de 1987, durante o 5º Encontro Nacional do PT, em Brasília. Hoje, relendo os documentos sobre a candidatura Lula e a linha geral das alianças, discutidos e aprovados naquele Encontro, nos espantamos de que nossas previsões estivessem relativamente corretas. Mas também constatamos que nossa compreensão sobre o caráter da disputa que iríamos travar, sobre a natureza do governo que pretendíamos e sobre as possibilidades de nossa vitória sofria de lacunas sérias.

Sobre as possibilidades de vitória, em especial, nossa descrença era considerável. Na primeira reunião da direção nacional, no início de 1988, convocada para estudar a estratégia da campanha, Djalma Bom (então um dos coordenadores da campanha) e eu apresentamos um texto no qual dizíamos explicitamente que havia condições reais para ganhar e que este deveria ser o objetivo fundamental de nossa campanha. Argumentamos que não se tratava apenas de marcar posição através de uma candidatura própria ou de aproveitar as eleições para difundir o programa partidário, realizar a denúncia da situação social e econômica vivida pelo país e acumular algumas forças para embates futuros. O momento era favorável para fazer tudo isso na perspectiva de vencer e assumir o governo, definição que tinha implicações importantes nos demais dispositivos de nossa estratégia eleitoral, no programa de governo e nas táticas que deveríamos adotar.

A maioria dos presentes foi muito educada conosco, mas deu a entender que éramos triunfalistas e tínhamos objetivos ambiciosos demais para nossas forças. Reiterou que deveríamos evitar a tendência de apresentar nosso desejo como se fosse a realidade e nos lembrou que o inimigo jamais permitiria que chegássemos tão longe. Outros argumentos foram alinhados e alinhavados, com origens e fundamentos distintos, mas todos para concluir que não estavam dadas as condições para uma vitória eleitoral do Lula.

Na ocasião fiquei teimosamente entre a minoria que acreditava nas condições favoráveis para um êxito eleitoral. Mas confesso que alguns indicadores não batiam muito com essa análise. A candidatura Lula não funcionou como instrumento de mobilização para a conquista das diretas em 1988, como pensávamos. A indiferença da população era angustiante e só mudou em novembro, no final da campanha eleitoral municipal. Porém, mesmo nossas vitórias nessas eleições, confirmando a tendência de crescimento da esquerda, não puderam ser consideradas como testes decisivos para nossa hipótese, já que não contavam com a aferição do fator principal: a preferência pelo próprio Lula.

Por tudo isso, quando voltamos a discutir a campanha *Lula Presidente* em dezembro de 1988, evitamos colocar expressamente o objetivo ganhar no novo documento sobre a nossa estratégia eleitoral. É verdade que essa perspectiva esta implícita no espírito do texto. Afinal, os resultados das urnas haviam sinalizado mais claramente que o PT e as forças de es-

querda estavam num momento favorável de sua trajetória. Mas é possível que tenhamos cometido um erro ao não haver dado maior transparência àquele objetivo, embora nossa estratégia fosse para ganhar.

No curso da campanha, a dúvida na vitória influiu negativamente na vontade de vários militantes e dirigentes. A ação para mudar a realidade só funciona com destemor quando existe clareza de qual é o objetivo e confiança na viabilidade alcançá-lo. É provável que agíssemos com mais afinco para resolver alguns de nossos problemas estruturais se estivéssemos mais convencidos de nossas possibilidades.

É verdade que quando as possibilidades não existem, nossa simples vontade e determinação transformam-se em voluntarismo. Mas quando as condições estão dadas, a vontade é instrumento fundamental para transformar a realidade. Apesar de tudo o que realizamos, talvez tenha faltado uma pitada maior dessa vontade em nossa ação. A tradição de descrença na força dos trabalhadores e na sua capacidade ainda pesa consideravelmente nas mentes e nos corações de muitos de nós.

Apesar disso e do fato de que o Império das elites mais uma vez saiu vencedor, pela primeira vez na história do Brasil ele teve que se confrontar diretamente com a esquerda unida e conquistou a vitória por uma rele diferença de 5%, ou quatro milhões de votos num total de 82 milhões. Convenhamos, um grave motivo para dores de cabeça generalizadas. Ou para um bom frio na espinha.

Descrenças e fatos

*Ainda hoje há aqueles que ousam
dúvidar da capacidade de organização
política dos trabalhadores.*

Lula, 1ª Convenção Nacional do PT, 1981

1. Uma longa história

As descrenças que cercaram a candidatura Lula à Presidência da República, mesmo aquelas deliberadamente induzidas para impedir que ampliasse sua base de sustentação, têm uma longa história. De pelo menos 10 anos, para não ir muito longe. Elas revelam o desprezo com que as elites do Império, as elites proprietárias, dominantes e pensantes deste país, sempre encararam a capacidade dos trabalhadores. Vale a pena lembrá-las, mesmo de forma sucinta.

Quando a classe trabalhadora voltou a ocupar seu espaço na vida social, no final da década de 70, e destacou Lula como liderança, poucos acreditaram que ela fosse capaz de enfrentar o embate com a ditadura. Afinal, após o golpe militar de 1964 os trabalhadores pareciam haver se conformado com a realidade do *Brasil Potência* dos militares e desistido de lutar. Executando-se as escaramuças de Osasco e Contagem, em 1968, os assalariados industriais não tiveram destaque nessa luta por um

longo período. As autoridades militares conseguiram impingir dirigentes pelegos à maioria dos sindicatos e o Império parecia tranqüilo com seu flanco trabalhista.

Assim, quando pipocaram as operações tartarugas e, depois, as greves sob a liderança daquele torneiro-mecânico barbudo que presidia o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, os donos do dinheiro se assustaram um pouco, mas pensaram superar as dificuldades e evitar outros desdobramentos. Acostumados a tratar com os pelegos de plantão, não supunham estar tratando com um novo tipo de sindicalista, nem que ele pudesse resistir a bons restaurantes, presentes e salões acarpetados. Numa cuidadosa operação de marketing, elogiaram o quanto puderam o espírito sindicalista e o apoliticismo do metalúrgico e tudo fizeram para ganhar as suas boas graças.

Também jamais acreditaram que a luta sindical fizesse despertar a consciência política. Conformavam-se em aceitar, pelo menos por algum tempo, lideranças sindicais autênticas e independentes, desde que ficassem longe da política, essa coisa suja que só eles, os barões do Império, consideravam-se capazes de manipular sem perder a honra. Por isso, sentiram-se traídos quando o metalúrgico Lula, que não queria nada com política, descobriu que sem fazer política os trabalhadores jamais conseguiriam algo consistente – e resolveu fundar um partido, ainda mais um partido de trabalhadores.

O sentimento da confiança traída transformou-se depois na esperança de que os trabalhadores, os sin-

dicalistas e os intelectuais que haviam se jogado na empreitada de fundar o Partido dos Trabalhadores não conseguiram atender às exigências da legislação para legalizar o partido. Descrentes eles próprios e conhecedores da força da descrença, espalharam a idéia de que o PT não conseguiria implantar-se nacionalmente, pois era um fenômeno eminentemente paulista e, pior, da região ao ABCD.

Mais tarde patrocinaram a idéia de que o partido implodiria em virtude das disputas internas. Acostumados a assistir e estimular as divisões na esquerda, consideravam impossível que o novo partido, formado por sindicalistas sem experiência política e militantes oriundos das mais diferentes experiências derrotadas de luta contra a ditadura militar, além de ativistas religiosos, pudesse se sustentar nas pernas. Por isso, difundir de forma amplificada qualquer pendência interna do PT passou a ser um dos pontos de pauta mais importantes da imprensa burguesa em todo o país. Alguns jornais, como o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, e *O Globo*, especializaram-se em criar e difundir boatos a respeito de brigas intestinas do PT.

No episódio da escolha, pelo Congresso, de Tancredo Neves para Presidente da República, previram o fim do PT por sua posição intransigente contra a ida ao Colégio Eleitoral. O partido parecia remar contra a corrente da enchente popular, que via em Tancredo a solução de seus problemas e do país. Três deputados negaram-se a cumprir a determinação do PT e foram expulsos. Outros filiados abandonaram o partido em solidariedade aos três. Parecia não haver

quem pudesse impedir a desagregação do Partido dos Trabalhadores.

Esse tipo de crença ou descrença repetiu-se nas eleições de 1986. O Plano Cruzado fora preparado e alongado, entre outras coisas, para permitir uma vitória avassaladora dos partidos do governo, o PMDB e o PFL, esses partidos que se parecem cada vez mais com o PDS da Velha República, sempre por cima e nas tetas do poder. Não era possível que o partido de Lula, declaradamente contra o Plano Cruzado, pudesse eleger bancadas consistentes para a Constituinte e as assembleias estaduais.

E nas eleições municipais de 1988 não davam qualquer crédito à possibilidade de o Partido dos Trabalhadores reconquistar sequer a Prefeitura de Diadema. Eleger prefeitos em algumas capitais e cidades importantes não passava, para a maioria dos analistas políticos do Império, de um delírio petista.

Não é estranho, pois, que durante um longo período as elites do Império tenham continuado a imbuir-se de suas descrenças em relação à capacidade dos trabalhadores e se enganado quanto às potencialidades da candidatura presidencial de Lula.

2. Desmentidos pelos fatos

Já faz parte da história o fato de que as greves dos trabalhadores do ABCD paulista colocaram a ditadura contra a parede e aceleraram o processo de abertura política do regime militar. Aos trabalhadores, fundamentalmente a eles, se deve a desmontagem dos planos de distensão lenta e gradual da dita-

dura, planos que pretendiam manter intocados os privilégios e os mesmos grupos no poder.

É verdade que Lula não via inicialmente a relação entre a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho e a luta política, do mesmo modo que não relacionava a participação política desses trabalhadores com a criação de um partido que fosse sua expressão de classe e os representasse na disputa política. Em 1979 ele reconheceu que até 1977 era um dirigente apolítico e só com as greves pôde sentir a necessidade de participação política.

Percebeu que os dois campos estavam muito ligados e, por isso, passou a considerar importante criar talvez não um, mas vários partidos políticos. E decidiu participar de forma mais ativa no projeto de construção de um partido dos trabalhadores.

O processo de construção do PT não foi fácil, mas os fatos também desmentiram todas as previsões e todos os descrentes. Fundado oficialmente em 1980 e com registro provisório, o PT enfrentou em 1982 seu primeiro teste eleitoral. Apostando na perspectiva de que trabalhador deveria votar em trabalhador, pretendia conseguir a porcentagem nacional dos votos (5%) que lhe permitiria o registro definitivo. Obteve 3,1% dos votos e um perfil eleitoral muito desequilibrado: 88,8% dos seus eleitores na região Sudeste; 2,0% na região Norte; 1,0% na região Centro-Oeste; 4,2% no Sul; e 4,0% no Nordeste. Isso parecia validar a incredulidade da burguesia. No entanto, o PT elegeu o prefeito de Diadema e só não elegeu o de São Bernardo do Campo porque a sublegenda deu maior quociente eleitoral do PMDB. Ainda colocando

num plano muito secundário sua atuação parlamentar e com quase nenhuma experiência eleitoral, o PT demonstrava potencialidade inesperada.

Evidentemente o PT enfrentava o problema da fusão, num único partido, de correntes de oposição com experiências políticas muito variadas. Todas elas possuíam, e em alguma medida ainda possuem, vícios de origem, concepções ideológicas e políticas e práticas diferentes. Vistas as coisas somente por esse ângulo, muito dificilmente elas conseguiriam unificar-se de forma mais consistente. Entretanto, em sua maioria, elas tinham em comum alguns pontos importantes. Havia enfrentado um mesmo inimigo nas duras condições da ditadura militar e haviam sido derrotadas por ele de diferentes formas. Além disso, foram atraídas positivamente pelo despertar da luta dos trabalhadores e pela fundação do PT e se dispuseram a reavaliar sua experiência histórica a partir de suas derrotas e das novas condições enfrentadas pela classe trabalhadora brasileira.

Mais do que tudo, a presença no PT de um contingente maior de militantes oriundos dos movimentos sindical e popular fez com que grande parte dessas correntes se desse conta de que as questões políticas não poderiam ser revolvidas por métodos administrativos. Seria necessária uma longa convivência democrática, marcada por experimentações práticas no movimento social e político, para superar vícios e concepções atrasadas e unificar posições que correspondessem às características do PT como partido de massas. Esse leito de vida democrática, ao qual a burguesia brasileira não se adapta, embora

viva enchendo a boca com a palavra democracia, tem sido o fator determinante que permite ao PT um processo permanente e cada vez mais avançado de unificação política, convivendo ao mesmo tempo com uma constante luta interna de opiniões. No dia em que não existirem, dentro do PT, divergências de opinião e as condições para debatê-las, ele será um partido morto. Este é mais um fato.

O PT também não acabou quando decidiu não comparecer ao Colégio Eleitoral e colocar-se contra o Plano Cruzado. É verdade que o plano do ministro Funaro reacendeu as esperanças da população e fez com que grande parte do eleitorado acreditasse no que o governo e seus partidos de sustentação afirmavam. Mesmo assim, o PT elegeu uma bancada de 16 deputados constituintes e 39 deputados estaduais, dobrando a sua votação em relação a 1982: 6,2% dos votos válidos de todo o país.

Deve-se lembrar que, em 1986, o Partido dos Trabalhadores foi obrigado a enfrentar, além do engodo do Plano Cruzado, uma série de provocações que visavam desestabilizá-lo e prejudicar seu desempenho nas urnas. Em abril, tentaram implicar o partido no assalto a uma agência bancária em Salvador; em julho, a Polícia Militar de São Paulo matou dois jovens trabalhadores em Leme e procurou incriminar deputados do PT como autores do assassinato; e, durante todo o ano, moveram uma campanha sem trégua contra a prefeitura petista de Fortaleza, eleita em 1985.

Mas foi nas eleições municipais de 1988 que o Partido dos Trabalhadores contrariou todas as previ-

sões e confirmou sua tendência de crescimento como partido nacional de massas. Elegeu 36 prefeitos, incluindo os de capitais tão importantes como São Paulo, Porto Alegre e Vitória, e 1.050 vereadores. Teve votação em mais de 80% dos municípios brasileiros e conquistou 28,8% dos votos das 100 maiores cidades do Brasil. Comparativamente às eleições municipais de 1985, o PT voltou a dobrar sua votação.

Esses fatos não só jogavam por terra o descrédito em relação ao PT. Mostravam que o Império burguês, ao desprezar os trabalhadores e o partido que mais se esforça em representar seus interesses, desconhecia a evolução interna da política petista, seu avanço em relação a programas de governo e política de alianças. Desconhecia tanto o crescimento que pode ser medido pelo desempenho eleitoral, quanto aquele relacionado com a integração nas lutas sociais e políticas dos trabalhadores e do povo brasileiro.

No seu preconceito míope, o Império não mediu o significado real da participação do PT no processo de unificação do movimento sindical através da fundação da CUT, em 1983, na luta pelas diretas, em 1984, em todas as lutas reivindicatórias, democráticas e progressistas dos trabalhadores e demais camadas da população. Nem chegou a vislumbrar que todos esses fatos representavam a demonstração real do crescimento do Partido dos Trabalhadores, um partido que, como dizia Lula em 1981, era “um menino que nasceu contra a descrença, a desesperança e o medo”.

3. Esmagando as esperanças

As elites do Império têm, em parte, razão em suas descrenças. Durante quase 500 anos elas se acostumaram a esmagar qualquer esperança de ascensão dos oprimidos.

Para implantar-se no Brasil, os conquistadores portugueses escravizaram e mataram milhões de índios. Alguns jesuítas, como o padre Antonio Vieira, denunciaram o massacre levado a cabo pelas festejadas *entradas e bandeiras* e calcularam em mais de 4 milhões de nativos mortos de diferentes maneiras pelos colonizadores. Depois, para fazer funcionar seus engenhos de cana-de-açúcar e suas criações de gado, os senhores da terra importaram escravos africanos que eram dizimados no trabalho brutal dos eitos e fornalhas. Quantos milhões de negros africanos adubaram o solo fértil do Brasil, assassinados no trabalho ou no pelourinho por um regime que durou quase quatro séculos, indo quase ao limiar deste século XX?

Mais tarde, já na República, os sentimentos pelo direito à terra e à vida dos lavradores pobres foi constantemente esmagado pelos latifundiários. Canudos, a cidadela camponesa governada por Antonio Conselheiro, na Bahia, no fim do século passado, não teve sobreviventes, não é mesmo? Quantos trabalhadores rurais morreram assassinados por jagunços e pela polícia em 100 anos de República? Quem se preocupou em contá-los, já que sempre valeram tão pouco para os poderosos?

Quem não se lembra como as reivindicações operárias por melhores salários e condições de vida eram

tratadas como crimes e casos de polícia ainda há tão pouco tempo? Cada direito, cada reivindicação, cada avanço nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores brasileiros foi arrancado com esforço, suor e sangue. As elites do Império jamais concederam nada de bom grado, jamais fizeram qualquer concessão, por menos que fosse, sem apelar para a mentira, para o engodo e para a força bruta.

Mesmo quando brigaram entre si para viabilizar um ou outro projeto político de suas diferentes alas, como em 1891 (Florian Peixoto), 1930 (Insurreição Liberal), 1954 (Juscelino Kubitschek) ou em 1964 (golpe militar), as elites sempre fizeram com que as classes subalternas pagassem a conta por apoiar um dos lados. Elas, ao contrário se reconciliavam e continuavam dividindo entre si os frutos da riqueza produzida pelos trabalhadores. Em particular após 1964, desenvolveram o mais persistente e torpe projeto de espoliação da terra e do homem brasileiros.

O processo iniciado com o golpe militar de 1964 gerou profundas transformações na sociedade brasileira. Os governos militares abriram ainda mais as portas do Brasil ao capital estrangeiro. Garantiram aos empresários daqui e de fora as condições para auferirem grandes lucros, arrochando os salários, mantendo baratas as matérias primas e construindo com o dinheiro público a infra-estrutura de energia, transportes e comunicações. Transformaram o Brasil num paraíso para as multinacionais que aqui se instalaram.

O país se industrializou, dando ensejo à formação de uma vasta classe trabalhadora que passou a se

concentrar nos grandes centros. Milhões de pequenos produtores rurais foram forçados a abandonar suas terras próprias ou arrendadas e migrar para as cidades, tornando-se operários industriais ou bóias-frias. O campo também se modernizou. Máquinas agrícolas e novas culturas devoraram as pequenas propriedades e fizeram crescer ainda mais o já imenso latifúndio.

O Brasil hoje se orgulha de produzir quase tudo que a indústria pode fazer: carros, navios, aviões, foguetes... Orgulha-se também de possuir uma das elites mais ricas do mundo, ao lado dos donos das multinacionais. Antonio Ermírio de Moraes, da Votorantim, Amador Aguiar, do Bradesco, Sebastião Camargo, da Camargo Correa, Roberto Marinho, da Rede Globo, Olacyr de Moraes, da fazenda e banco Itamaraty e outros que nem gostam de aparecer são donos de fortunas de bilhões de dólares e vivem uma vida que os mortais comuns não conseguem nem sonhar.

Mas os brasileiros se envergonham da miséria em que vive a maior parte de sua população. Oitenta milhões ou mais passam fome permanentemente, não têm moradia decente, não podem comprar quase nada porque não possuem poder aquisitivo. Os trabalhadores que constroem e operam as fábricas, os navios, as máquinas, que produzem bens e alimentos, não têm chances de possuir quase nada do que produzem.

O *Brasil Potência* que os militares e seus tecnocratas haviam prometido com seu projeto de modernização do país, fazendo o bolo da riqueza crescer

para depois dividi-lo entre todos, só trouxe sofrimentos à maioria. Para implantá-lo, acabaram com a democracia, que já era pouca, impuseram a ditadura, prenderam, torturaram e mataram opositores, proibiram greves, alastraram a corrupção e garantiram sua própria impunidade. O bolo cresceu, e muito, mas só uma minoria pôde comer dele, a minoria das elites – a de sempre.

Para a maioria, nem migalhas sobravam. Na região do ABCD paulista, por exemplo, onde se concentraram as principais indústrias de automóveis, implantou-se também uma das maiores concentrações de favelas do país. Mais de 40% da população local vegeta nesses aglomerados, onde a violência urbana causa dois homicídios diários, em média, mostrando um dos aspectos mais dolorosos da face podre do *Brasil Potência* legado pela ditadura militar.

4. Falência de um projeto

Diante dos resultados desastrosos da construção do *Brasil Potência*, o descontentamento se alastrou, apesar da repressão militar e policial. No início silenciosamente, procurando as brechas e recuos do próprio regime. Embora tivesse derrotado todas as tentativas de resistência armada, o sistema implantado pelos militares e pelo grande capital esgotava-se. As eleições de 1974 foram a primeira grande oportunidade para que a crescente oposição popular e democrática impusesse uma derrota ao Império.

É preciso reconhecer que as elites tudo fizeram para montar um novo projeto que lhes permitisse

manter a situação que desfrutavam. Procuravam ganhar tempo, conseguiram bilhões de dólares emprestados para continuar expandindo a economia e tentaram promover uma abertura política a mais lenta, gradual e controlada possível, usando e abusando dos casuísmos. Mas só conseguiram aprofundar ainda mais a crise estrutural do país.

O indicador mais palpável do fracasso dessas elites e de seu Império, com todos os empresários, militares e cientistas sociais que fazem parte dele, foi justamente a vitalidade com que os trabalhadores voltaram à cena. Entre 1974 e 1976 eles haviam ensaiado sua força nas operações tartarugas, exigindo reposição salarial e negociando diretamente com os empresários. Em maio de 1978, 50 mil metalúrgicos da indústria automobilística desafiaram abertamente a proibição ditatorial e o medo conformista e entraram em greve. Conquistaram não apenas aumentos salariais, mas também a diminuição da jornada de trabalho para 44 horas semanais e o direito de constituir comissões de fábrica.

A partir daí o movimento dos trabalhadores ganhou novo alento e ultrapassou os limites das greves econômicas por aumentos salariais. Exigiu liberdade e autonomia sindical e liberdades políticas, resistiu às intervenções do governo militar em seus sindicatos e enfrentou a repressão aberta das forças políticas. E foi mais longe, articulando uma participação política mais ativa através da formação do Partido dos Trabalhadores e de sua ação para dar fim ao regime militar, conquistar eleições diretas para a Presidência da República e eleger uma Constituinte.

O império, porém, não só fracassou em seu projeto *Brasil Potência* como acumulou uma série de desatinos na condução da transição para um novo projeto. Não permitiu as eleições diretas e impôs ao povo a conciliação de cúpula, a “transição transada” do Colégio Eleitoral; montou o grande engodo do Plano Cruzado para vencer as eleições constituintes de 1986 e impingiu um mandato de cinco anos para Sarney em troca de favores mesquinhos; sustentou o *Centrão* parlamentar como tropa de choque conservadora para impedir conquistas democráticas e populares na Constituição; chegou a chamar até o moderado senador Covas de incendiário vermelho, por ter sido um dos que se opuseram ao aventureiro despreparado e reacionário Caiado, e impediu a reforma agrária, levando o país a um retrocesso em matéria de direito e política agrária.

Nessas condições, com um Império refratário a mudanças, aos trabalhadores só restava o caminho de reconquistar, além do direito de greve e de manifestação, o direito à cidadania. Cada vez mais ocuparam as ruas, as praças e os estádios. E fizeram brilhar com intensidade as estrelas que atestavam, mais do que tudo, o fracasso do Império e sua própria força de classe: a liderança operária de massas Lula e o Partido dos Trabalhadores.

5. As estrelas contestadoras

Filósofos antigos já haviam notado que a história cria suas próprias necessidades e problemas e os personagens e instrumentos que devem supri-los e

resolvê-los a favor de um ou outro segmento social. Às vezes destaca personalidades medíocres, em qualquer dos lados, se não encontra alguém à altura. Lembremos do exemplo recente de Sarney, como representante do Império, para levar a cabo a transição do regime militar para o civil. Outras vezes, porém, a história encontra alguém talhado para enfrentar os desafios postos pela vida social. Assim foi com Winston Churchill, para a burguesia inglesa, ou com Ho Chi Min, para os trabalhadores vietnamitas, durante a 2ª Guerra Mundial.

Esse também é o caso de Lula, a quem coube desempenhar o papel maior de liderança de classe dos trabalhadores brasileiros neste momento histórico. Ele é fruto do processo de industrialização sofrido pelo Brasil durante o período militar, processo que concentrou na região Sudeste, em particular em São Paulo, mais da metade do produto industrial do país. Milhões de trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras desde a década de 50, deslocando-se para as cidades do Sul-Sudeste para atender a demanda de mão-de-obra das empresas nacionais e estrangeiras que se instalavam, beneficiadas por incentivos fiscais, creditícios e cambiais.

Esse processo subverteu completamente a relação entre a população rural e a urbana. Na década de 50, apenas 36% dos brasileiros viviam nos centros urbanos. Em 1980, 70% encontravam-se nas cidades, contra 30% nas zonas rurais. E da população economicamente ativa das cidades, mais de 15% trabalhavam nas indústrias, como Lula nos anos 60.

A classe trabalhadora sofreu, assim, uma profun-

da transformação. Grande parte dela, a maioria, jamais tivera contato com a vida fabril e com o movimento operário. Antes de meados dos anos 70 nunca passara pela experiência da greve e do enfrentamento com a repressão direta do poder de Estado. Assim, era baixo o seu nível médio de consciência de classe. Seu despertar dependia da passagem por uma série de experiências de lutas imediatas.

Por outro lado, com as organizações políticas que procuraram expressar seus interesses completamente destruídas pela repressão ditatorial, a classe trabalhadora possuía como maior referência os sindicatos. Nessas condições, a probabilidade maior era que justamente daí surgisse uma nova liderança, uma liderança que tivesse, ao mesmo tempo, sensibilidade para captar e entender os sentimentos desse trabalhador urbano de perfil semi-rural, sabendo falar ao seu coração, e dirigir a transformação objetiva da luta econômica dos trabalhadores em luta política, colocada na ordem do dia pela situação brasileira.

Não é estranho, assim, que Lula surja primeiro como sindicalista avesso à política, expressando fielmente o sentimento e a mentalidade predominantes em sua classe. Ao projetar-se à frente das greves do ABCD, Lula é a demonstração viva da ruptura com o arrocho salarial e com o servilismo sindical, mas também com a oposição frouxa dos políticos consentidos que diziam não concordar com o regime militar, mas se submetiam a seus planos e cronogramas. As lutas operárias e populares, as greves e os confrontos com o regime, politizaram os trabalhadores e conduziram Lula e parte conside-

rável da nova safra de sindicalistas a entender, rapidamente, que política não é igual a politicagem. Daí a enfrentar o desafio de fundar e construir um partido de trabalhadores foi um passo. Porque o Lula necessário para a história de luta de libertação dos trabalhadores brasileiros é o Lula político-partidário, o Lula que supõe a existência de um partido dos trabalhadores.

Evidentemente, Lula continuou mantendo suas características pessoais básicas, especialmente sua sensibilidade para sintonizar-se com os sentimentos, os humores, as aspirações e a disposição dos trabalhadores. Mas, com o anúncio da criação do Partido dos Trabalhadores, em comício no Rio de Janeiro, em outubro de 1979, a estrela do Lula passa a confundir-se cada vez mais com a estrela do PT.

O Partido dos Trabalhadores é outro instrumento talhado pela história para enfrentar os desafios colocados ante os trabalhadores brasileiros. Ele surge tanto do fracasso do projeto *Brasil Potência* idealizado pelas elites, quanto do fracasso das diferentes resistências ao regime militar, armadas e não-armadas, empreendidas na segunda metade dos anos 60 e no início da década de 70. E surge, também, das novas formas de resistência democrática, popular e operária que se forjam no período.

Aproveitando as brechas legais abertas pelo próprio regime militar, as lideranças sindicais e populares, que tinham consciência de que era preciso criar um partido de trabalhadores, agem com audácia quando a ditadura se vê obrigada a realizar a reformulação partidária de 1979, na pretensão de dividir

a oposição em virtude dos resultados eleitorais de 1974 em diante. É interessante notar como a manutenção do calendário eleitoral pelo regime militar, objetivando dar-lhe uma aparência democrática (incrível como a burguesia “acredita” que eleição é igual a democracia), volta-se contra ele à medida que a oposição cresce. Nessas condições, a tentativa de dividir a oposição, até então aglutinada artificialmente no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na verdade mais parece um tiro pela culatra: acelera a desagregação do regime, coloca na ordem do dia o direito à livre organização partidária e apressa a democracia.

A formação do PT, assim como a do PDT em represália ao PTB fisiológico de Ivete Vargas, é uma cunha na reformulação partidária pretendida pelos militares e representa de imediato um embaraço nos planos de distensão e abertura do regime. Algo começava a fugir-lhes do controle. Pior, não era algo dentro de seu campo, como o Partido Popular (PP) de Tancredo Neves. Em particular no caso do PT, era algo incontrollável, que parecia não dar bola para o fato de que a ditadura ainda estava viva e que, desde o seu nascimento, já afirmara abertamente, para quem quisesse ouvir, que pretendia construir uma nova sociedade, contra o capitalismo implantado pelo regime dos militares.

O PT já nascia contestador e só poderia ter, em contrapartida, má vontade, boicote e sabotagem. Em novembro de 1981 o governo Figueiredo impõe um conjunto de novas regras eleitorais que determina o voto vinculado em todos os níveis nas eleições de

1982. O mecanismo do voto vinculado tornava nulos os votos dados a legendas diferentes, obrigando os eleitores a votar para vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e governador em candidatos de um único partido. Com isso, o governo pretendia evitar a vitória da oposição, então formada por mais de um partido, e inviabilizar a agremiação partidária que estava fora das previsões dos estrategistas do Planalto, o PT.

Da esquerda tradicional e dos progressistas também surgiam restrições ao PT, acusando-o de divisionista e desmerecendo suas possibilidades de legalização. Não acreditavam que o partido fosse capaz de implantar-se no número mínimo de nove estados exigido pela legislação do regime, nem que pudesse conquistar a votação porcentual imposta. A cada passo em sua consolidação o PT vê recrudescerem os ataques; a cada dificuldade, a cada derrota temporária, a cada erro, vê crescerem as vozes da descrença e a difusão da idéia de que não teria futuro.

O PT atrai o ódio e o rancor das elites do Império e de seus representantes na imprensa, no parlamento, no Judiciário e no governo. Não por acaso, é lógico. Ao construir-se como partido e apresentar um projeto alternativo de sociedade, socialista e democrático, o PT desfere um golpe de morte nas formas tradicionais através das quais as elites mantinham seu domínio. Já não lhes é possível obrigar os trabalhadores e o povo a escolher entre dois projetos de alas diferentes do próprio Império: os oprimidos passam a ter a oportunidade de optar por um projeto que represente verdadeiramente seus interesses.

A enganosa conciliação nacional tradicionalmente promovida pelas elites dominantes está em perigo. Os trabalhadores possuem um partido seu, formado por centenas de milhares de Lulas, além do Lula que sobressaiu ofuscando aos demais, mas fazendo renascer a esperança num projeto de sociedade antagônico ao projeto capitalista. Esta é uma força que tem raízes profundas nos interesses e aspirações populares e nacionais.

Estratégia para ganhar

A partir de um programa da classe trabalhadora para conquistar o poder, dirigir o país e iniciar a construção do socialismo, o PT tem então que assumir uma política de alianças para o Brasil de hoje.

PT, 5º Encontro Nacional, dezembro de 1987

1. Momento favorável

O Partido dos Trabalhadores, em pouco menos de 10 anos, passou por inúmeros testes. Sofreu derrotas, superou adversidades, obteve vitórias e acumulou experiências e forças. Em 1988, com sua participação decisiva na Constituinte e as vitórias nas eleições municipais, sentiu ter chegado o momento de disputar para valer o governo da República.

Havia motivos para pensar assim. O sentimento e a vontade de mudanças estavam arraigados na população. As forças de esquerda aumentavam sua capacidade de captar esse sentimento e essa vontade de traduzi-los em programas de transformação social. Capitalizaram a simpatia e o apoio populares através de sua ação de combate à ditadura, da luta pelas eleições diretas e da denúncia das políticas econômicas que penalizavam somente aos trabalhadores e ao povo.

O PT, em particular, consolidava-se como partido nacional e como pólo à esquerda no movimento de

polarização política do país. Sua imagem de coerência, combatividade, defensor dos interesses populares, socialista e democrático permitia-lhe não somente aprofundar sua integração com os setores populares e democráticos organizados da sociedade, como também ampliar sua representação institucional, conquistando espaços cada vez maiores nos parlamentos e nos governos municipais.

Em 1988 o PT estava implantado em cerca de três mil municípios do país, possuía mais de 600 mil filiados e um número de simpatizantes bem superior. Com algumas centenas de milhares de militantes, estava estreitamente vinculado ao movimento sindical e participava ativamente dos mais importantes movimentos populares. Em 13 estados da federação sustentava atividade parlamentar nas assembléias legislativas e conquistara três prefeituras (Diadema, Fortaleza e Vila Velha) com sua própria legenda, além de mais um prefeito eleito pela legenda do PMDB que depois se filiou ao PT (Icapuí-CE).

Para contrapor-se a essa tendência de crescimento do PT e da esquerda, que vinha se configurando cada vez mais nitidamente desde as eleições de 1985, as elites apresentavam-se sem um projeto unificado. A *Nova República* projetada por Tancredo se enredara nos compromissos com os setores conservadores e reacionários e na inépcia de Sarney, mergulhando o Império em conturbada crise econômica aparentemente sem solução. Mais grave ainda: os diferentes setores do poder econômico não conseguiam juntar-se em torno de políticas capazes de superar suas dificuldades, nem achar um candidato

que expressasse sua vontade coletiva. Nem as vitórias petistas em São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Campinas e uma série de outras cidades importantes levaram as hostes do Império a unificar-se.

A perspectiva de uma vitória das esquerdas nas eleições presidenciais, é verdade, fazia crescer o medo das elites e, em alguns casos, esse medo transformava-se em pânico. Para superar isso, o Império buscou desesperadamente um candidato *salvador*. Os estrategistas do presidente Sarney, entre outros, chegaram a empenhar-se para que o decrépito Jânio Quadros fosse viabilizado como a solução procurada. No entanto, nem Jânio foi o jeito. Como se viu no primeiro turno, as representações políticas dos potentados burgueses marcharam desunidas, com candidatos diferentes, apesar de unificarem suas forças toda vez que foi preciso atacar as candidaturas de esquerda.

A tendência ascendente do PT e da esquerda, as divisões internas do Império, os sentimentos e aspirações das grandes massas populares por mudanças – essas eram as condições objetivas que se apresentavam de modo mais geral para a disputa presidencial de 1989. Se ressaltarmos, ainda por cima, a figura do Lula, com sua sinceridade, combatividade, comprometimento com sua classe e o poder de comunicação que firmou durante sua vida, concluímos que o momento era muito favorável para traçar uma estratégia de vitória.

2. O PT faz alianças, quem diria?

Mas não bastavam condições favoráveis. Embora existentes, sozinhas eles não garantiam nada. As esquerdas e as forças progressistas mantinham-se divididas entre diversos candidatos e seu projeto de mudanças também não estava unificado. O PT, isolado, não tinha forças para vencer, por mais esforços que fizesse para captar os sentimentos, aspirações e tendências eleitorais dos trabalhadores, da população desorganizada de baixa renda e das classes médias.

Como agravante das dificuldades, os possíveis aliados também não acreditavam na força e nas possibilidades do PT. Os partidos socialistas e comunistas, que muitas vezes concorriam na mesma faixa política, além disso possuíam uma postura de oposição ao PT no movimento sindical e popular e nutriam diferentes percepções sobre a vontade e a capacidade do PT em unir-se a outras correntes partidárias. O PSB, por exemplo, criticava o PT por resistir a uma política de frente, priorizando seu fortalecimento partidário ou, no caso de fazer coligações, impor a estas um relacionamento autocrático e hegemônico.

O PCdoB e o PV mantinham reservas do mesmo tipo, fora as rixas antigas que minavam o campo do entendimento, enquanto o PCB simplesmente não aceitava tratar de uma frente ou coligação que não incluísse o PDT, PSDB e PMDB e não deixasse em aberto o nome a ser escolhido para a cabeça da chapa. O PDT e Brizola, por seu turno, reclamavam que as elites estavam enchendo o balão do PT e festejan-

do-o mais do que os próprios petistas, de modo a desmerecer os pedetistas de forma deprimente. Essa situação, segundo declarações de Brizola no *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro de 1988, os obrigaria a questionar Lula duramente durante a campanha, o que aliás fez no curso de quase todo o primeiro turno. Em 5 de abril de 1989, na *Folha de S.Paulo*, Brizola deu o mote dos ataques que desfecharia contra Lula, qualificando-o de ponta de um enorme iceberg, um novo Jânio Quadros que não seria bom para o país. Nessa mesma entrevista, atirou contra o PT, comparando-o aos nazistas, que eram muito radicais na exploração do grevismo, no assembleísmo e nas vaías, mas eram da direita em guerra contra a democracia.

Para o presidente do PDT, o PT não havia lançado Lula para vencer, mas fundamentalmente para derrotar o próprio Brizola e abrir campo para a vitória das elites. Embora o tom das críticas de Lula e do PT a Brizola, durante a campanha, tenha-se mantido em geral em nível bem mais ameno, somente no segundo turno Brizola se deu conta de que o verdadeiro inimigo era outro.

Se com o PDT e Brizola a situação era essa, com o PSDB o quadro não era menos sombrio. Partido de centro, debatendo-se entre alas opostas, o PSDB não admitia sequer conversar sobre a unificação em torno de Lula. A imagem que seus líderes tinham do PT sempre foi a pior possível. Radical, extremado, estreito, sectário, atrasado, xiita – estes eram alguns dos adjetivos que mais circulavam entre os tucanos a respeito do PT.

No entanto, embora recebendo pedradas de todos os lados e enfrentando resistências internas de variados graus, o PT havia estabelecido, quem diria, uma política de alianças e já a tinha experimentado com sucesso em algumas eleições municipais. Mais do que isso, por considerar que havia condições favoráveis para vencer e de que não poderia fazê-lo sozinho, estava disposto a aplicar essa política de modo mais profundo nas eleições presidenciais.

Desde seu 5º Encontro Nacional, em dezembro de 1987, o PT não somente vinha reiterando sua crítica às experiências negativas da esquerda brasileira, ao atrelar os trabalhadores a diferentes setores da burguesia e descambar sua política de alianças para a colaboração de classes, como também empenhava-se para superar o sectarismo e a intolerância, que em nome do sentimento de independência de classe e de oposição ao reformismo, impediam tanto a aplicação de uma política de alianças quanto a discussão mesma do assunto.

Com base em suas próprias experiências na luta pelas diretas-já, nas táticas eleitorais de 1985 e 1986 e em outras alianças pontuais estabelecidas em vários momentos, o PT amadureceu a idéia de que alianças não são uma questão de princípio, mas que só deveria fazê-las sustentado em princípios. Em outras palavras, o PT não faz alianças com qualquer um tendo em vista objetivos imediatistas ou personalistas. A linha geral de sua política de alianças repousa na unidade com setores sociais que se contrapõem de diferentes maneiras à dominação do capital e têm como perspectiva a transformação socialista da sociedade brasileira.

Evidentemente, uma política desse tipo é de longo prazo e demanda um complexo processo de alianças, acordos e coligações parciais com as forças políticas que, embora tenham divergências numa gama razoável de questões, atuam no sentido daquela perspectiva geral (anticapitalista, socialista). Por isso é essencial para o PT e sua militância que as alianças estejam sempre embasadas em programas de ação transparentes, que expressem a unidade concreta alcançada em cada momento da luta contra os inimigos comuns.

Foi assim que, em 1988, o PT conseguiu estabelecer coligações com outros partidos de esquerda e progressistas em pelo menos dez capitais: com PCB em Rio Branco, Fortaleza, Vitória, Porto Alegre e São Paulo; com o PCdoB em Vitória, Cuiabá, Natal e São Paulo; com o PSB em Fortaleza, Vitória, Cuiabá, João Pessoa e Natal; com o PV em Rio Branco, Fortaleza, Vitória e João Pessoa; com o PH em Vitória e Natal; com o PSDB em Vitória; e com o PDT em Goiânia e São Paulo (onde retirou a candidatura a favor da candidata do PT). Em Camboriú (SC), Americana (SP) e Baturité (CE), o PT indicou os vices da chapa, conjunta com o PDT.

De um modo ou de outro, todos os partidos de esquerda e progressistas realizaram experiências de coligação com o PT em algum lugar do país. O PT, por seu lado, avançou mais em sua compreensão quanto à necessidade das alianças para vencer adversários tão poderosos como as tradicionais elites do Império, sem que isso o coagisse a abrir mão de seus compromissos fundamentais com os trabalhadores.

Nas eleições presidenciais de 1989 o PT trabalhou, desde o início, para formar uma aliança em torno de Lula, englobando PV, PSB, PCdoB, PCB, PDT, PSDB e setores progressistas do PMDB. Ao contrário do que afirmaram os mais diferentes analistas políticos, em geral desconhecedores das políticas do PT, este se empenhou para que tal aliança ou coligação se materializasse desde o primeiro turno. O que não foi possível porque alguns desses partidos, com todo o direito, lançaram candidatos para disputar seriamente o governo – casos do PDT e PSDB – ou para afirmar sua proposta própria para a sociedade – caso do PCB.

A formação da Frente Brasil Popular, em aliança com o PSB, PCdoB e PV (que depois a abandonou e lançou candidato próprio por discordar da escolha do candidato a vice), constituiu porém o patamar inicial para a política de frente da campanha presidencial. A elaboração de um programa de governo, contemplando as aspirações da maioria da população e coincidindo com os principais pontos programáticos das outras forças de esquerda, completou o arcabouço necessário para vencer no primeiro turno, ampliar as alianças e disputas para vencer no segundo.

3. Um programa das maiorias

Outra novidade positiva da campanha presidencial brasileira de 1989 foi a inusitada importância ganha pelos programas de governo dos candidatos. As pesquisas indicavam tanto o fato de o eleitorado votar preferencialmente em nomes, não em partidos,

quanto o de exigir que o perfil do candidato ideal contemplasse suas propostas em relação aos principais problemas percebidos pela população. Em geral, mais de 30% dos entrevistados apontavam a necessidade de os candidatos explicarem melhor seus programas de governo, detalhando seus planos para dar solução àqueles problemas.

No caso do programa de ação do governo Lula, a atitude dos adversários e da imprensa do Império variou. Até meados do ano, acusavam o PT e Lula de não possuírem um programa, mas tão somente uma plataforma de propostas genéricas. Ou, quando reconheciam que o programa estava sendo elaborado, apontavam então para possíveis divergências que impossibilitariam que ele fosse dado a público.

O PT, entretanto, desde cedo preocupou-se com que Lula apresentasse um programa de governo que contemplasse as aspirações e os sonhos da maioria da população brasileira. Por isso mesmo, deveria ser resultado de um amplo processo de discussão no PT, nos diversos partidos aliados à candidatura Lula e na sociedade. O método de elaboração do programa estava, portanto, associado a seu conteúdo democratizante. Seria uma incoerência propor a democratização da sociedade, de sua vida econômica e social, do Estado e da riqueza, acabando com a miséria e as desigualdades mais gritantes, sem contar com um mínimo de participação popular e debate democrático em torno das medidas que deveriam ser adotadas como plano de governo.

A relativa morosidade com que operamos a preparação do programa de governo do Lula tem, assim,

uma justificativa. Envolvemos algumas centenas de especialistas e militantes na preparação do programa. E, através de grupos de trabalho, seminários, plenárias e da difusão massiva dos textos preliminares, incorporamos milhares de pessoas ao seu processo de elaboração final. Mesmo assim, achamos que o tempo foi curto demais, não permitindo envolver maiores parcelas do povo no debate dos planos e medidas que deveriam decidir seu futuro por vários anos.

Quando ficou evidente que a Frente possuía um programa de ação para o governo, explicitado nas diretrizes para sua elaboração, nas bases do programa e nos 13 pontos do programa democrático e popular, difundido em algumas centenas de milhares de publicações e explicado didaticamente nos fascículos *Brasil Urgente*, tudo isso a partir de julho, o Império, seus candidatos e seus meios de comunicação mudaram de atitude. A linha básica adotada, então, foi a da desqualificação. Na passagem do primeiro para o segundo turno, em particular, os 13 pontos do programa de governo da Frente Brasil Popular sofreram um bombardeio constante.

O procedimento inicialmente adotado foi demonstrar que o programa de governo de Lula era “arcaico”, estribado nas velhas fórmulas do estatismo, do conflito de classes e do calote seletivo. Faltava-lhe, conforme mais tarde declinou o editorialista de *IstoÉ Senhor*, “modernidade”, uma perspectiva social-democrática que não considerasse o Brasil uma imensa Nicarágua. Já que nesse ponto o editorialista concordava com o senador Roberto Campos – o mesmo economista que no início do regime militar, em 1964,

plantou as sementes dos frutos amargos que ainda hoje estamos colhendo –, é bom recordar as receitas de modernidade que o senador sugeria para o Brasil na *IstoÉ Senhor* de 6 de dezembro de 1989: desestatização, *capitalismo do povo* e integração no mercado internacional.

Mas, afinal, essas não foram as mesmas receitas que o ilustre senador aplicou em 1964 e que, com as variações de praxe, vigiram durante os quase 20 de militarismo? Se os mandatários do Império eram contra a estatização, por que deixaram que a economia fosse estatizada ainda mais? Seria bom que explicassem ao povo que o fizeram para garantir a instalação e o funcionamento lucrativo das multinacionais e das empresas capitalistas brasileiras; que confessassem haver transformado o povo brasileiro no grande financiador da industrialização que tornou o Brasil a oitava economia do mundo capitalista, através da aplicação dos recursos públicos nas obras de infraestrutura; que reconhecessem que muitas das estatizações praticadas pelos governos militares serviram, na realidade, para transferir dinheiro público para proprietários de empresas particulares falidas.

Todas essas operações colocavam o Estado e suas empresas a serviço do setor privado, consistiam na privatização do Estado, na sua transformação em serviçal exclusivo dos interesses do poder econômico do Império. Por isso, a discussão em torno da desestatização, nos termos colocados pelo Império, não passa de escamoteação, embora não seja uma piada tão ridícula quanto a que se refere à modernidade do seu *capitalismo do povo*.

Vivem na pobreza absoluta 80 milhões de brasileiros. Eles são a mercadoria mais típica desse capitalismo que o senador Campos diz ser *do povo*, talvez porque os obrigue a conviver compulsoriamente com suas mazelas do dia a dia, não os abandonando para nada, nem mesmo quando os impede de trabalhar, colocando-os no desemprego e repetindo sem cessar que a miséria só existe porque eles não trabalham.

Esse tipo de “modernidade” realmente o PT e os demais partidos da Frente Brasil Popular não se dispunham a assumir. É certo que, ao contrário das mentiras espalhadas, Lula não pretendia estatizar a economia além do que já estava. Em alguns casos, até, seria possível privatizar empresas estatais que não se enquadravam na categoria de estratégicas para o desenvolvimento nacional. Mas isso realmente não era o cerne da questão. Para nós, o essencial mesmo era, como ainda é, a reforma democrática das estatais, colocando-as sob o controle da sociedade, tanto na definição de suas metas quanto na verificação de seu funcionamento. Tratava-se de medida consistente para proteger o patrimônio público, mesmo no caso de privatização, liquidar com os excessos e as distorções existentes e colocar as empresas estatais realmente a serviço da sociedade e não de poderosos grupos econômicos. Com isso, seria revertido todo o mecanismo de privatização das estatais, num processo que chamamos de desprivatização do Estado.

Por outro lado, em certo sentido o programa de governo de Lula trazia implícita a proposta de um *capitalismo do povo* antagônico ao do senador Cam-

pos. Enquanto neste o capitalismo democratiza, ou socializa, a miséria, a fome, o desemprego, o salário, concentrando a riqueza nas mãos da minoria, no capitalismo reformado do governo Lula o que se pretendia era democratizar o capital através de uma profunda redistribuição da renda. O novo modelo econômico projetado no programa da Frente Brasil Popular definia mudanças no papel do Estado na economia, a reforma do sistema financeiro, novas políticas reguladoras do funcionamento do capital nacional e estrangeiro, tratamento diferenciado da dívida externa e da dívida interna e reforma agrária. Tudo em função de descentralizar o capital, criando uma nova lógica de funcionamento cujo parâmetro principal passaria a ser o benefício do conjunto dos membros da sociedade, suas maiorias. Em outras palavras, a democratização da propriedade e a socialização de seus benefícios, rumando para uma sociedade bem diferente da atual, uma sociedade socialista.

Também ao contrário do que se propalava, o governo Lula não pensava em expulsar as empresas de capital estrangeiro, ou impedir sua entrada no país. O programa da Frente simplesmente não aceitava o modernismo, a bem da verdade já predominante nas hostes do Império antes da implantação do regime militar, de abertura desregrada das portas do país ao capital estrangeiro. Embora já tenha amadurecido entre nós a idéia de que não é possível fugir do processo de internacionalização crescente da economia, isso não significa que não se estabeleçam normas de relacionamento com o capital estrangeiro que garantam a soberania nacional e tragam al-

gum tipo de benefício para o conjunto da sociedade. Do jeito que está, o modernismo da integração ao mercado internacional transforma o Brasil numa casa da mãe Joana onde só lucraram as multinacionais.

De qualquer modo, alguns se preocupavam com as acusações e sempre cobravam que fôssemos ainda mais modernos, o que nos levava a desconfiar de possíveis arcaísmos escondidos num ou noutro ponto do programa, o que afinal de contas seria até natural. Assim, ficamos aliviados quando o professor Bresser Pereira, em sucessivos artigos na revista *IstoÉ Senhor*, apontou que aqueles pontos atrasados situavam-se no radicalismo da retórica do PT e no apoio de setores de trabalhadores que não tiveram condições de se integrar nos ramos modernos da economia.

O ex-ministro Bresser afirmava não ter diferenças tão grandes com o conteúdo do programa de governo de Lula, considerando-o moderno em muitos pontos, mas estimava não passarem de retórica radical as propostas de rompimento com o FMI, manutenção integral do setor produtivo estatal e as ameaças de estatização dos bancos privados. É lógico que não concordamos com a parte final dessa avaliação. O professor Bresser não se deu conta de quão distorcida era essa visão do radicalismo retórico do PT, nem mesmo quando confirma não haver, nos 13 pontos do programa democrático e popular, nada que se assemelhe a qualquer proposta de implantação de uma *república sindicalista*. O contrário, aliás, do que bradava nas mesmas páginas da *IstoÉ Senhor* de 6 de dezembro o antigo servçal do general Figueiredo, Sãid Farhat, acusando Lula de pretender que tal *república*

sindicalista fosse dirigida pela “pelegada desvairada” que iria virar o país pelo avesso.

Felizmente, o jurista Raymundo Faoro estava atento, e na edição seguinte mostrou que essa interpretação parva do programa do PT, transformada numa interrogação torta e demagógica, queria enxergar na participação ativa da sociedade civil, organizada, a democracia direta, hostil a todos os mecanismos representativos. Com sua costumeira erudição histórica, o professor Faoro pôs em evidência o absurdo e a ignorância desse ataque à participação da sociedade civil na função política de corrigir, emendar e fiscalizar o Congresso, a burocracia civil e militar, o Judiciário, enfim, as instituições. E mostrou que, afinal, é nessa participação que consiste a efetividade plena da democracia. Para completar, o professor Faoro indicava que essa tese do programa da Frente Brasil Popular nada tinha de novo, sendo antiga de mais de dois séculos, como parte da doutrina de Montesquieu e Tocqueville.

Estes dois velhos liberais, como disse o professor, são muito radicais para o Império dos potentados brasileiro. O conceito de democracia diz que todos têm as mesmas possibilidades, acesso à informação e igualdade de oportunidades. Mas esse tipo de democracia não existe no Brasil. Nestas condições, Bresser Pereira há de convir, qualquer retórica que reiterasse o compromisso de construir uma democracia efetiva da maioria, que garantisse a mais ampla participação popular nas decisões do governo e desse origem a um poder que fosse expressão da vontade dos trabalhadores e do povo, haveria sem-

pre de soar como o grito radical mais lancinante aos ouvidos moucos dessa minoria que se acostumou a tudo ter e a nada ceder.

Passada a campanha, é justo reconhecer que fizemos um programa das maiorias. Mas talvez não tenhamos sido tão radicais quanto essas maiorias e seus ouvidos abertos esperavam que fossemos. Fomos radicais no conteúdo de nosso programa de governo, mas tímidos e elitistas na forma de apresentá-lo. Se há alguma lição que Collor possa nos ter dado, é essa: possuía o apoio dos setores arcaicos, tinha um programa de conteúdo conservador e retrógrado, mas pareceu moderno porque utilizou uma retórica populista que soou radical. Com isso ganhou parte das maiorias que contemplávamos no nosso programa de governo.

O Império não perdoa

O führer é o executor da vontade do povo, daquela vontade imaneente de auto-afirmação que é inerente a cada povo.

Otto Dietrich, chefe de imprensa da Alemanha nazista

1. Interesses divididos

No início de 1989, Brizola e Lula encontravam-se numa posição privilegiada nas primeiras pesquisas de preferência eleitoral. Em janeiro, a pesquisa Gallup feita para a revista *IstoÉ Senhor* apresentava Brizola com 12,3%, Lula com 12,1% e Sílvio Santos com 10,8%. Collor aparecia então com 6,5% das preferências, na frente de Quéricia com 2,8% e Covas com 2,5%. Na pesquisa Ibope de março, Collor despontou com 10%, em terceiro lugar, precedido de Brizola com 17% e Lula com 16%.

Nessa ocasião, apenas Brizola, Lula e Collor tinham suas candidaturas definidas, mas poucos acreditavam na seriedade da candidatura Collor e muitos, como vimos, duvidavam das possibilidades de Lula. Brizola era o fantasma que atormentava o sono das elites, particularmente porque surgiam especulações de que poderia unir suas forças às do metalúrgico, criando o que alguns chamavam de monstro Brizula. Esta perspectiva levou as hostes do Império a viverem um medo

permanente, o pesadelo constante de uma possível vitória da esquerda. Em alguns momentos, esse medo fez aumentar na mesma intensidade a angustiante procura de alguém de confiança que pudesse unificá-las e livrá-las daquele pesadelo.

Enquanto, no Planalto, Jânio era visto como a salvação, outros setores imperiais definiam o perfil ideal a buscar: uma pessoa de passado limpo, de cara nova e preferentemente de fora do quadro político, opositorista ferrenho, com experiência administrativa, se possível da região Sudeste... com não mais do que 60 anos para evitar a síndrome de Tancredo. Este é, aliás, o perfil que a maioria dos eleitores procurava, conforme indicavam praticamente todas as pesquisas de opinião.

O problema é que todos os partidos pensavam possuir em seus quadros lideranças que se amoldavam àquele perfil. O PMDB com 17 mil vereadores, dois mil prefeitos, 443 deputados estaduais, 199 deputados federais, 34 senadores, 15 governadores, seis ministros, 2,8 milhões de funcionários públicos sob sua gestão e administrando verbas públicas na ordem de 43 bilhões de cruzados novos, possuía gente como Quéricia, Arraes, Waldir Pires e outros a escolher, considerando-se invencível, apesar do desgaste de sua presença no governo Sarney. Mas havia também o doutor Ulysses, com mais de 70 anos, que pensava ter demonstrado sua vitalidade na condução da Constituinte e, com isso, superado na opinião pública a síndrome de Tancredo.

Bem que se fizeram esforços para levar o doutor Ulysses a perceber que o seu perfil não casava com o

perfil ideal. Até mesmo o poderoso doutor Marinho, da Globo, investiu na candidatura Quéricia como alternativa de unificação das principais hostes do Império. Mas o tríplice presidente (do PMDB, da Câmara e da Constituinte), Ulysses, não quis abrir mão de seu direito, talvez o último de sua vida, de candidatar-se à quarta Presidência, a da República.

O PFL, por seu lado, considerava-se com cacife idêntico. Dono de uma das maiores bancadas do Congresso, administrando inúmeros municípios, com vários ministros no governo Sarney e homens públicos de projeção como Marco Maciel, Aureliano Chaves, Hugo Napoleão, Jorge Bornhausen e outros mais (até Sílvio Santos), via qualquer um desses enquadrado facilmente no perfil de candidato ideal, a seu ver um centrista. Porém, como cada um supunha que o terno lhe caía melhor, a pendência foi para disputa na convenção e as chamadas bases do partido decidiram que aquele perfil havia sido traçado à imagem e semelhança do engenheiro Aureliano Chaves. As bases também erram, que se há de fazer?

Tirando a enxurrada dos pequenos partidos de aluguel que lançaram nomes sem expressão real, havia ainda o PDS e o PTB no espectro conservador, apresentando os casos patológicos de Paulo Maluf e Affonso Camargo, sempre dispostos a sacrificar-se à moldura de qualquer perfil.

E para não cometer uma completa injustiça, não devemos esquecer do homem que, à espera de que juntos chegássemos lá, ameaçou atropelar na corrida, mas não tinha estofo nem estrutura para o embate – Afif Domingos, do PL.

O fato é que, com todos esses candidatos, as forças conservadoras do Império (PFL, PDS, PTB, PDC, PL e parte majoritária do PMDB), que administram ainda hoje cidades onde residem mais de 50% dos brasileiros, (a população das cidades administradas pela esquerda – PT, PDT e PSB – compreende somente 27% do total), não conseguiram acertar seus ponteiros para a unidade. Com certa razão, cada hoste raciocinava que as eleições em dois turnos haviam sido pactuadas justamente para isso: definir o melhor de voto entre eles, na primeira rodada, para que na segunda se compusessem.

Mesmo com os indícios do crescimento da esquerda, decidiram correr o risco. Afinal, Brizola era somente uma hipótese, mesmo assim longínqua. Lula e Brizola concorrendo entre si, o mais provável era dar Covas se a esquerda chegasse lá. Isso, mais interesses personalistas e projetos políticos e econômicos diferenciados, mantiveram as elites do Império divididas durante todo o curso da primeira rodada. O processo de transição, afundando na crise e na desmoralização a maioria dos líderes e ideólogos do Império deixou-lhes esse legado.

Mas deve-se reconhecer competência no Império ao conseguir preservar da degradação os esteios ou trincheiras fundamentais de seu sistema de dominação: os meios de coerção e os meios de comunicação, informação e reprodução ideológica. Foi o que permitiu às elites, desunidas quanto ao melhor nome para disputar e vencer o governo, não titubear em unir-se para atacar seus inimigos comuns.

2. O fim da trégua

Os meses imediatamente posteriores a novembro de 1988 permitiram uma certa trégua ao PT. As vitórias eleitorais do partido em grandes capitais como São Paulo, Porto Alegre e Vitória foram impactantes. Embora alguns falem da tática maquiavélica de desatacar o alvo para melhor metralhá-lo, até a TV Globo chegou ao ineditismo de preparar um programa *Globo Repórter* simpático ao PT. Entretanto, já em fevereiro, a persistência de Lula em bons índices de preferência eleitoral mudou completamente o humor do Império.

Fim da trégua. Lula e o PT passaram a ser bombardeados diariamente, de todos os lados e por todos os motivos. Em fevereiro mesmo *O Globo* “denunciou” a existência no PT de um *Projeto Impacto*, que serviria como senha básica para tentar levar Lula à Presidência da República. Tal projeto, tão bem sucedido às vésperas do 15 de novembro de 1988, segundo o escriba do doutor Roberto Marinho, consistiria em provocar novamente, no mês anterior às eleições (outubro de 1989), algo de grande intensidade dramática, como os incidentes em Volta Redonda ou uma greve geral com objetivos de extenso impacto popular.

Nossa desconfiança de que esse projeto realmente existia, não no PT, mas sim no quartel-general paralelo do Império, montado no escritório do advogado Jorge Serpa, no Rio, confirmou-se na última quinzena da campanha com a guerra suja, de profunda intensidade dramática, lançada contra Lula.

Na primeira fase, porém, de fim de trégua e reinício das hostilidades, os ataques se voltaram primeiro para desenvolver a guerra de nervos e demonstrar que Lula e o PT eram financiados do exterior. *O Estado de S. Paulo* de 26 de fevereiro de 1989, por exemplo, ao noticiar uma das viagens de Lula ao exterior, estampa a manchete “Lula está na Europa, atrás de dinheiro”.

Dois dias depois, *O Globo* tenta o golpe de misericórdia, acusando os dirigentes petistas de darem tratos à bola para fazer entrar no país os recursos obtidos no exterior e explicar à Justiça Eleitoral sua origem. O periódico do doutor Marinho chega à sofisticação de calcular, não se sabe como, que a nova previsão de gastos da campanha Lula seria de US\$ 25 milhões, contra a estimativa anterior de US\$ 6 milhões. Obter a diferença, segundo a notícia, não seria o problema dos dirigentes do PT, mas sim como trazê-la.

Esse tipo de guerra difamatória alcançou um de seus momentos mais grotescos com a nota que a colunista Joyce Pascowitch publicou na *Folha de S. Paulo* em 31 de março. Ela simplesmente contou que, logo após aterrissar em São Paulo, voltando do exterior, Lula teria sido convocado para uma reunião com empresários que coletam o lixo da cidade. Eles teriam pedido ao presidente que agilizasse o pagamento dos US\$ 30 milhões devidos pela Prefeitura ao setor; em troca, dariam uma contribuição de US\$ 3 milhões para sua campanha.

Uma semana após, sob a ameaça da direção da campanha de Lula de processá-la por calúnia e difa-

mação, a colunista viu-se na constrangedora situação de escrever: “Erramos. O presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva não participou da reunião em que quatro empreiteiros do lixo em São Paulo decidiram pedir seu auxílio para obter o pagamento da dívida que têm com a Prefeitura. A reunião, na primeira quinzena de março, decidiu enviar um emissário a Lula, ao contrário do que deu a entender a nota ‘Coleta de luxo’ publicada quinta-feira passada nesta coluna”.

Esse foi o jornalismo que, como regra, tivemos de enfrentar durante toda a campanha. Mesmo quando nossa pressão conseguia fazer com que retificassem uma ou outra informação distorcida, sempre havia um meio de ainda deixar ambigüidades, como a nota acima. Basta repassar a imprensa desse período, que foi o inicial, para reunir um extenso dossiê de reportagens insinuando a descoberta de ações ilegais, documentos e apostilas sobre adestramento armado, danificação de equipamentos, falta de atendimento emergencial à população nos serviços chamados essenciais em greve, atentados à bomba, ameaça de atentados, tudo imputado ao PT e à CUT.

Havia ainda o registro de boatos, dando conta de conversas conspiratórias na área da direita para deixar Lula ganhar e depois desestabilizá-lo. Ou as desinformações deliberadas em torno do programa de governo de Lula, ora taxando-o de liberal, supostamente objetivando não assustar ao centro, ora qualificando-o de estatizante ou como algo demagógico, para ganhar apoio mas não ser aplicado caso a eleição de Lula se concretizasse.

Os ataques mais potentes dessa fase, porém, foram desfechados contra o apoio às greves de trabalhadores. Entre março e maio de 1989 foram publicadas reportagens sucessivas contra o movimento sindical, Lula e o PT. Primeiro, Lula foi acusado de fugir da greve geral ao cumprir o roteiro de viagem ao exterior, há muito planejado. É provável, naquelas circunstâncias, se houvesse adiado os compromissos de viagem, que fosse acusado de ter permanecido no Brasil para estimular a *baderna*. Aliás, é o que fez a revista *Vêja* de 29 de março, quando insinuou que Lula não tinha noção do que estava dizendo ao considerar as ocupações de empresa boa forma de os operários conseguirem aumento de ordenados. Para ela, isso feria o direito de propriedade, um dos direitos constitucionais elementares.

Vêja chamava de baderneiras as greves da Mannesmann, Belgo-Minera e Mafersa, onde os operários ocuparam as instalações. Porém, viu-se obrigada a reconhecer que naquelas empresas não foram danificados quaisquer equipamentos. Assim, em lugar de ressaltar o fato de que as ocupações visavam justamente evitar depredação do patrimônio, num momento em que os patrões endureciam as negociações e a direita realizava provocações e atentados, a imprensa, a exemplo de *Vêja*, carregava no tom para demonstrar a existência de um pretense clima de guerrilha.

A maior parte da imprensa usava termos idênticos para caracterizar a responsabilidade de Lula e do PT nos movimentos grevistas: “Lula voltou ao ABC e radicaliza discurso” (*Jornal da Tarde*, 26 de abril);

“nas greves mais importantes desde janeiro, o tom tem sido dado pelo setores mais radicais do PT” (*O Globo*, 7 de maio); “Lula quer greve longa, de mais de 60 dias” (*Jornal da Tarde*, 10 de maio); “escala violenta das greves”, “depredações e vandalismo na Volkswagen apontam para o perigo da radicalização na onda grevista que percorre todo o país” (*Vêja*, 17 de maio).

A explosão de uma bomba de São João, mais conhecida como *cabeça de negro*, nas mãos do bancário Antonio José dos Santos, em Recife, aumentou a histeria contra Lula. Tudo era motivo para socavar sua candidatura. O governo editou a Medida Provisória nº 50, propôs a regulamentação do Estado de Defesa e autorizou o Estado-Maior do Exército a convocar as Polícias Militares, alegando a produção de um *oceanos de greves*, ao ritmo de uma a cada duas horas. Uma bomba de alto teor explosivo derrubou, em Volta Redonda, o monumento em homenagem aos operários mortos durante a invasão da CSN por tropas do Exército, em novembro de 1988, e Sarney foi para a sua *Conversa ao Pé do Rádio* alertar o país contra o terrorismo.

Parece piada, mas ele considerou que não era possível que acontecesse “o que aconteceu no Recife, quando um ativista sindical colocou uma bomba em um banco particular, o que podia ter causado a morte de várias pessoas”, o que, aliás, foi considerado improcedente pela Justiça, que absolveu o bancário. Quanto aos episódios de Volta Redonda achou, compungido, serem “lamentáveis”. Ou seja, uma *cabeça de negro* era alto terrorismo que podia ma-

tar várias pessoas, mas os 30 kg de explosivos colocados pela direita no atentado de Volta Redonda – capazes de não deixar “sequer um vestígio do automóvel usado no Riocentro”, conforme declaração do perito Carlos Alberto Maulaz de Sã, da Polícia do Rio de Janeiro – não passariam de um ato lamentável.

A desproporção entre os casos é evidente para qualquer leigo. Mesmo assim, isso não impediu que Gilberto Dimenstein, na *Folha de S.Paulo* de 16 de maio, desenvolvesse o mesmo raciocínio absurdo de que “a bomba do PT é pior do que a do Riocentro”. Tudo porque o importante para o Império era jogar sujo e pesado para demonstrar que o PT era o partido da subversão revolucionária, responsável pelas greves e atentados e valhaçouto de minorias impatrióticas que, conforme disse a Ordem do Dia dos ministros militares da época do Dia da Vitória, em 8 de maio, “enganam a classe operária, utilizando o sagrado direito social – a greve – para intimidar a sociedade e desarticular os meios de produção, quase sempre contra a vontade dos trabalhadores que desejam manter as suas organizações em funcionamento”.

Entretanto, os mesmos órgão de imprensa que transcreveram as palavras duras dos ministros militares noticiaram que Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e militante do PT, fora derrotado na assembléia da categoria ao defender a aceitação da proposta de aumento de 45%. Aí, não se viu nem ouviu dos meios de comunicação nenhuma palavra, nenhum comentário, nenhuma comparação entre a realidade da

insatisfação da esmagadora maioria dos trabalhadores com a intransigência patronal e a política econômica do governo, de um lado, e as calúnias, interpretações mentirosas e distorcidas dos altos escalões governamentais sobre a ação de Lula e do PT nas greves, de outro lado.

O que realmente valia era o plano de desestabilização da candidatura Lula, a pretexto de manter a liberdade e a ordem. A *Folha de S.Paulo* de 27 de março, em editorial, chegou ao cúmulo de cobrar do PT sua opção pública: ou democracia ou política que conduz à destruição da democracia. Que moral têm a *Folha de S.Paulo*, qualquer órgão de imprensa e a maioria dos partidos políticos para cobrar do PT uma opção desse tipo? Por acaso, em algum momento de sua história de 10 anos, o PT deixou de sustentar com firmeza a defesa intransigente da democracia?

Ao contrário das diversas hostes do Império, que exigem democracia nos países socialistas mas não a praticam no Brasil, o PT tem sido coerente na cobrança de democracia nos outros países, em particular nos socialistas, e na sociedade brasileira. Mais do que isso, o PT é o único partido que não só cobra dos outros, mas pratica a democracia internamente, mesmo que isso sirva como pretexto para a tentativa de ridicularizá-lo como partido de muitas reuniões e poucas decisões.

Por tudo isso, os ataques à posição do PT e de Lula diante das greves de trabalhadores foram uma demonstração cabal de que em nenhum momento Lula e o PT vacilaram no compromisso democrático dos trabalhadores de lutarem livremente por suas

reivindicações, não só na Polônia, na União Soviética, na China, mas aqui também. Diante dos ataques ao movimento sindical, o PT adotou a linha do apoio irrestrito às greves decididas legitimamente, de denúncia das provocações e de repúdio às aventuras e métodos de luta isolados.

O PT não se deixou levar pelas propostas do chamado pacto anti-terror, patrocinado pela Rede Globo, em maio, com o apoio de Sarney e Roberto Freire, por considerar que era um pacto com os próprios terroristas, que impediria a opinião pública de diferenciar os verdadeiros responsáveis pela onda de intranquilidade que impuseram ao país. Preferiu, ao contrário, concentrar esforços na denúncia firme dos atentados terroristas e na articulação de uma campanha em defesa dos direitos e liberdades políticas, ao mesmo tempo mobilizando os trabalhadores e o povo para derrotar a Medida Provisória nº 50 e outras que visavam golpear a democracia.

O Império, porém, não descansava na busca de novos alvos no PT. Talvez, por essa razão, lendo os jornais do período de março a junho de 1989, qualquer leitor medianamente atento terá a impressão de que praticamente todas as prefeituras brasileiras – mais de quatro mil – eram governadas por prefeitos do PT. Nos jornais, nas rádios e nas tevês só apareciam notícias das prefeituras petistas, na maioria das vezes induzindo a população a pensar que nessas cidades, como dizia *O Globo* de 8 de março, ia-se cumprindo o temeroso vaticínio de que se transformariam num espetáculo anti-turístico de imensas cavernas e túneis inacabados, a exemplo de São Paulo.

Nesse mesmo período, o Império dá um exemplo transparente de sua disposição de utilizar os golpes mais baixos e sujos, mesmo em grande escala se isso fosse necessário, para destruir a candidatura Lula e abrir espaço para que o candidato das elites com maior chance pudesse se projetar para vencer. No início de maio, a imprensa deu destaque ao fato de que Lula tinha uma filha, Lurian, fruto de um romance com a enfermeira Miriam Cordeiro anterior a seu casamento atual.

Embora o nome de Lurian constasse das biografias de Lula, nisso incluída a existente no Congresso e a publicada pela coordenação da campanha, a maior parte da imprensa simplesmente ignorou esse fato e procurou de todas as formas criar a impressão sensacionalista de que Lula havia se negado a reconhecer a filha por longo tempo. O candidato Paulo Maluf – como na Máfia, há sempre alguém do Império encarregado de fazer algum tipo de trabalho sujo – por diversas vezes durante a campanha repetiu a versão caluniosa, apesar de o deputado Roberto Freire, candidato do PCB, afirmar para quem quisesse ouvir que mais de dois anos antes sabia publicamente da existência de Lurian. O problema é que os órgãos de comunicação do Império não tinham interesse em ouvir isso. O que importava eram as declarações de Miriam Cordeiro acusando Lula de “não dar à filha uma pensão mensal à altura dos rendimentos que recebe”, mais uma vez apesar das declarações em contrário da mãe e da irmã da própria Miriam, as pessoas que realmente criaram Lurian.

Tal insistência dos grandes meios de comunica-

ção nesse assunto, às vezes fazendo-os descambar para um tipo de imprensa que normalmente chamamos de *marrom* (por coincidência o ex-candidato Marronzinho é o tipo mais característico dessa linha de imprensa), não passou despercebida a José Cavalcanti Filho, articulista da *Folha de S.Paulo*, que em sua matéria de 4 de maio lamentou que Lula tivesse se tornado vítima desse “sensacionalismo que em nome da liberdade de imprensa espalha ao vento sentimentos, relacionamentos afetivos, questões que sequer remotamente se referem a sua ação política”.

Porém, nem de longe essas tramas e golpes sujos se comparam aos empregados no final da campanha. Foram somente os primeiros indícios das “bairxarias” que se tornaram marca registrada do Império e do candidato que se credenciou a representá-lo no segundo turno, marca que colocou à mostra a verdadeira natureza da candidatura Collor e o que o Brasil deveria esperar dele caso fosse eleito.

3. Collor: uma estratégia de combate

A ofensiva de desestabilização do Império contra a candidatura Lula coincide, no tempo, com a definição das demais candidaturas. Os violentos ataques contra o PT e seu candidato o empurraram para o fundo do poço das preferências eleitorais, abriram espaço para que outros candidatos das elites despontassem e alimentaram a esperança de que a disputa final ocorresse entre dois candidatos das próprias elites, enterrando as possibilidades de uma alternativa de esquerda.

Entretanto, com mais rapidez do que a queda de Lula, Fernando Collor de Mello dava um salto espetacular nas preferências eleitorais. No início de fevereiro ainda aparecia com 5% das intenções de voto. No fim de março passou para 9%, no final de abril estava com 20% e a 2 de maio pulou para 32%. Em junho alcançava mais de 40% e em agosto o Instituto Gallup divulgou que o candidato do PRN tinha 45% das preferências. A impressão de que poderia vencer com mais de 50% dos votos no primeiro turno parecia próxima de concretizar-se.

Collor aparecia, assim, como uma verdadeira nave de combate do Império, credenciando-se para enfrentar e derrotar em grande estilo as candidaturas de esquerda. Mas a aceitação desse fato não foi tranquila, nem à direita nem à esquerda.

Embora Collor pertencesse a uma antiga família das elites, proprietária, em Alagoas, da TV Gazeta (associada da Rede Globo), de 13 emissoras de rádio e do jornal *Gazeta de Alagoas*, a direita não o levava a sério e desconfiava dele. Em grande medida Collor alimentava essa desconfiança ao recusar, embora apenas de público, o apoio dos empresários e dos militares, ao chamar o general Ivan de Souza, chefe do SNI, de “generaleco de um serviço falido” e ao condenar as elites pela situação em que estava mergulhado o país.

Quando afirmava que sua candidatura aterrorizava tanto a direita, por ser independente em relação aos segmentos conservadores, quanto a esquerda, por praticar o discurso dela, ele estava exercitando aspectos importantes de sua estratégia diversionista,

na qual a negação do apoio dos empresários e dos militares, o moralismo, a caça aos marajás e corruptos e o combate aos políticos e a Sarney constituíam as vigas mestras.

Somente atacando os empresários e Sarney poderia Collor encarnar o sentimento de indignação da população brasileira, que deveria ver nele, conforme declarou ao *Jornal do Brasil* de 14 de maio, alguém que vai em seu nome à desforra, que vai restaurar a dignidade e resgatar a honradez, o caráter e a vergonha. Contraditoriamente, para sustentar sua campanha de estilo empresarial, Collor precisava do suporte dessas elites que atacava e repudiava. A costura desses apoios, em especial dos poderosos grupos econômicos formados por banqueiros, latifundiários, grupos agroindustriais e grandes empresários do setor de comunicação de massa, que preferiam ficar na sombra, foi fundamental para que pudesse manter-se à frente da disputa eleitoral a partir do momento em que o quadro das candidaturas se definiu.

À esquerda, a maioria dos petistas e demais militantes da Frente Brasil Popular esperava que Collor despencasse nas pesquisas na medida em que fosse obrigado a participar dos debates e a verdadeira natureza de sua candidatura viesse à luz. Ainda em setembro, na reunião do Diretório Nacional do PT, os companheiros do Rio Grande do Sul destacavam a necessidade do combate intransigente a Brizola. Achavam que Collor estava em queda livre, abrindo novos horizontes na campanha e uma tendência à redistribuição dos votos. Pensavam que o Império

procurava um candidato mais confiável e que o PT deveria ter postura clara de ataque a Brizola.

Como os companheiros de Minas Gerais estavam meio alarmados com a subida de Afif e o deslocamento para ele dos votos de Collor, a onda para bater em Brizola como adversário principal subiu muito e até ameaçou inundar a campanha. No final, porém, prevaleceu a opinião de que Collor, apesar da queda que experimentava então, ainda era o adversário contra quem o PT deveria polarizar prioritariamente.

Essas dificuldades foram, de certo modo, compreensíveis. Realmente, em setembro, Collor entrou em queda acentuada, voltando aos 32% das preferências que havia alcançado em maio. Isso levou muita gente que havia *collorido* a debandar. Na ocasião, o próprio Collor revelou haver sido vítima de pelo menos seis manobras destinadas a prejudicar sua campanha. Duas sob responsabilidade do doutor Roberto Marinho (será verdade?) e de Jorge Serpa (outra vez o estado-maior paralelo!), que tentaram promover Covas após o discurso propondo o choque de capitalismo e estavam por trás da ascensão de Afif; três sob a batuta do incompetente Sarney, que tentara transformar Jânio Quadros, Oscar Dias Corrêa e Antonio Ermírio de Moraes em candidatos; e uma por conta da FIESP, que teria direcionado os recursos do empresariado paulista para Maluf.

Era natural, assim, com o Império tentando jogar com mais de um candidato, que tivéssemos dificuldades em detectar com mais clareza o peso e a força de cada um dos grupos econômicos e sociais que

estavam por trás dos candidatos. No caso de Collor, para piorar, nós o desprezamos por um longo tempo, considerando-o simples marionete da Rede Globo, e desprezamos também a necessidade de analisar com mais acuidade os grupos que o sustentavam, a força que representavam e sua estratégia geral.

Apesar disso, havia clareza de que Collor tinha como público alvo de sua ação eleitoral as camadas de baixa renda, sem instrução, desempregadas ou semi-empregadas, socialmente desorganizada, assim como as classes médias baixas, todas moradoras nas periferias dos centros urbanos e nas pequenas cidades do interior, englobando mais de 70% do eleitorado brasileiro. Collor jogava com o imaginário despolitizado dessa população, que procurava um herói que encarnasse a oposição a tudo que a irritava: marajás, funcionários públicos, Sarney, “classe política”, partidos, ricos, elites.

Muito acertadamente ele não se preocupava em ganhar o apoio dos ricos e da classe média abastada e se jogava contra todas as manobras que significassem liquidar a possibilidade de uma disputa polarizada no turno final. Ainda a 27 de março, no *Diário Popular*, apostava numa polarização entre ele e Lula, quando esperava sair vitorioso porque as mudanças no Brasil não poderiam, segundo ele, ser feitas com os “métodos violentos” propostos pelo candidato do PT. A polarização e o medo desses métodos violentos que Lula nunca sugeriu eram as armas com que Collor contava para fazer com que os setores das elites, que não confiavam ou não simpatizavam com sua candidatura, votassem nele no segundo turno

em oposição à esquerda, por falta de alternativas.

Para alcançar esse objetivo, a estratégia de Collor sofreu quatro inflexões durante toda a campanha. No período anterior ao programa gratuito de tevê e rádio, sempre embasado nas constantes pesquisas do *Instituto Vox Populi*, seu discurso enfatizou o combate aos marajás, aos políticos e a Sarney. Dissimulava com maestria a natureza marajá e política de sua candidatura e procurava tornar-se intérprete do ressentimento dos marginalizados e desfavorecidos, indignados com a situação vigente, com as impunidades e as injustiças. Como apontou o professor Faoro, ele construía uma polaridade *o povo e eu, eu e o povo*, para negar os desacreditados partidos. E, como consequência, encarnar o herói nacional. Essa opção estratégica levou-o a uma subida consistente nas pesquisas eleitorais.

Ao ter início o horário gratuito, Collor aplicou uma outra variante, com o objetivo de ganhar as classes médias intelectualizadas. Procurou acentuar suas propostas de governo, mas a inconsistência delas e sua falsa embalagem – hoje se sabe que essa percepção era verdadeira – fez com que iniciasse um processo de descenso, seja porque os setores médios visados não acreditavam nele, seja porque à população despolitizada não interessam propostas daquele tipo, a maioria incompreensível. Ou, ainda, porque a população começou a ver velhos caciques apoiando o candidato que afirmava desprezá-los.

Só com a manobra envolvendo a candidatura Sílvio Santos, que parecia devastadora para Collor, ele retoma sua variante inicial de ataques. Desanca

Sarney e parte para o confronto com seus concorrentes na faixa da direita, em especial com Afif, para estancar a sangria que estava sofrendo e parar a queda, o que finalmente conseguiu, chegando à apuração do primeiro turno com 20 milhões de votos, ou 29% do total.

No segundo turno, para colocar-se à altura do programa da Frente Brasil Popular, Collor tentou retornar à estratégia das propostas e promessas aparentemente viáveis e passar a imagem de estadista e vencedor, o candidato dos 20 milhões de votos (qualquer semelhança com Cyborg, o homem de US\$ 6 milhões, é mera coincidência). Ao mesmo tempo, mantém o sistema de comícios simbólicos que lhe propiciava visitas rápidas a grande número de pequenas cidades. Essa estratégia, porém, deixa-o na defensiva, tendo em vista a maior consistência do programa e das propostas de governo de Lula, o crescimento dos comícios da Frente e a aglutinação de inúmeras forças progressistas em torno da candidatura Lula. Isso se reflete no primeiro debate em que se vê frente a frente com Lula e no estancamento de seus índices de preferência eleitoral.

Collor se vê, além disso, confrontado com a subida de Lula, que o ameaça seriamente. Nesse momento, ele é obrigado, mais uma vez, a realizar uma inflexão estratégica, numa das operações mais obscuras de sua campanha. Tudo indica que o quartel general paralelo do Império, montado no escritório da Candelária do advogado Jorge Serpa, no Rio de Janeiro, que já vinha realizando uma série considerável de operações sujas, impõe ao comando oficial,

como principal, a linha dos boatos, mentiras e intrigas, identificando Lula e o PT com greve, baderna, luta armada, comunismo, estatização e calote, enquanto identificava a Collor como o combatente da resistência a tudo isso.

Qualquer que tenha sido o estado-maior a tomar essa decisão, não há dúvida de que o ex-governador de Alagoas a aplicou com afinco, explorando os meios que as classes médias e os setores despolitizados de baixa renda nutriam em relação aqueles símbolos. Já então com o apoio explícito de todos os principais segmentos do Império, ele armou em seqüência as principais armadilhas para vencer o adversário à custa de qualquer coisa que fosse necessária. O suborno e a utilização de Miriam Cordeiro, a entrevista no *Programa Ferreira Neto* e sua utilização no horário gratuito, a estratégia da repetição cínica de mentiras, mentiras e mais mentiras, a montagem que a TV Globo fez dos piores momentos de Lula e melhores momentos de Collor no segundo debate e a utilização, mesmo parcial, do seqüestro do empresário Abílio Diniz – tudo isso, e muito mais, fez parte do arsenal utilizado pelo Império e por Collor para derrubar o adversário Lula.

Está mais uma vez certo o professor Faoro quando diz que o povo de Collor não é o povo organizado, mas o povo como agregado ocasional que lhe permita construir uma autoocracia eletiva. Acrescente-se a isso o terrorismo psicológico, a mentira, a violência e o marketing político e teremos as características inerentes a Collor e ao grupo que o sustenta. Qualquer semelhança com a história da década de 30 e primei-

ra metade da década de 40 na Alemanha e Itália é, mais uma vez, espera-se, mera coincidência.

4. No fundo do poço

Em maio, a sorte da candidatura Lula parecia selada. Depois de haver alcançado os 16% das preferências eleitorais nas pesquisas do início do ano, em maio despencara para 8% e continuava em queda. Mais adiante alguns institutos de pesquisa chegaram a apontar 4,5% de intenção de votos para Lula, enquanto Brizola continuava estacionário nos 13% e Collor atingira mais de 40%. A ofensiva do Império, desqualificando as administrações petistas, relacionando greves e baderna, e baderna ao futuro caso Lula chegasse ao governo, e empregando variados golpes sujos, parecia haver dado certo.

Diante desse quadro a direção do PT avaliou que a candidatura Lula havia se beneficiado, no início do ano, de vários fatores favoráveis. A vitória eleitoral do PT em diversos municípios importantes, o desgaste do governo Sarney, o agravamento da crise econômica, a indefinição do PMDB e de outros partidos, com ausência de uma candidatura única de centro-direita, refletindo as divisões nas hostes do Império, tudo isso permitira o avanço do PT na construção de uma coligação em torno da candidatura popular e tornara possível a Lula ocupar um razoável espaço na mídia.

Entretanto, paralelamente a esses fatores favoráveis, haviam persistido fatores negativos entre nós. O comitê político da campanha, que deveria respon-

sabilizar-se pelas decisões políticas mais gerais, não conseguia manter uma continuidade em seu trabalho. As principais lideranças partidárias que compunham o comitê estavam envolvidas nas atividades das constituintes estaduais, ou diretamente com os movimentos sociais, ou ainda no processo de preparação e realização dos encontros ou convenções dos diretórios municipais e estaduais do partido. A sobrecarga de trabalho dos dirigentes, já nessa época, era geral. Por essa mesma razão, a coordenação operativa da campanha, que deveria montar a infraestrutura e coordenar a execução prática das decisões políticas, continuava desestruturada e nem mesmo possuía sede até maio. Faltavam recursos humanos e financeiros e a militância não se engajara. Dessa maneira, ainda por cima subestimando a burguesia e suas campanhas contra nós, não fomos capazes de suportar a ofensiva geral desencadeada, iniciando-se a queda livre da candidatura.

Nessas condições, também, as críticas à coordenação nacional da campanha tornaram-se ácidas. Na reunião de junho com os coordenadores estaduais, alguns criticaram a ausência de Lula nos movimentos sociais e na greve geral, imputando a isso a queda. Outros apontavam ambigüidade na candidatura, já que até o momento não se sabia se ela era do PT ou da Frente Brasil Popular, levando a paralisação da campanha. Os companheiros de Alagoas, em particular, criticaram a direção nacional por não levar em conta a avaliação que tinham sobre Collor, nem as recomendações que haviam feito para ter cuidado com o tipo de denúncia a fazer contra ele, o que

poderia transformá-lo em vítima capaz de capitalizar a solidariedade dos eleitores.

Foi, para falar menos, uma reunião dura, mas decisiva para empreender as correções que o processo organizativo demandava. Mesmo assim, quando setembro chegou a candidatura ainda ia mal. Persistiam dificuldades em mobilizar o partido, a militância não se recuperara dos golpes desfechados contra nós e não se engajara como devia na campanha. Tão sério quanto isso era o fato de que havíamos perdido para Collor a faixa do eleitorado despolitizado, assim como a bandeira da moralização. Freire conquistara espaços na juventude e na intelectualidade às nossas custas e Brizola pregava o voto útil a seu favor para enfrentar o candidato da direita.

Nessa situação, o PT e sua candidatura patinavam no fundo do poço.

Virando o jogo

Precisamos, sobretudo, fazer de nossa campanha uma campanha massiva, capaz de ajudar a fazer crescer o nível de consciência política de nossa sociedade, como única forma de garantir a vitória, de assegurar a posse e de garantir o governo.

Lula, Seminário PT: um projeto para o Brasil, abril de 1989

1. Final de novela

Verdade: a candidatura Lula patinava no fundo do poço. Ou parecia patinar. A novela da escolha do vice, em particular, era angustiante. Comentaristas e analistas políticos, interpretavam que a queda da candidatura Lula provocava polêmica acalorada entre os que a apoiavam, em grande medida para ganhar espaço na disputa pelo lugar do vice na chapa.

Essa polêmica, tendo como centro a questão do vice, tanto dentro do PT quanto dentro da Frente Brasil Popular, durou mais de 60 dias. O PT, na perspectiva de construir uma coligação mais sólida e disputar para vencer a campanha eleitoral, desde o início abriu mão de indicar o candidato a vice. Isso pelo menos é o que decidira a direção nacional do partido, o que não impedia que internamente existissem agrupamentos de filiados, militantes e dirigentes que continuavam advogando um vice oriundo das próprias fileiras. Às vezes as motivações eram diferentes, mas todas convergiam para o mesmo objetivo.

As dificuldades dos partidos da Frente em escolher um nome de projeção nacional, que complementasse a candidatura Lula, alcançasse o consenso dentro da Frente Brasil Popular e recebesse a consagração da militância petista eram, por outro lado, grandes e reais. Em tais condições era até natural que alguns nomes do PT, como Benedita da Silva, despontassem com vitalidade. Deputada federal pelo Rio de Janeiro, Benedita apoiava a idéia de um candidato de fora do PT, mas mesmo assim teve seu nome lançado por companheiros que militam no movimento negro e no movimento popular, angariou muitos apoios e aparentou alguma chance até junho. Mesmo entre os partidos da Frente ela suscitava simpatias, mas a questão em jogo era cumprir o acerto de um candidato a vice de fora do PT para ampliar a Frente e sua base de sustentação.

Outros nomes petistas, como Paulo Freire, Virgílio Guimarães e Olívio Dutra, também afloraram no bojo das dificuldades encontradas pela Frente Brasil Popular para definir o candidato a vice. A direção nacional do PT não só abriu mão de indicar essa candidatura, como reiteradamente declarara aos outros partidos da Frente que cabia a eles tal indicação. Só que, entre eles, quem se firmava paulatinamente era o PV, com a indicação de Fernando Gabeira.

Na verdade, o PV traçou como estratégia jogar o nome de Gabeira na sociedade, como disputante da vaga de vice na chapa de Lula, e fazer campanha dentro do próprio PT a favor de seu nome, na suposição de que, no frígir dos ovos, o que ia decidir mesmo na escolha era o peso do PT. Embora alguns de

nós não concordassem com essa postura, em nenhum momento colocamos em pauta sua legitimidade e a achamos natural dentro das regras democráticas.

A estratégia do PV para garantir a indicação de Gabeira teve um duplo movimento. Por um lado, afirmou estar disposto a abrir mão de uma candidatura própria para fortalecer o PT e não fazer campanha para indicar o vice de Lula, aceitando porém a vaga se Gabeira fosse convidado. Por outro lado, deixava clara sua posição de que o fortalecimento do PT visava levá-lo a aproximar-se das posições que o PV considerava importantes e instava o PT a manter coerência na hora da escolha do vice.

Na sua pretensão de orientar politicamente a campanha de Lula, os dirigentes do PV chegaram inclusive a fazer críticas públicas às posições de Lula e do PT. Alfredo Sirkis, que também é vereador no Rio de Janeiro, afirmou a *O Povo*, no dia 12 de maio, que a Frente Brasil Popular queria que Lula tivesse uma postura de maior distanciamento do movimento sindical, enquanto Carlos Mine, deputado estadual também pelo Rio de Janeiro, conclamava Lula, pelas páginas do *Jornal do Brasil* de 13 de maio, a parar de agir como líder sindical nas portas de fábricas e de fazer críticas à Fiesp.

No momento em que Lula e o PT sofriam a violenta ofensiva contra o que a imprensa chamava de *grevismo*, aquelas críticas soaram como uma soma ao lado de lá. E obrigaram Lula a reafirmar publicamente que seu discurso não mudaria e que se tivesse que ficar contra os trabalhadores em greve para melhorar seu desempenho eleitoral, preferia deixar

de ser candidato e ficar ao lado dos trabalhadores.

Em reunião da Frente, o PV explicou e retificou sua posição e o incidente foi considerado superado. Mas a questão do vice continuava. A imprensa entrou firme na disputa, explorando toda e qualquer fissura, por mais insignificante que fosse. Gabeira ganhou espaços inimagináveis em outras circunstâncias. Dirigentes do PT, como José Genoíno, também conseguiam espaços na mídia para declarar apoio a Gabeira por supostamente incorporar uma temática moderna à candidatura Lula. O modernismo de Gabeira, destinado a arejar mentes e práticas esleirosadas na Frente e no PT, era a palavra de ordem chave para a conquista da indicação.

Notícias dando conta de que saíam da própria direção da campanha informações sobre a inviabilidade da candidatura a vice de Fernando Gabeira na chapa da Frente (ver, por exemplo, a *Folha de S.Paulo* de 27 de maio), serviam, por sua vez, para minar a confiança das bases petistas na condução do processo pela direção, ao mesmo tempo que Gabeira reafirmava sua disposição de trabalhar pela vitória de Lula qualquer que fosse o resultado obtido para a escolha do vice.

O PSB, por seu turno, reivindicava o direito de indicar o candidato a vice pela Frente. Primeiro lançou o nome de seu presidente, Jamil Haddad, ex-prefeito e senador pelo Rio de Janeiro, que encontrou pequena receptividade dentro da Frente e menos ainda dentro do PT. Depois, apresentou Antonio Houaiss, intelectual de renome, um dos fundadores do partido e socialista de longa data. O PSB, entre-

tanto, negou-se por um longo período a apresentar o nome de seu candidato a candidato para disputa na sociedade. E, quando o fez, com o nome de Houaiss, o de Gabeira já estava cristalizado em razoáveis parcelas da militância do PT e na imprensa.

O PCdoB não reivindicava nenhum nome próprio para a disputa, mas desde o começo deixou evidente sua posição de que não aceitaria de modo algum outro nome do PT para a chapa e que trabalharia por alguém que considerasse capaz de ampliar a sustentação política da Frente. Durante um bom tempo o PCdoB trabalhou por um nome suprapartidário, apoiando os esforços para conseguir a aquiescência do jurista Raymundo Faoro. Depois tentou alguém da ala progressista do PMDB, como Arraes ou Jarbas Vasconcellos, chegando a aceitar a possibilidade Houaiss.

O PCdoB via em Gabeira uma indicação que restringiria a base de sustentação da candidatura Lula, o que levou o PV, em diversos momentos, a afirmar que sua indicação sofria vetos e que tais vetos não tinham propriamente uma conotação política. Tratar-se-ia mais de preconceitos comportamentais. Finalmente, o PCdoB desenvolveu esforços para atrair o reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque.

O problema é que não se chegava a acordo entre os partidos da Frente, esgotando-se os prazos para a decisão a respeito. A situação, confluuiu para o 6º Encontro Nacional do PT, no início de junho, que teria de escolher entre Gabeira e Houaiss, sem deixar de lado as propostas em torno de um nome petista. Na direção do PT havia consenso de que a escolha

deveria recair sobre alguém de fora do partido, mas formaram-se praticamente três correntes, todas partindo do pressuposto de que a continuação da Frente era fundamental para assegurar a vitória.

Uma corrente ponderável, representada por Plínio de Arruda Sampaio, Hélio Bicudo e Francisco Weffort, era contrária à aprovação do nome de Gabeira por considerar que ele prejudicava a continuidade da Frente e abria enormes flancos aos ataques dos candidatos adversários. Outra, defendida particularmente por José Dirceu, Luis Gushiken e José Genoíno, apostava na manutenção da Frente mesmo com o lançamento de Gabeira e trabalhava para ver seu nome aprovado no 6º Encontro. Uma terceira, representada por Eurides Mescolloto e Geraldo Magela, e na qual eu me incluía, considerava que a escolha de Gabeira ou Houaiss levaria ao rompimento da Frente, sendo necessário que o Encontro delegasse ao Diretório Nacional a tarefa de buscar um terceiro nome que mantivesse a coligação.

Na reunião da Comissão Executiva Nacional, realizada no curso do próprio Encontro, venceu a proposta de levar ao plenário a disputa entre Houaiss e Gabeira, caso ficasse descartada a preliminar da busca de um terceiro nome – como realmente aconteceu. O Encontro preferiu Gabeira por boa margem sobre Houaiss. Mas, para efeito de acerto posterior na Frente, essa escolha foi indicativa, e o Diretório Nacional autorizado a negociar e até mesmo trocar o nome escolhido. Na prática, deixou-se aberta a possibilidade de manter unificada a Frente, se o escolhido pelo PT encontrasse resistências intransponíveis.

A preferência do PT por Gabeira foi considerada inaceitável pelo PSB e PCdoB, ficando a Frente dividida em dois contra dois. Pelo acordo de constituição da Frente, o PT, através do seu candidato, poderia dar a palavra final, desempatando a disputa. Mas isso significaria, sem dúvida, a desagregação da aliança, o que se chocava com a idéia predominante no PT de que a Frente Brasil Popular era mais importante do que o vice.

Para piorar as coisas, o discurso de Gabeira no Encontro do PT, logo após a sua escolha, foi no mínimo infeliz. Procurou explorar uma possível divergência entre a direção e as bases do PT, dizendo-se preferido das bases apesar da restrição da direção, e lançou-se na aventura de ditar a linha de campanha que pretendia imprimir a partir daquele momento. Com isso, conseguiu de imediato colocar contra si não só a grande parcela da direção que o apoiara na disputa, como muitos daqueles militantes que tinham preferência por ele.

Nessa situação, depois de constatarmos não ser possível contar com Cristovam Buarque, o nome do senador José Paulo Bisol, então do PSDB, ressurgiu como viável. Ressurgiu é mesmo o termo, porque ele havia sido cogitado logo no início do processo e só não foi convidado porque a construção da Frente estava dando seus primeiros passos naquele momento e havia dúvidas se o senador aceitaria deixar o PSDB. Sua indicação, na primeira semana de julho, colocou fim à novela da escolha do vice.

Não foi um final completamente feliz. Pareceu mais um desses finais abruptos que caracterizam

algumas séries de tevê, onde alguém entra para dar gancho a outra novela, como ocorreu com Bisol. Ou onde alguém sai antes para trabalhar em outra novela, como aconteceu com Gabeira e o PV. Abandonaram a Frente e lançaram candidatura própria, apesar de todas as juras anteriormente feitas de sua disposição de colar cartazes, distribuir boletins e participar dos mutirões da candidatura Lula, qualquer que fosse a escolha final. Parece até que não acreditavam na possibilidade de Lula sair dos baixos índices que ostentava e resolveram salvar-se antes do desastre imaginado. Verdade ou não, o resto todos conhecem.

2. Contra-ofensiva massiva

Durante o mês de junho os índices de Lula haviam continuado a cair e em julho estagnaram em torno de 6%. A coordenação da campanha teimava na linha de mobilizações, mas não eram raras as pressões para que fosse substituída pela presença concentrada do Lula nos rádios e tevês, participando de programas de entrevistas e debates. Pouco adiantava afirmar que havia indícios de recuperação e crescimento, quando as pesquisas simplesmente não davam qualquer sinal disso. Hoje fico me lembrando de que ninguém acreditava em pesquisa, mas na hora do argumento eram elas que valiam.

Assim, corremos o sério risco de modificar a linha de mobilização massiva em função das pressões quase insuportáveis que os resultados das pesquisas geravam. O que salvou a continuidade da estratégia

traçada ainda em 1988 foi o roteiro anteriormente preparado para o Nordeste e o Norte, onde os comícios fizeram aflorar um ânimo e uma disposição de novo tipo na militância e na população, apontando nitidamente para a ocorrência de um processo de virada.

Na realidade, havíamos iniciado esse processo no comício de 13 de maio em São Bernardo do Campo, dentro do cronograma da campanha. Daí em diante, por todo o Brasil, houve um crescente envolvimento da militância petista e da Frente Brasil Popular no corpo-a-corpo com a população, politizando o debate e chamando os trabalhadores e o povo a mudar a cara do Brasil. Essa não era nem poderia ser uma linha eventual de trabalho. A participação popular não é, para nós, um mote propagandístico, utilizável de acordo com as circunstâncias do momento. Acreditamos na força da mobilização popular, inclusive como forma de abrir espaço numa mídia nem sempre permeável a nossos fatos políticos.

No caso específico da disputa presidencial de 1989, dada a extrema disparidade de meios materiais entre as diversas candidaturas do Império e a nossa, a candidatura Lula só teria viabilidade de vitória se, realizados os passos políticos quanto à elaboração programática e à costura das alianças, demonstrasse um caráter massivo. O próprio processo para acertar as alianças dependia, em grande medida, da militância petista ser capaz de articular a imagem do Lula com idéias-força simples que estimulassem a espontaneidade, a iniciativa e a participação populares em larga escala, dando-lhe uma vi-

sibilidade igual ou superior à da campanha das diretas-já em 1984.

No início da campanha, Lula era o único candidato com uma estratégia definida de mobilização, com a programação de atos massivos e comícios. Os demais candidatos, conforme constatava em maio a *Folha de S.Paulo*, haviam programado um corpo-a-corpo com suas bases somente no começo da campanha, dedicando depois tempo integral para as aparições no rádio e TV. Comícios só com a garantia de platéia razoável. Collor chegou a reconhecer que percebera ser importante ir aos comícios para melhorar o ânimo na TV.

Nós, ao contrário, já antes do comício de 13 de maio realizávamos esforços, nem sempre bem sucedidos, para botar a campanha na rua e buscar o povo como a base principal para sairmos das dificuldades. Nossa militância inaugurou comitês populares em centenas de cidades, lançou a candidatura Lula em todo lugar onde houvesse oportunidade para isso e realizou plenárias com apoiadores e simpatizantes para discutir o engajamento na campanha. Formou-se, assim, a massa crítica para dar a virada.

O comício do dia 13 de maio não foi um grande comício. Embora as coisas tenham transcorrido razoavelmente (nem mesmo o telefonema avisando que havia uma bomba sob o palanque chegou a prejudicar o andamento do ato), não existia ainda um clima de muita animação, nem muita disposição de luta. Chamou nossa atenção o fato de que comparecera quase tanta gente do interior quanto da capital e do ABCD. A rigor, talvez não tenha contado com a pre-

sença de 20 mil pessoas, mas serviu para dar o pontapé a um processo que deveria se tornar irreversível.

Entre o 13 de maio em São Bernardo e o 17 de setembro na Praça da Sé, em São Paulo, Lula participou e falou em 53 comícios, para 300 mil pessoas, em 14 estados. Um comício a cada dois ou três dias, com a média de seis mil pessoas em cada um. Não era muito, mas foi o bastante para fazer com que os outros candidatos mudassem suas previsões e estratégias e se lançassem à realização de comícios, cavando platéia de qualquer maneira.

A militância petista, embalada pela aceitação e simpatia crescente que a candidatura Lula despertava, passou a mostrar cada vez mais a garra e a fibra que sempre a caracterizaram. Com criatividade, produzia material de propaganda, vendia adesivos e broches, conseguia contribuições e abria espaços na própria imprensa que majoritariamente trabalhava contra Lula. O comício de 60 mil pessoas, no dia 17 de setembro, na Praça da Sé, foi o primeiro grande comício da campanha, apontando no sentido de que estávamos mesmo entrando numa nova etapa do jogo.

Mas esse era o sentimento da coordenação, daqueles que participavam das viagens com Lula e que nos mantinham informados, por dezenas de fios, dos números de cada comício, da animação ou desânimo da população presente, dos fatos pitorescos ou dramáticos ocorridos, da combatividade ou frouxidão da militância e da organização quase sempre desorganizada da maioria dos atos, apesar do esforço dos companheiros responsáveis. Isso porque no fim

de setembro Lula ainda se encontrava com índices entre 7% e 8% nos principais institutos de pesquisa. É certo que uma leitura mais atenta das pesquisas nos fazia supor mudanças razoáveis no quadro eleitoral. Collor despencara para 33% das preferências eleitorais, perdendo 5,7 milhões de intenções de voto em 30 dias; Brizola continuava estacionado nos 14%; Covas e Maluf não saíam do patamar de 6%, enquanto Afif apresentava uma tendência de crescimento que não correspondia ao seu desempenho.

Em grande medida, só Lula podia aferir com razoável grau de acerto, através da linha de mobilização de sua campanha, o crescimento da receptividade e do apoio a sua candidatura. Depois da Sé, Lula foi a Teresina, São Luís, Macapá, Belém e Santarém. Voltou a Fortaleza... Em um mês, até 17 de outubro, Lula percorreu 30 cidades, levando mais de 400 mil pessoas às praças públicas para vê-lo e ouvi-lo. Assim, num único mês, fazendo um comício por dia para uma média de 13 mil pessoas em cada um, reuniu mais gente do que nos quatro meses anteriores.

Lula mesmo reconhece que o comício de Teresina foi onde sentiu o clima de virada – na verdade, ele foi obrigado a fazer dois comícios seguidos na cidade, em virtude da enxurrada de pessoas participantes – e o salto no entusiasmo da população e da militância, de efeito contagiante, que a *Rede Povo* passou a aproveitar muito bem como efeito multiplicador.

Essa linha mobilizadora intensificou-se entre 17 de outubro e 12 de novembro, quando Lula realizou 39 comícios, englobando um milhão e 400 mil pessoas, uma média de mais de um comício por dia,

cada um reunindo mais de 35 mil pessoas. Foi a arancada para colocar o Império na defensiva e garantir o lugar no segundo turno.

Administrando sua escassez, a militância petista e da Frente Brasil Popular fez das tripas coração, criou fatos políticos e garantiu uma participação popular cada vez mais ampla na campanha, não só através dos comícios com Lula. Os comícios e atos realizados com a participação de diferentes lideranças nacionais e estaduais do PT e da Frente contaram com uma presença da população que superou quase sempre as melhores previsões.

Mas a mobilização massiva não se expressou somente por meio dos comícios e grandes concentrações populares. Foram o trabalho conjugado da militância e as mobilizações setoriais que permitiram a participação ativa na campanha dos mais diferentes segmentos sociais. Foram inúmeros e diversificados os encontros com sindicalistas, estudantes, mulheres, jovens, deficientes físicos, negros, intelectuais, favelados, categorias profissionais, artistas. Eles refletiram, em certa medida, a inserção das propostas da candidatura Lula nesses segmentos e suas esperanças e vontade de não se sentirem apenas como objetos da ação do governo, mas também como sujeitos ativos das mudanças desejadas para a sociedade brasileira.

Provavelmente por isso o processo de elaboração do programa de ação de governo, o chamado PAG, tenha incorporado tanta gente. E talvez pelo mesmo motivo não haja exemplo na história brasileira de uma participação tão ativa e engajada dos artis-

tas numa campanha eleitoral, como a que ocorreu na de Lula, contribuindo de forma decisiva para dar-lhe a feição alegre e bonita que assumiu. Aos artistas se deve ainda que o debate cultural tenha assumido a proporção que alcançou.

Entretanto na estratégia de mobilização massiva nós cometemos erros que nos custaram caro, particularmente no segundo turno, mesmo que nos console a suposição de que eles foram causados ou agravados, em boa medida, por nossas dificuldades materiais. Não conseguimos, por exemplo, trabalhar as pequenas e médias cidades do interior onde a presença do candidato, até mesmo simbólica, seria essencial. Isso demandaria uma estratégia de visitas-relâmpago a um grande número de localidades num mesmo dia, a exemplo do que Collor fez, com uma estrutura de comícios e de transporte que não possuíamos. Por outro lado, isso poderia significar também uma mudança em nosso empenho de transformar a campanha eleitoral num vasto debate político, numa verdadeira revolução cultural, na qual o papel político e comunicador de Lula jogava um papel essencial.

Lula teve um papel determinante na estratégia de mobilização, tanto no aspecto político de sua participação, quanto no que isso representou de esforço físico, principalmente se levarmos em conta que até setembro ele se deslocava pelo Brasil quase exclusivamente em aviões de carreira. Os números de sua participação são significativos: entre maio e junho debateu em mais de 50 plenárias de militantes e fez quatro viagens ao exterior, num total de 50

dias de traslados e contatos com governos e representantes políticos e sindicais. Até o final da campanha compareceu a mais de 40 programas de rádio e tevê, concedeu inúmeras entrevistas exclusivas e coletivas, participou das gravações dos programas de rádio e tevê da campanha, esteve em todos os debates entre os presidenciaíveis e compareceu e falou em mais de 150 carreatas, passeatas e comícios.

A rigor, a cada dois dias entre janeiro e dezembro, ele participou de um comício. Esteve em 23 capitais, sendo mais de uma vez em 14 delas; em mais de 50 cidades com mais de 100 mil habitantes; e em 40 cidades com população entre 20 mil e 100 mil habitantes.

A contra-ofensiva massiva da campanha foi um dos fatores principais para fazer com que Lula se recuperasse da queda sofrida desde o primeiro semestre e, a partir do fim de outubro, entrasse em ascensão. Mas ainda havia armadilhas e obstáculos consideráveis para chegar à vitória.

3. Vitória

Na reta final da campanha, o Império tentou armar uma série de novas armadilhas. O caso Lubeca e a tragédia da favela Nova República, em São Paulo, foram as principais. No debate entre os presidenciaíveis, na *Rede Bandeirantes*, no dia 16 de outubro, o desqualificado e petulante Ronaldo Caiado acusou a Prefeitura de São Paulo de haver praticado corrupção para aprovar o projeto Panamby, um projeto de construção de um complexo imobiliário, da empre-

sa Lubeca. E fez menção de mostrar dois cheques que teriam sido destinados à campanha de Lula.

Sem qualquer prova consistente, como demonstraram as investigações realizadas pela Polícia Civil (estadual), pela Promotoria Pública, pela Polícia Federal e pela Câmara Municipal da cidade, a acusação caluniosa ganhou, porém, as manchetes dos jornais, das rádios e das tevês, tentando mostrar que a transparência pregada pelo PT não existia.

No caso do desabamento da favela Nova República, a ação dos candidatos direitistas e da imprensa orientou-se para demonstrar a incompetência do PT na administração pública, acusando a Prefeitura de São Paulo de haver sido negligente na prevenção do acidente. Aliás, com ou sem motivos, as prefeituras petistas estavam sempre voltando ao noticiário como arma de luta contra a candidatura Lula.

Ataques e provocações de outros tipos foram enfrentados na fase final pela campanha da Frente em todo o país. Maluf, Camargo e Collor descambaram para o anticomunismo aberto e multiplicaram as provocações dos seus cabos eleitorais contra militantes do PT e da Frente nos roteiros por onde Collor passava.

No entanto, apesar de tudo isso, apesar da truculência da polícia e de alguns juizes eleitorais, como os de João Pessoa e Recife, Lula chegou ao dia das eleições quase certo da classificação para o segundo turno. Por isso mesmo, a boca de urna do dia 15 de novembro transformou-se numa grande festa democrática que transbordou, nos dias seguintes, num conagraçamento da militância de todas as forças progressistas.

Mas a angústia foi grande, principalmente pela disputa palmo a palmo com Brizola. Ainda em setembro o candidato do PDT aparecia como a alternativa de esquerda a Collor. Embora estivesse estagnado nos 14-15% das preferências eleitorais, ele trabalhava com denodo para garantir sua ida ao segundo turno, quando esperava ter a seu lado, num palanque igual ao das diretas-já, Lula, Covas, Miguel Arraes e até Ulysses Guimarães. Jogou pesado na probabilidade do voto útil, que chamou de voto de consciência, direto, elaborado pelo eleitor, mesmo sem acordo entre as cúpulas partidárias. E, no último debate entre os presidenciais, fez um apelo patético, emocionado, para que votassem em qualquer um, menos em Collor, o filhote predileto da ditadura.

Brizola mostrou toda a sua força no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. No Rio conquistou mais de 50% dos votos e no Rio Grande do Sul alcançou mais de 60%. Mas, nos demais Estados, sua votação só foi boa em Santa Catarina (25%) e razoável no Ceará (18%), Paraná (14%) e Paraíba (13%). Em Minas Gerais e São Paulo, Estados decisivos em qualquer disputa nacional, Brizola teve um desempenho abaixo do sofrível – menos de 4%.

Covas também contabilizou votos preciosos em São Paulo, onde conseguiu 22% do eleitorado, e no Ceará e Distrito Federal, onde obteve 17% dos votos. Quanto a Collor, praticamente ganhou em todos os Estados, com exceção do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Santa Catarina.

Entretanto, a formidável vitória, a vitória política, contra a lógica, contra as descrenças, contra os

temores arraigados, foi a de Lula. Repetindo velhos chavões, foi uma vitória do fraco contra o forte, da pobreza contra o poder econômico, da dignidade contra a indignidade.

Em síntese, é assim que se podem avaliar os resultados obtidos por Lula no primeiro turno. Mais de 11 milhões e 600 mil votos são a expressão mais legítima da força real de Lula e do PT, mesmo considerando-se a participação efetiva do PSB e do PCdoB. Colocaram à mostra, com bastante nitidez, os pontos fortes e fracos desse partido que só tem existência de 10 anos, mas ousou disputar o poder contra o Império, desafiando todo descrédito e desprezo.

São também esses resultados que melhor exprimem as dificuldades e as potencialidades de crescimento do PT e de seus aliados da Frente Brasil Popular, o papel que essas alianças desempenharam e os efeitos da propaganda e da ação da militância engajada na campanha.

Lula obteve votações acima de 20% em Minas, Espírito Santo, na maioria dos estados do Nordeste (Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí), assim como no Amazonas, Amapá e Distrito Federal, onde foi o primeiro colocado. Em geral, mostrou crescimento acentuado na maioria das grandes cidades e capitais. Nas cidades médias e pequenas, embora seja possível detectar certo crescimento em comparação com a votação do PT nas eleições anteriores, a votação de Lula esteve abaixo das expectativas. O que aconteceu também em São Paulo, capital e Estado, e em algumas grandes cidades onde o PT é governo – Porto Alegre, Vitória,

Campinas, Santos [ver quadro do desempenho nos estados e capitais].

Quadro do desempenho de Lula nos estados – 1º turno

Menos de 10%		10% a 20%		Acima de 20%	
RS	6,5	SP	16,8	MG	21,3
PR	7,8	RJ	11,8	BA	22,3
AL	7,9	AC	16,4	AP	22,9
MT	9,7	CE	11,4	AM	20,0
MS	8,5	GO	15,7	DF	28,2
RR	9,7	MA	17,4	ES	20,8
TO	8,7	PA	18,2	PB	21,4
		SC	10,1	PE	20,6
		SE	16,0	PI	20,4
				RN	21,4
		BRASIL	16,1		

Quadro do desempenho de Lula nas capitais – 1º turno

Menos de 10%		10% a 20%		20 a 30%		Acima de 30%	
P. Alegre	6,4	São Paulo	15,2	Macapá	25,4	B.Horizonte	30,6
Curitiba	9,9	Rio	11,9	Manaus	20,8	Salvador	39,3
B. Vista	9,8	R. Branco	18,5	Goiânia	23,4	Recife	38,1
		Maceió	10,5	São Luís	23,0	Teresina	32,8
		Fortaleza	14,3	Belém	25,1		
		Vitória	19,9	J. Pessoa	26,9		
		Cuiabá	15,4	Natal	29,0		
		C. Grande	11,0	Aracaju	24,6		
		P. Velho	13,2				
		Florianópolis	11,7				
		Miracema	10,9				

A votação dos setores organizados da sociedade em Lula foi bastante representativa da inserção do PT e demais partidos da Frente, mas a votação dos setores de baixa renda, sem instrução e desorganizados, assim como de diversos segmentos da classe média, em particular do interior, foi muito abaixo do esperado ou desejado. Não é verdade, porém, que esses setores tenham votado em Collor e nos outros candidatos conservadores, como esperava a maioria dos analistas políticos.

Esses setores devem constituir 70% do eleitorado brasileiro de 82 milhões de votantes. Ou seja, aproximadamente 56 milhões, número levemente inferior ao da soma dos 33 milhões de eleitores semi-analfabetos com os 30 milhões de votantes que cursaram o primeiro grau. Collor teve realmente a expectativa de conquistar o apoio completo desses setores ainda no primeiro turno e evitar a segunda rodada. Chegou a expressar esse sonho quando alcançou 45% das intenções de voto, em junho. Mas, no final, teve menos de 21 milhões de votos, o equivalente a 28,5% dos votantes. Os candidatos conservadores (Collor, Maluf, Afif, Ulysses etcétera) conseguiram, no primeiro turno, cerca de 50% dos votos, ficando praticamente empatados com os candidatos de esquerda, o que significa que pelo menos 20% daqueles setores despolitizados despertaram para os problemas da política.

4. Mídia, uma nave do Império

Para conquistar sua classificação para o segundo

turno, Lula teve que enfrentar máquinas poderosas. Mas, como se viu, elas estavam divididas e foi possível batê-las, apesar dos recursos e meios materiais que possuíam. Contaram com o apoio de meios de comunicação, chefes políticos e parcelas consideráveis da máquina governamental. Empresários investiram em um ou mais candidatos, fornecendo-lhes recursos financeiros e materiais e apostando nos privilégios do futuro. Collor, em especial, contou com uma sólida sustentação financeira, permitindo-lhe a montagem de uma máquina eleitoral completamente profissionalizada, empresarial.

Seu próprio comitê, para atender às exigências legais, previra um gasto de 100 milhões de cruzados novos durante a campanha no primeiro turno. Entretanto, é certo que apenas as pesquisas nacionais de opinião que o *Vox Populi* realizou devem ter custado bem mais do que isso, segundo sabe qualquer pessoa enfronhada no assunto.

Para cobrir o interior do modo que programou, visitando 10 a 12 cidades por dia, com equipes precursoras, diversos conjuntos musicais, número correspondente de palanques e aparelhagens de som e iluminação, corpo de segurança e frota de jatinhos e helicópteros, a campanha *collorida* gastou uma fábula nunca inferior a US\$ 100 milhões de dólares. Sua infra-estrutura de comitês e seu sofisticado sistema computadorizado de coleta e análise de informações, sua agência de edição e produção de notícias para jornais, rádios e tevês, além do *disque-Collor*, representaram um custo adicional que não se compara ao de qualquer outro candidato.

Collor de Mello tinha, assim, uma estrutura de campanha incomparável. Muito mais importante, porém, para a execução de seu marketing político e para a disputa contra a esquerda, particularmente contra Lula, foi o suporte escancarado da *Rede Globo*. As emissoras do doutor Roberto Marinho se esmeraram em transformar o playboy em defensor e vingador dos descamisados e em vender a imagem de Lula como extremista, incompetente e destruidor da sociedade brasileira.

No entanto, a *Rede Globo* foi apenas a ponte visível do papel que a mídia desempenhou nessa campanha, não só a favor de Collor ou de algum outro candidato conservador do Império, mas fundamentalmente contra Lula, através de uma permanente guerra de desgaste e destruição, tanto eletrônica quanto impressa, de sua candidatura. Simples programas de auditório, nas tevês e nas rádios, a exemplo dos programas de Paulo Barbosa, Afanásio Jazadji, Hebe Camargo e outros, transformaram-se em tribunais eleitorais permanentes de ataque à candidatura da Frente Brasil Popular, até mesmo ferindo a legislação eleitoral. As rádios do interior, onde a fiscalização era ainda mais fraca, tornaram-se instrumentos de propaganda eleitoral contínua contra Lula.

O Império jogou o que pode na guerra da mídia. Um vasto rol de indignidades cerca a maioria das notícias publicadas, desde a sórdida campanha contra o chamado *grevismo* e contra as prefeituras petistas – incluindo-se aí o caso Lubeca e a exploração do desabamento da favela Nova República –, até as manipulações para aproveitar as dificuldades do PT na indica-

ção do vice e, depois de escolhido Bisol, para desmoralizar um homem público acima de tudo honesto.

Será bom lembrar como a imprensa falou em nepotismo para qualificar a nomeação de um sobrinho da prefeita Luiza Erundina e de outro do secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo. Embora aquelas nomeações sejam passíveis de crítica, qualquer estudante de nível médio sabe que nepotismo significa o aproveitamento generalizado da máquina pública para empregar parentes, do que nem de longe se tratava. Entretanto, mais importante será comparar aquela campanha de meses e meses com as tímidas observações sobre a nomeação de parentes e parentes de parentes por Collor, após sua posse na Presidência.

Compare-se, também, a atitude da mídia, primeiro promovendo Gabeira como a melhor opção para vice de Lula, depois explorando seu descontentamento por ter sido preterido e, por fim, simplesmente esquecendo o candidato do PV à Presidência. Se Gabeira era um fato político e representava o moderno na campanha eleitoral de 1989, por que deixou de ser notícia, por que nada mais do que fazia repercutiu como candidato a Presidente? Será porque deixou de ser instrumento eficaz para a desestabilização da candidatura Lula pela imprensa?

Evidentemente, não se pode negar que, usando fartamente os recursos materiais com que contava, a campanha Collor realizou para o horário gratuito programas de televisão e rádio bem feitos. Conseguiu até inovar às vezes, como na vinheta em que os muros da inflação, da corrupção, da miséria, dos

marajás, eram destruídos por dois aríetes que se transformavam nos dois eles de Collor.

Mas esses programas do horário gratuito ficaram sempre a léguas de distância da importância e do enorme poder de influência exercido pelos meios de comunicação do Império, na sua programação normal de telejornais e revistas de circulação nacional. Este aparato representou fator decisivo nessa eleição.

Não por acaso, já em curso a batalha do segundo turno, a revista *IstoÉ Senhor* pergunta no editorial da edição de 13 de dezembro: “Que pode esperar o candidato Lula das tevês, dos jornais, das revistas? No máximo que uma ou outra reportagem, um ou outro artigo, apresentem corretamente os fatos e os comentem sem preconceito”. E talvez lembrando o articulista Gilberto Dimenstein, da *Folha de S.Paulo*, que relacionou tráfico de influência nos países socialistas, inchamento da máquina estatal brasileira e defesa petista do socialismo e da democracia para chegar à absurda conclusão – transformada em título de artigo – de que “PT estimula corrupção”, a mesma *IstoÉ Senhor* tenha concluído que inúmeros jornalistas, “servindo sempre e sempre o poder instituído”, “estimulam a ambigüidade e a mentira”.

Armas desiguais

É fascinante ouvir-se os locutores e comentaristas repetirem as mesmas frases feitas, com o apoio de uma expressiva parcela da imprensa.

Hermano Alves, *Isto É Senhor*,
28 de junho de 1989

1. Compensando as fraquezas

Lula não podia, é verdade, esperar nada dos jornais, rádios e tevês. Do mesmo modo, seria ilusão contar com recursos materiais suficientes ou esperar que os empresários fossem acometidos de uma febre de bom senso e optassem contra o maior embuste – o tempo dirá – que este país já conheceu. Lula contava basicamente com a militância e a simpatia de grandes parcelas da população.

Nessas condições, realçar as qualidades da militância engajada em sua vitória – sua garra, entusiasmo, combatividade e determinação – e transformar a simpatia da população em participação ativa eram os instrumentos de que Lula podia se valer para compensar as fraquezas de sua campanha, que não eram poucas, e criar condições para disputar a vitória no segundo turno. Inclusive ampliando suas alianças, o que se fazia com muita rapidez pela base e já era visível nas comemorações pela vitória no primeiro turno. Militantes do PCB, PDT, PSDB, PV, PH e PMDB

se juntaram nas ruas aos militantes da Frente, gritando o já gasto mas nunca esquecido *esquerda, unida, jamais será vencida* e forçando as direções partidárias a se decidir.

Lula saltara, na primeira pesquisa de intenção de voto após os resultados do turno preliminar, para 38% das preferências, mais do que dobrando seu índice de votação. Só 11% o separavam do candidato do Império e o número de indecisos poderia reverter completamente o quadro da disputa. Mas até a primeira semana de dezembro a situação das alianças permanecia confusa, em parte pela ação da mídia de difundir a impressão de que Lula, o PT e a Frente seriam incapazes de viabilizar a união com as forças situadas à esquerda.

Por outro lado, era verdade que o PDT e Brizola acusavam o PT de ter boas relações com a Rede Globo e insistiam nas denúncias contra Bisol, criando uma situação constrangedora. Depois Brizola confirmou seu apoio a Lula, mas negou-se a subir em palanque onde o candidato a vice estivesse. Dava, com isso, incentivo às especulações de que estaria cozinhando Lula em água fria, na expectativa de que o metalúrgico perdesse feio e deixasse de constituir ameaça política a ele, Brizola.

O PSDB, por sua vez, levantava objeções a um suposto *poder sindical* proposto no programa de governo da Frente e também à reforma agrária, pressionando para que o programa fosse amaciado. Os jornais adotaram uma tática dúplex: alguns, como o *Jornal da Tarde*, criticaram Lula por ser intransigente ao se negar negociar alguns pontos radicais

do programa com os partidos que se propunham apoiá-lo; outros, como *O Globo*, acusaram Lula de trair seus eleitores ao trocar seu programa de governo pelo apoio do PDT e PSDB, acusação que foi repetida insistentemente por Collor.

Apesar dessas dificuldades, a tendência das bases dos diversos partidos situados à esquerda, e até mesmo do PMDB, levou a que se concretizasse a aliança consubstanciada no Movimento Lula Presidente. Se não foi exatamente o palanque das diretas-já, valeu-se de uma sustentação popular nacionalmente mais ampla.

A campanha engrossou e ganhou uma consistência popular que nenhuma outra campanha política apresentou no Brasil, mas não foi capaz de corrigir com a rapidez necessária as fraquezas estruturais de que sofria desde o início. Era praticamente impossível superar, em 30 dias, apesar de todo o afluxo de apoios, o que não havíamos conseguido resolver em 10 meses.

Transformar a campanha presidencial no principal eixo da atividade da militância petista, compreendendo pelo menos duas centenas de milhares de ativistas em todo o país, demandava uma série de ajustes organizativos, das direções às bases. Aquelas precisavam estabelecer relações adequadas entre as novas demandas eleitorais e a continuidade das antigas atividades partidárias no movimento social, no parlamento e na vida interna do partido. As bases também precisavam encaminhar sua atenção para a ação eleitoral, sem perder de vista a criação de canais ágeis e acessíveis de sua participação popular,

maneira de manter o vínculo com a população e os setores organizados da sociedade. Comitês populares pró-Lula seriam as principais formas de organização da campanha para garantir a desejada mobilização massiva.

Enfrentamos dificuldades sérias para realizar esses ajustes organizativos. A maioria dos dirigentes escolhidos para o comitê nacional eleitoral estava envolvida com atividades parlamentares e partidárias diversas e as reuniões do comitê dificilmente davam quórum. Para superar essa dificuldade, formamos um comitê político mais reduzido, com sete membros, que também não funcionou pelos mesmos motivos.

Apenas a partir de junho-julho, depois de algumas discussões sérias com os coordenadores estaduais da campanha e na Comissão Executiva Nacional, ocorreu um processo em que a própria Executiva se transformou paulatinamente na real direção política da campanha, colocando em desuso os comitês anteriores. Passou a tomar as decisões a respeito das articulações para realizar as alianças, da elaboração do programa de ação do governo, da atividade parlamentar, da análise da estratégia dos candidatos, do planejamento dos fatos políticos e da correção da estratégia e das táticas da campanha.

É nesse mesmo período que membros da Executiva e outros dirigentes partidários assumem responsabilidades na coordenação operativa ou executiva da campanha, preenchendo lacunas que se mantiveram por muito tempo e superando os problemas da direção prática da propaganda, programa de tevê e rádio, imprensa, finanças, mobilização, agenda, pla-

nejamento, análise das informações e fiscalização. Desse modo, para ser franco, somente em agosto conseguimos montar uma estrutura razoável de comando que, ainda cheia de deficiências materiais e humanas, foi capaz de levar a campanha a um ponto que apenas alguns de nós imaginávamos possível.

Essa estrutura de campanha precisava combinar eficiência com escassez de recursos, o que nem sempre é possível. Dizendo de outro modo, precisávamos ter uma estrutura operacional enxuta, de baixo custo, e competente o suficiente para responder às demandas efetivas da campanha. Ela teria que ser formada, pois, por profissionais de gabarito, o que seria factível apenas se tais profissionais aceitassem trabalhar com grande dose de voluntariado, isto é, salários abaixo do mercado, e se as demais necessidades de recursos humanos fossem completadas, sempre que possível, com voluntários.

Todos os setores ou departamentos de nossa estrutura de campanha operaram desse modo, mas um dos exemplos mais significativos da diferença de recursos entre as estruturas das campanhas Lula e Collor pode ser observado nos setores de informações dos dois candidatos. É público que Collor contratou por um alto preço os serviços profissionais da CapSoft, uma empresa de consultoria e informática que montou para ele uma central de computação e um sistema programado de coleta de armazenamento de dados que lhe permitia obter as informações de que precisava de modo extremamente rápido e completo.

No comitê nacional da campanha Lula também

nos preocupamos em montar um setor desse tipo. Todo mundo sabe que hoje em dia, para acompanhar a conjuntura e suas mudanças, com o volume de informações que flui na sociedade, é essencial realizar um acompanhamento da imprensa (notícias, análises, comentários), das pesquisas de opinião e dos boatos que, da maneira mais insólita, atravessam o tecido social. Mais do que isso, para comprovar a veracidade das informações detectadas naquelas diferentes fontes, é fundamental realizar pesquisas próprias de opinião. Collor, além de contar com o acompanhamento da CapSoft, realizou pesquisas constantes de opinião pública através do Instituto Vox Populi, empresa mineira de pesquisas, de propriedade de seu amigo Marcos Coimbra Filho.

Em nosso caso, esse trabalho contou fundamentalmente com a contribuição de voluntários, em virtude dos altos custos envolvidos. Não tivemos condições de montar um centro de processamento de dados adequado, nem de fornecer aos analistas uma infra-estrutura de trabalho permanente, indispensável para qualquer política de contra-propaganda e pronta resposta. Essas deficiências estruturais fizeram com que a coordenação da campanha demorasse a responder e agir mais rapidamente diante de alguns ataques do Império. Causaram uma demora injustificável na análise dos resultados do primeiro turno e nos levaram a não adotar medidas mais eficazes no caso do seqüestro de Abílio Diniz, no enfrentamento da linha de ataque de Collor no último debate pela televisão e na desmontagem do sistema de boatos e intrigas nas duas últimas semanas da campanha.

As mesmas dificuldades nos impediram de realizar pesquisas de opinião próprias. Com muito esforço, chegamos a realizar duas pesquisas limitadas a algumas capitais e cidades do interior, quase totalmente baseadas no trabalho voluntário da militância. Aliás, foi essa militância que permitiu que chegássemos quase lá. A militância petista, com a qual mantivemos mais contato, deu um dos maiores exemplos de garra, abnegação e criatividade que esse país já conheceu. Utilizando as mais diferentes formas de organização e mobilização, desde os blocos Lula no Carnaval, até os festivos comícios-monstros e as vastas festas populares em que se transformaram os dias de votação, a militância do PT integrou-se à militância dos demais partidos da Frente Brasil Popular e do Movimento Lula Presidente e deu à campanha uma dimensão que forçou todos os candidatos a mudarem sua estratégia, mudando também a própria conjuntura nacional.

Sem meios próprios de comunicação de massa nem o apoio dos existentes, criamos a *Rede Povo*, nossa nave eletrônica de combate, uma das grandes responsáveis pelo êxito da linha de mobilização e pela transparência com que pudemos demonstrar a diferença radical entre a candidatura Lula e as demais. Setores do partido reclamavam do discurso de Lula, exigindo que ele resgatasse as origens do PT, com uma campanha classista. A imprensa também insinuou que o candidato da Frente Brasil Popular havia mudado o discurso a partir de setembro. Na verdade, a linha geral do discurso de Lula não mudou durante a campanha. Ainda em maio, em plena

viagem aos Estados Unidos, diante dos empresários que compareceram ao almoço da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, ele prometeu “suspender imediatamente o pagamento da dívida externa” e, logo depois, ao voltar ao Brasil, reafirmava seu apoio às greves dos trabalhadores, sem titubear um momento nessa postura. O que aconteceu, a partir de setembro, é que Lula foi sintonizando melhor seu discurso, discurso que os cinco minutos do horário gratuito amplificaram para milhões de telespectadores e ouvintes de rádio, dando-lhe uma visibilidade que nossos abnegados jornalistas do setor de imprensa não conseguiam, apesar dos esforços.

O eixo de nossos programas, como de toda a campanha, era a clara distinção da luta entre os pobres, representados por Lula, e os ricos, no segundo turno representados por Collor. Essa foi a polarização clarificada por nossa propaganda e nossa ação desde o início da campanha, embora só tenha se tornado evidente para milhões de brasileiros quando viram na tevê as cenas contrastantes do carregador do frigorífico, que jamais comia carne, e da mulher passeando com o cachorrinho de raça, que comia legumes e carne, de galinha e de gado, duas vezes ao dia.

Parodiando a própria televisão, utilizando sua linguagem nacional e uniforme, compreensível atualmente para todas as camadas sociais, a equipe encarregada da *Rede Povo* criou momentos de grande impacto. Fez a denúncia do envolvimento do coordenador da campanha de Collor em Goiás no caso do arroz estragado que o candidato do PRN mostrara

dias antes, a revelação da negociata do processo de privatização da Mafersa e a descoberta de parentes de Paulo Maluf entre os proprietários do terreno aterrado que desmoronou e soterrou a favela Nova República. As imagens dos comícios, num crescendo, foram um instrumento poderoso para colocar ainda mais gente nas ruas e fazer com que a campanha entrasse em sua reta final num intenso ritmo de mobilização. As vinhetas puderam mostrar a criatividade alegre da equipe, demolindo criações do adversário. Quem não se lembra do movimento contrário dos aríetes, fazendo Collor “reconstruir” a miséria, a inflação, a corrupção e os marajás; e do trem maria-fumaça, vencendo o trem collorido? Os *clips*, por sua vez, difundiram a música que mais mexeu com os corações e sentimentos de milhões de pessoas em todo o Brasil e até em outros países latinos.

Nós podemos e devemos ser duros na crítica aos nossos erros e descaminhos durante a campanha, mas é verdade também que transformamos muitas de nossas fraquezas em força e demos às hostes do Império uma lição de competência e combatividade que elas não conheciam. E que, sem dúvida, não vão esquecer.

2. Um episódio de audácia

Nem sempre é possível detectar os motivos que levam ao conformismo com a nossa própria fraqueza ou às descrenças em nossas forças. Às vezes, um empresário descrê das possibilidades eleitorais do PT ou da potencialidade de luta de seus militantes

simplesmente por ignorância. Seus interesses de classe embotam seu raciocínio. Como ele não acredita na inteligência, operosidade e capacidade de trabalho de seus operários, como os considera preguiçosos e fracos para enfrentar a vida e disputar a dura concorrência capitalista, transfere essa mesma descrença para o Partido dos Trabalhadores quando começa a raciocinar em torno de suas propostas e ações.

Outras vezes, um escriba que disserta sobre as incapacidades do PT e de Lula o faz não por ignorância, mas conscientemente. Sabe dos fatos, mas procura espriar a desconfiança, fazê-la penetrar fundo no coração e na mente dos desfavorecidos e levá-los a uma escolha contrária a seus próprios interesses de classe. Quando Paulo Francis escreve de *Noviorque*, dizendo que antes admirava Lula porque era um líder sindical autêntico, que enfrentava as fúrias da ditadura no ABC, pedindo melhores salários e condições de trabalho, e não o habitual pelego trabalhista ou comunista, mas que agora não o admira mais porque um dia foi ao Morumbi e aprendeu a retórica vazia e tautológica de seus amigos, parecendo perdido para a classe operária, ele certamente está defendendo seus interesses (dele, Francis) com bastante lucidez. Ao demonstrar uma falsa admiração original por Lula, procura proteger-se com um cacife moral, para que os leitores confiem na suposta honestidade de sua afirmação atual.

Essas são descrenças e desconfianças do lado de lá, tanto em relação ao nosso caráter quanto a nossas fraquezas. Em geral nós as desprezamos e lutamos contra elas com as armas com que costuma-

mos enfrentar os inimigos. Às vezes, até mandando-os à putaqueospariu. Mas há outras desconfianças e descrenças, como a crença em nossa força reduzida e em nossas potencialidades limitadas ou a descrença em nossa vontade de vencer. É verdade que muitas dessas descrenças são o contraponto da superestimação de nossa força, de nossa potencialidade e da idéia de que basta ter vontade para vencer que a vitória virá. Por isso mesmo, decidir pelo avanço é sempre um ato de audácia política.

A decisão de publicar os fascículos *Brasil Urgente*, com os argumentos principais do programa de governo de Lula, navegou nesse fio de navalha entre a audácia e a aventura. A proposta surgiu de César Benjamin após o seminário de abril de 1989 com os intelectuais. Todos os que tiveram acesso ao projeto acharam-no muito bom. Ele previa tiragens quinzenais, a partir de junho, com venda em banca de 100 mil exemplares de cada fascículo. Além de bom, audacioso.

Havia, porém, um problema. Ou melhor, dois. A elaboração do programa de ação de governo andava a um ritmo naturalmente lento, pelas dificuldades em profissionalizar mais gente para trabalhar nele, ou pelos demorados debates e ajuste que sofria nas equipes partidárias e da Frente. Democracia faz bem, mas dá trabalho. Afora isso, inexistiam recursos financeiros para tocar um empreendimento editorial de tal porte.

Apenas em agosto ficou pronto o copião do programa de governo. E dinheiro que era bom, nada. Alguns achavam que a edição dos fascículos seria um importante instrumento de difusão de nossas

propostas para camadas mais amplas da população, desde que fosse bem feita e atraente. Outros também concordavam com isso, mas achavam que era preferível utilizar os poucos recursos da campanha em coisas mais imediatas e necessárias. Uns opinavam que não tínhamos condições de vender mais de 5 mil exemplares por fascículo, enquanto outros apostavam em nossa capacidade de vender 50 mil. Havia aqueles que temiam que nos empenhássemos num empreendimento de alto risco. No outro extremo, tínhamos os que apostavam na possibilidade de obter um empréstimo para realizar o projeto e pagá-lo com o próprio retorno das vendas.

Foi um parto complicado. Meio na base da pressão venceu a última hipótese. Carlos Eduardo de Carvalho, César Benjamin, Gilberto Carvalho, Paulo Vanuchi e outros companheiros dedicaram-se *fulltime* a conseguir financiamento, editar os textos, imprimir e distribuir os fascículos. No final das contas, foram vendidos 265 mil exemplares e pagas todas as despesas. O saldo político foi difícil de quantificar. Bem que teve gente que não gostou de certas abordagens, mas isso ficou por conta da vida e da liberdade de errar.

Acima de tudo, valeu a audácia contra a descrença.

3. Atrasados para a nova rodada

A luta era desigual em tudo. Até mesmo os resultados do primeiro turno consagraram uma demora duplamente angustiante, tanto pela disputa com Brizola, quanto pela espera dos resultados. Enquanto

Collor já estava em campanha para o segundo turno desde o dia 16 de novembro, a coordenação da campanha Lula procurava convencer os demais membros do comitê político de que as projeções da equipe de estatística estavam corretas e indicavam nossa vitória. Foram cinco dias de expectativa, antes que tomássemos decisões para recolocar a máquina em funcionamento para a nova rodada.

Mas não foi apenas aí que entramos atrasados. Como não acreditávamos realmente na possibilidade de vencer, embora a nossa estratégia fosse construída no sentido de colocar Lula no segundo turno, cometemos o erro de não delinear, como deve fazer qualquer estado-maior que se preze, os cenários prováveis da disputa do segundo turno, especialmente aquele que teria Collor como adversário. Tivemos que correr atrás do prejuízo e traçar rapidamente uma linha estratégica de combate, ao mesmo tempo em que éramos obrigados a jogar os principais dirigentes da campanha na costura de alianças necessárias para enfrentar o novo quadro.

Com a polarização criada, que acertadamente esperávamos que acontecesse, era fundamental isolar Collor de possíveis alianças na faixa da centro-esquerda e também do centro, mostrar a verdadeira natureza direitista de sua candidatura e criar um cenário de crescimento da candidatura Lula. São conhecidas as dificuldades que enfrentamos e o tempo precioso que perdemos até consolidar a candidatura Lula entre as forças progressistas e populares. Finalmente, fizemos surgir um amplo *Movimento Lula Presidente*, que desbordou os limites da Frente

Brasil Popular e abriu espaço para a participação da militância do PDT, da parcela progressista da militância do PSDB e PMDB e dos demais partidos de esquerda.

O PCB desde logo havia se integrado à campanha, assim como o PV. Com o PDT as coisas se arrastaram pelo menos até o primeiro debate, no dia 3 de dezembro. No PSDB, Montoro, Richa e Tasso Jereissati trabalhavam contra a aliança de seu partido com a Frente Brasil Popular, espalhando boatos sobre a decisão do PT de abrir seu programa para mudanças em troca da aliança e de oferecer cargos no governo a seus possíveis aliados e impedindo Covas de jogar seu peso no Movimento Lula Presidente até quase o comício do dia 12 de dezembro, em São Paulo. Dentro do próprio PT ocorriam vetos de direções regionais a certos apoios recebidos por Lula, forçando a direção nacional a realizar gestões para superar alguns obstáculos ou, até mesmo, em vários casos, para associar-se a resistências legítimas contra adesões nem sempre desejáveis.

De qualquer modo, no curto espaço de 15 dias aconteceram coisas inesperadas para a maioria dos comentaristas políticos. O afluxo de militantes brizolistas, tucanos, do PCB, PV e mesmo de gente que votara em Ulysses e Aureliano aos comitês do PT e da Frente Brasil Popular era crescente, em busca de material e de incorporação à campanha de Lula. E chegou a tal ponto que diversos dirigentes chegaram a aventar a idéia de que deveríamos abandonar os esforços para trazer Brizola e Covas a uma aliança com Lula, pois o que verdadeiramente iria

decidir as eleições era a imensa unidade pela base que estava se formando naturalmente.

Felizmente soubemos nos livrar a tempo dessa miragem, já que a tendência de apoio das bases progressistas do PDT, PSDB e PMDB só se consolidaria com o apoio explícito da direção daqueles partidos, em particular de suas lideranças mais expressivas. Por outro lado, sem essa aliança formal dificilmente conseguiríamos sinalizar para a grande massa de indecisos que Lula era realmente o candidato dos pobres, dos progressistas, das mudanças, o candidato da grande união capaz de tirar o Brasil da crise sem sacrificar tanto o povo.

Apesar de tudo, a pesquisa da Toledo&Associados, feita entre os dias 24 e 27 de novembro e publicada em 6 de dezembro, indicava que Collor estava com 47,5% das preferências nas respostas estimuladas por cartão, enquanto Lula contava com 37,7%. A diferença era de 9,8%. Lula mostrava-se forte nas grandes cidades (48,3% contra 38,1% de Collor), entre os jovens de 16-17 anos (56,7% contra 32,9%), na faixa etária de 18 a 29 anos (49% e 38,5%) e levemente na frente nos setores de maior instrução (1% a 2% mais). Mas Collor continuava com força nas pequenas cidades (51,2% contra 39,8% de Lula), entre os mais velhos (mais de 50% contra menos de 30%) e nos setores com menor instrução (51,8% a 33,9%).

Entretanto, na pesquisa realizada 15 dias depois, aconteceu uma inversão muito grande na situação. Lula subiu 6,5 pontos nas respostas estimuladas por cartão, chegando a 44,2%, enquanto Collor caía

2,5%, descendo para 44,7%. O empate era real, não somente técnico. Nossa estratégia de ampliar as alianças, apresentar a equipe de governo para demonstrar a governabilidade de Lula no poder e criar fatos políticos, desmascarando a verdadeira natureza da candidatura Collor, mostrava-se acertada. Os ajustes táticos que tínhamos conseguido realizar, mantendo o formato básico dos programas da *Rede Povo*, fixando nossa linha de ataque nos compromissos políticos de Collor, direcionando nossa atenção fundamentalmente para o público despolitizado e mantendo a linha de mobilização massiva – mas combinando-a com uma campanha de visitas domiciliares – permitiram que vencêssemos o primeiro debate, mantivéssemos Collor isolado e criássemos o cenário real de crescimento de Lula. A reorganização do setor de imprensa, do setor de apoio jurídico e da equipe de mobilização, para não deixar nenhum ataque sem resposta e manter os estados e municípios sob pressão, em especial para atuar junto aos setores despolitizados da população, complementavam os ajustes políticos no mesmo sentido.

É fato que, mesmo então, não chegamos a criar uma tendência irreversível de queda da candidatura Collor. Mas realmente sério foi não termos sido capazes de avaliar com rapidez a retomada de sua estratégia de confronto, num patamar ainda mais violento e sem escrúpulos, sinalizado pelo próprio Collor, em *Isto É Senhor* de 29 de novembro, como uma das alternativas de sua ação.

O Brasil já não é o mesmo

Já o candidato Collor leva de saída, mesmo que não a queira, a vantagem do medo: o medo que o sapo barbudo provoca, pânico às vezes, no inferno das coortes miseráveis e no paraíso da dominação da ciranda financeira.

Editorial, *IstoÉ Senhor*,
13 de dezembro de 1989

1. O Império joga sujo

Além da desproporção estrutural, Lula tinha a desvantagem do medo, a desvantagem de opor consciência e dignidade a qualquer ausência de ética e à mentira. Às vezes, é preciso tempo e muita cabeçada para que as pessoas possam distinguir uma coisa de outra. Que o diga quem levou calote e perdeu o emprego com a recessão embutida no plano collorido de estabilização.

É verdade que Collor, embora tenha insinuado na entrevista a *IstoÉ Senhor* o tipo de campanha que deveria marcar o segundo turno, procurou inicialmente apresentar uma linha de ação que destacasse a imagem do candidato vitorioso de 20 milhões de votos. Considerando-se praticamente eleito, esforçava-se para aparecer como o estadista grave e tranquilo, vestido condignamente e capaz de perdoar os adversários pelo bem do Brasil. Ao mesmo tempo em que acusava Lula de estar traindo seus eleitores, por supostamente trocar o programa de governo da

Frente Brasil Popular pelo apoio do PDT e PSDB, reafirmava sua disposição de não negociar o programa do PRN, de cunho social-democrata, segundo ele, e procurava atrair o PSDB e setores progressistas do PMDB. Sem esquecer, é claro, de amarrar o suporte camuflado das elites que não o haviam apoiado no primeiro turno.

Mas foi um curto período civilizado, porque ocorreu o mesmo fenômeno do primeiro turno, quando Collor pretendeu trabalhar principalmente com o que chamava de seu programa de governo. A facilidade com que fazia promessas irrealizáveis, mesmo que com uma aparência técnica confiável, soava falsamente e atrapalhava seu crescimento. Para piorar, adesões públicas de antigos políticos acusados, mais uma vez, de praticarem corrupção, como Antonio Carlos Magalhães e Roberto Cardoso Alves, ministros de Sarney, colocavam em perigo sua base de sustentação popular e estagnavam ou faziam cair as intenções de voto em sua candidatura.

Tudo isso, comparado ao crescimento de Lula, fez com que o desespero penetrasse fundo nas hostes do Império. O comando oficial da campanha collorida entrou em crise, na prática sendo substituído pelo estado-maior secreto da Candelária, onde antes só se tomavam as grandes decisões e aquelas relacionadas com a guerra suja.

Os grandes empresários de São Paulo, por sua vez, já haviam avisado que o único candidato que não queriam ver no Planalto era Lula. Mas, com o empenho detectado nas preferências eleitorais, tornava-se evidente que o candidato do Império não conseguia

ria vencer se a partida fosse jogada limpamente. Era preciso jogar duro e sujo. Tirar o time *light*, social-democrata ou de centro-esquerda, que estava no comando visível da candidatura Collor e colocar em seu lugar a turma da pesada, *dark*, direitista e completamente desprovida de escrúpulos. Aliás, o estado-maior imperial da campanha Collor não precisou ir muito longe: bastou dar uma olhada na própria família do candidato para notar que o irmão Leopoldo estava talhado para chefiar a operação de desmonte da candidatura Lula.

A linha principal de combate da candidatura Collor retomava com força o elemento mentira, a mentira repetida à exaustão, para ser aceita como verdade pelo amortecimento dos sentidos. A mentira associada à exploração dos temores da população carente, desinformada e despolitizada, numa escala jamais experimentada na história brasileira. As mentiras e os medos, as intrigas e os boatos, as provocações e o cinismo, tudo profissionalmente articulado, para associar Lula a imaturidade, calote, baderna, comunismo, luta armada, derramamento de sangue, roubo de propriedade, fim da religião, violência.

Jamais os meios de comunicação de massa se integraram de forma tão íntima para difundir as mesmas calúnias, as mesmas mentiras, os mesmos boatos, as mesmas intrigas. Adotaram fielmente o *briefing* ditado pelo próprio Collor no *Programa Ferreira Neto* de 11 de dezembro, na TV Record, com retransmissão em cadeia nacional pelas emissoras que quisessem, aprofundando seu discurso em Vitória, no dia 8, onde já apresentara o tom de sua nova estratégia.

O Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) já havia feito um levantamento da programação jornalística da Rede Globo entre 27 de novembro e 6 de dezembro, constatando que o candidato Collor ocupara 64,1% do tempo da cobertura eleitoral da emissora, contra apenas 35,9% para Lula. Num único programa sobre eleições, Collor teve 22 minutos e Lula nada. O resto da imprensa seguiu o exemplo, mesmo aquela que se dizia neutra. Contam-se nos dedos as exceções. Manchetes, títulos, subtítulos e conteúdo das matérias se repetiam no Sudeste, no Sul, na Amazônia e no Nordeste, numa integração impecável.

Quem quer que hoje se dê ao trabalho de pesquisas a imprensa na época vai encontrá-la em qualquer canto do país, dizendo que Lula era lobo em pele de cordeiro, que uma professora foi convidada por guerrilheiro a participar de atentado contra Collor, que o crescimento de Lula tinha feito o dólar e os juros subirem, que a vitória de Lula significaria o caos, que a reforma urbana do programa da Frente Brasil significaria a ocupação de quartos dos que tivessem mais de um, a tomada de um carro dos que tivessem dois e que a reforma financeira do PT seria o fim da caderneta de poupança, pelo calote da dívida. Isso para citar alguns exemplos menores.

Uma sórdida mentira utilizada por Collor contra Lula no *Programa Ferreira Neto* foi repetida no debate do dia 14 de dezembro: a acusação de que um dos principais dirigentes petistas tinha pensamento nazista e chamara os nordestinos de sub-raça. Claus Germer, o dirigente acusado, é, no entanto, um re-

conhecido lutador pela democracia e um firme defensor dos trabalhadores rurais do Paraná. Ao contrário de Collor, que não tem como esconder sua condição de filhote da ditadura, Claus esteve entre os combatentes que resistiram ao regime militar. De renomada competência profissional, ocupou o cargo de secretário de Agricultura do Paraná no governo Richa (PMDB), tendo suscitado o ódio dos latifundiários e políticos conservadores por sua ação prática a favor da reforma agrária.

Aproveitando-se de uma palestra em que Claus denunciara a política agrícola do governo Sarney e chamava atenção para seus efeitos desastrosos – principalmente no Nordeste, onde a fome e a miséria intensas condenavam os lavradores a correr o perigo de tornar-se uma sub-raça –, juntaram-se todos aqueles que queriam vê-lo longe da Secretaria de Agricultura, para uma campanha em que as palavras de Claus eram deturpadas e ele acusado pelo que nunca dissera.

Ao demonstrar toda a sua indignação com o descalço do governo em relação aos trabalhadores nordestinos, o ex-secretário somente repetira com suas próprias palavras a tese de Josué de Castro, em sua “Geografia da Fome”, na qual acusava as elites de estarem transformando a população nordestina num povo raquítico, de alta mortalidade, através da fome como estado permanente de vida.

Na verdade, tudo aquilo que, antes, fazia parte apenas do receituário de boatos difundidos pelo comando central localizado na Candelária, ganhou dimensão nova com o discurso de Collor em Vitória e

com sua entrevista no *Ferreira Neto*. As mentiras e intrigas saíram dos esgotos do Império e os jornais, rádios e tevês passaram a retransmiti-las com o aval de seu candidato, revestindo-as de uma credibilidade que não tinham. E governadores, prefeitos, vereadores e empresários, coordenando as redes de intriga nos estados, juntaram-se à guerra suja e transformaram os comícios colloridos em palanques que cada vez mais lembravam os da antiga Arena.

Deixaram a sombra e arregaçaram as mangas, na Bahia, o governador Nilo Coelho e os senadores Jutahy Magalhães, Rui Bacelar e Luís Viana, além do já citado Antonio Carlos Magalhães; no Rio Grande do Sul, Nelson Marchesan; em Pernambuco, Marco Maciel; em Santa Catarina, Jorge Bornhausen; no Pará, Jarbas Passarinho; em São Paulo, Paulo Maluf. Todos saídos da Arena, suporte do regime militar, para o PDS, alguns em trânsito para o PFL e PMDB.

Brigadas de mercenários, muitos dos quais vestindo camisetas do PT, percorriam favelas e bairros pobres ameaçando as pessoas com os boatos então amplamente difundidos por Collor e pela imprensa. Pastores protestantes e padres conservadores bradavam aos céus contra a suposta intenção de Lula de fechar as igrejas e proibir os cultos religiosos. Empresários ameaçaram seus empregados de demissão caso Lula vencesse. Em contrapartida, prometeram um 14º salário caso perdesse. No Ceará foram distribuídos panfletos representando Lula como um monstro, o que na mente esclerosada dos reacionários só pode ser relacionado a comunismo e marxismo. Em Brasília distribuíram um panfleto, citado

várias vezes por Collor, com as assinaturas de uma falsa juventude petista, pregando a luta armada.

Entre os dias 11 e 15 de dezembro a ofensiva das hostes reunidas do Império foi total. Novos incidentes como o de Caxias, no Rio Grande do Sul, preparados pelos destacamentos de provocadores da campanha Collor, foram descobertos pela coordenação nacional da campanha Lula e precisaram ser evitados com redobrados esforços pelas coordenações estaduais e locais. No dia 11, o dólar explode mais uma vez e a coordenação nacional recebe a informação do seqüestro do empresário Abílio Diniz. No dia 12, no programa noturno do PRN, a falsa enfermeira Miriam Cordeiro aparece no vídeo repetindo acusações que fizera em maio contra Lula e acrescentando outras, ainda mais absurdas, de racista e corruptor, esta por supostamente haver oferecido dinheiro para que ela abortasse a filha.

Ainda no dia 12, com a ajuda de policiais, o PRN consegue montar uma armadilha para Juarez Soares, secretário de Esportes da Prefeitura de São Paulo, acusando-o de manter sociedade numa arapuca de videopôquer.

No dia 14, ocorre o segundo e último debate entre Lula e Collor. Este foi, sem dúvida, o exemplo mais cristalizado do uso da mentira, da intriga e do cinismo como instrumento de mistificação das massas. Collor mentiu o tempo todo, sem corar ou titubear diante de qualquer consideração ética. Repetiu praticamente todos os argumentos que apresentara no *Programa Ferreira Neto*, acusando Lula de projetar o calote nas dívidas internas e externa, a

expropriação da terra agricultável, a luta armada e a revolução sangrenta, a mudança da política salarial para prejudicar os trabalhadores, e por aí afora. Fingindo não saber que vive cometendo barbaridades contra a língua portuguesa, apontou os erros gramaticais de Lula e afirmou, vejam só, que ao contrário do candidato da Frente, não podia dar-se sequer ao luxo de comprar um aparelho de som!

No dia 15, a Rede Globo e outras emissoras passaram a divulgar uma pesquisa do Instituto Vox Populi sobre quem supostamente vencera o debate e sobre quem apresentara “as melhores propostas”. O instituto contratado por Collor, com base em pesquisas telefônicas restritas, bateu insistentemente na tecla da vitória de seu cliente. Collor dava a vitória a Collor! Era muito despudor de uma só vez.

Mas não ficou por aí. No mesmo dia 15, o *Jornal Nacional*, da TV Globo, apresentou uma edição do debate da véspera entre os presidenciáveis, na prática mostrando apenas os piores momentos de Lula e selecionando a dedo as melhores intervenções de Collor. Mais tarde, no dia 18, os dirigentes dos principais institutos de pesquisa apontaram que aquela edição influiu mais no ânimo dos eleitores do que o próprio debate. E o vice-presidente de operações da TV Globo, José Bonifácio Sobrinho, o Boni, reconheceu que a edição foi mais favorável a Collor por um erro de avaliação do departamento de jornalismo da emissora, segundo ele, ao apontar com uma pitada de exagero a vantagem de Collor.

O mea-culpa de Boni levou o poderoso chefe Roberto Marinho a fazer a observação sarcástica de

que seu principal executivo era muito bom de tevê, mas nada entendia de política. Hoje, após os desentendimentos que levaram à destituição de Armando Nogueira e Alice Maria da direção do jornalismo da Rede Globo e sua substituição por Alberico de Souza Cruz, sabemos toda a história daquela manipulação como arma decisiva da guerra suja que o Império lançou para derrotar Lula.

2. As reservas estratégicas

Muitas pessoas, dentro e fora do PT, consideram que o último debate foi decisivo para a derrota de Lula na votação do dia 17 de dezembro. Mauricio Thomaz, um petista de Muzambinho, Minas Gerais, escreveu para a coordenação da campanha uma carta que é a síntese do pensamento médio da militância: “Lula teria ganho o debate se discutisse a calúnia de Collor a propósito da filha. Não discutindo a questão a insinuação caluniosa de Collor transformou-se em denúncia para muitos eleitores, certamente. Collor deu uma arma para Lula e ele não usou. Foi um grande erro, embora compreensível e desculpável”.

Na mesma linha de raciocínio vai o companheiro Álvaro Cerqueira, do diretório municipal do PT de Muriaé, Minas Gerais: “É importante que vocês levem em conta, pela nossa avaliação, que o último debate causou enormes estragos no ânimo da militância petista, deu sobrevida aos colloridos e tirou-nos a vitória... Duas horas e meia foram suficientes para fazer desmorronar anos e anos de luta árdua... Nós ficamos aqui nos perguntando o que teria acontecido”.

O que teria acontecido? Aqui também variam as explicações. A mais corriqueira é responsabilizar o coordenador da agenda, Cezar Alvarez, por ter permitido uma sobrecarga de atividades nos dias que antecederam ao debate, deixando Lula cansado demais e não abrindo espaço para uma melhor preparação. O próprio Lula já se referiu mais de uma vez ao fato e não há dúvidas de que esse foi um erro, de responsabilidade não apenas do Cezar Alvarez, mas de toda a coordenação e inclusive daqueles que faziam pressão permanente para que Lula cobrisse uma ou outra programação que consideravam politicamente importante.

Mas isso não vem tanto ao caso. O que importa saber é se esse foi mesmo o erro decisivo. Na verdade, se compararmos o primeiro e o segundo debates entre Lula e Collor poderemos chegar à conclusão de que a diferença entre ambos existiu, mas não foi tão grande. Até podemos reclamar de Lula não ter cobrado o desafio sobre as prefeituras feito no debate anterior, não ter aproveitado, com a vivacidade que o caracteriza, o lance do aparelho de som nem ter desmascarado outras mentiras escaçadas, para mostrar a verdadeira face de Collor ante os telespectadores. O cansaço físico realmente parecia estar entorpecendo a rapidez de seu raciocínio. Mas a rigor, Collor não sobrepujou Lula de modo decisivo. Então, por que esse segundo debate foi tão demolidor contra nós quanto o primeiro foi para Collor?

Por vários motivos. Primeiro, porque a coordenação da campanha cometeu, aqui sim, um erro estratégico ao propor somente dois debates e, pior, ao

aceitar que o último fosse no dia 14 de dezembro, coincidindo com o programa final do horário gratuito. Num pavoroso “cochilo de classe”, nós simplesmente esquecemos de que o horário gratuito acabava para nós, que não tínhamos meios de comunicação de massa, mas continuava para Collor. Ele tinha praticamente todos, mas bastaria a Rede Globo.

Depois, nós permitimos que se criasse uma expectativa exagerada no desempenho de Lula no debate, na suposição de que ele iria *esmagar* seu oponente. O próprio Lula alimentou essa expectativa, em constantes entrevistas e discursos. No último comício de Salvador, por exemplo, ele prometeu bater no adversário até desmascará-lo inteiramente diante de 82 milhões de eleitores brasileiros. Essa expectativa, ela sim, foi fatal para a militância. O debate tomou a proporção de um naufrágio, fazendo com que essa militância perdesse o ímpeto de mobilização que tinha imprimido à campanha nos dias anteriores. Durante todo o dia 15, antes portanto da manipulação da Globo pelo *Jornal Nacional*, a coordenação dedicou-se quase exclusivamente a levantar o astral dos comitês estaduais e municipais e injetar novo ânimo nos militantes. Não é preciso ser estrategista militar para saber a influência que a perda de ânimo pode ter sobre uma tropa em ofensiva.

Mas além disso é preciso reconhecer que a estratégia adotada para o debate também foi errada. Nós sabíamos que Collor bateria duro. Tínhamos informações de que, se Lula conseguisse jogá-lo contra

iria para ações desesperadas de modo que os dois naufragassem juntos. Já tínhamos lido o discurso de Collor em Vitória e assistido à sua entrevista na TV Redord. Mesmo assim decidimos pela chamada linha das Alagoas, concentrando nossos ataques nas mazelas de sua administração em Maceió e no estado. Esquecemos que, por mais falcatruas que ele tenha cometido por lá, para o restante dos brasileiros isso não dizia muito e as acusações eram colocadas em dúvida quando ele mostrava a votação que conquistara no primeiro turno.

A manipulação do debate pela Rede Globo, porém, evidenciara que o Império possuía reservas estratégicas de vulto para jogar contra nós, enquanto tínhamos praticamente jogado tudo na batalha final. Nosso amplificador, a *Rede Povo*, saíra do ar; não tínhamos nem mesmo um jornal de penetração nacional; estávamos raspando o tacho em termos de recursos financeiros; e os que antes pareciam neutros diante do embate, como alguns jornais, tomaram partido pelo lado de lá.

É estranho, por exemplo, como o Tribunal Superior Eleitoral negou nosso direito de resposta à manipulação da Rede Globo, embora no caso Ferreira Neto tenha concedido, o que permitiu a Plínio de Arruda Sampaio demolir uma a uma as acusações mentirosas feitas por Collor. Embora a Globo tenha incorrido em evidente crime eleitoral, nosso pedido de resposta passou de juiz a juiz durante todo o dia 16 para, avançada a noite, ser negado. Aí já era tarde demais.

Também não tínhamos meios para enfrentar efi-

cazmente as brigadas mercenárias, contratadas por um bom dinheiro, responsáveis pela montagem de provocações e incidentes do tipo de Caxias do Sul e pela difusão de boatos e intrigas entre a população mais pobre e despolitizada. Nossas equipes de acompanhamento dos programas e noticiários de rádios e tevês ficaram assoberbadas com o volume da propaganda política veiculada em toda parte a favor de Collor, já depois do fim do horário gratuito, tornando quase impossível que o grupo de apoio jurídico conseguisse solicitar a tempo os pedidos de resposta. E, mesmo que isso tivesse sido possível, dificilmente teríamos conseguido, em tempo hábil, produzir as respostas concedidas.

O caso do seqüestro do empresário Abílio Diniz talvez tenha sido o exemplo mais característico do tipo de arma suja que o Império dispunha como reserva estratégica para jogar contra a candidatura Lula. Desde o dia seguinte ao seqüestro a coordenação passou noites sem sono, para confirmar a informação de que o local do cativeiro já havia sido descoberto mas seria dado a público apenas no sábado anterior à eleição, para responsabilizar o PT e tirar qualquer chance de Lula vencer. Todo mundo em São Paulo sabia do seqüestro, mas havia um acordo com os órgãos de imprensa para não divulgá-lo, a fim de evitar que o empresário fosse assassinado. Nas diversas reuniões que tivemos para debater o assunto, Paulo Delgado chegou a sugerir que não poderíamos ir de Woodstock enquanto o inimigo vinha de Chicago, e que deveríamos botar a boca no trombone denunciando a trama.

Mas quem publicaria a denúncia que parecia tão fantasiosa e inverossímil? Além disso, mesmo que a imprensa tivesse conhecimento da informação sobre o uso do seqüestro para implicar o PT, que cheirava a paranóia, quem garante que ela daria o mesmo volume a essa versão, contra a versão do Império? E se, feita a denúncia, o empresário fosse assassinado e o PT considerado culpado por ter dado vazão às suas suspeitas, o efeito não seria da mesma forma avassalador?

Tudo indica que o estado-maior imperial da campanha Collor não considerou necessário utilizar todo o poder de fogo que a manipulação do seqüestro permitiria. É provável que tenha considerado suficiente a manipulação do debate para modificar as tendências de intenção de voto e garantir a vitória. Mesmo assim, no dia 16 a **Rede Globo** – como grafou Herbert de Souza, o Betinho, num telegrama que passou para a coordenação da campanha Lula – quebrou o acordo dos meios de comunicação e noticiou o seqüestro, com acusações implícitas ao PT.

O jornal *O Rio Branco*, do Acre, publicou em manchete, no mesmo dia, “PT seqüestra Abílio Diniz”, enquanto Saulo Ramos, então ministro da Justiça, e Luiz Antonio Fleury, secretário de Segurança de São Paulo, candidamente afirmavam, num momento em que ninguém perguntava sobre isso, que o PT não estava envolvido. Mas no dia 17 os boqueiros de urna do PRN e dos partidos que apoiaram Collor no segundo turno afirmavam taxativamente, em especial em São Paulo, a cumplicidade do PT no ato criminoso.

De qualquer modo, foi nesse momento, mais do que em qualquer outro da campanha, que pudemos nos dar conta da brutal disparidade de meios entre as duas candidaturas. O Império tinha tudo: dinheiro, meios de comunicação, a parte principal do aparelho de Estado, o poder de fato para desequilibrar a disputa a seu favor, usando para isso as armas que fossem necessárias, por menos éticas e mais indignas que se apresentassem. Por isso, apenas quem não vivia a roda-viva do comando da campanha Lula pode supor que ele se deixou intoxicar pelo triunfalismo, pelo clima do já ganhou, o que comprometeria toda a tática até ali desenvolvida. As informações a que tínhamos acesso por diferentes canais não nos permitiam viver tal clima. Ao contrário, toda vez que detectávamos o surgimento desse triunfalismo entre setores da Frente, sempre o colocávamos entre as diversas dificuldades que tínhamos que desmontar. Como afirmamos em telex a todos os comitês, “nosso adversário e as forças que o apóiam vão tentar tudo para evitar a vitória de Lula”. Hoje sabemos que tentaram e que tinham ainda o que jogar, caso achassem necessário.

3. Nem todos despertaram

A rigor, desde a Independência as elites do Império realizam eleições para fazer funcionar um sistema representativo que lhes permita apresentar uma fachada de democracia. É verdade que, durante um largo período, às eleições só podiam comparecer aqueles que tivessem posses. Depois, à medida que

as elites iam sendo obrigadas a permitir o comparecimento do povo às urnas, criavam ao mesmo tempo mecanismos que lhes facultavam controlar facilmente o resultado das eleições. O voto de cabresto, o clientelismo e os currais eleitorais, misturando coação e aliciamento através de cabos eleitorais, são figuras tradicionais do panorama político brasileiro.

O uso dos meios de comunicação de massa veio acrescentar um novo ingrediente àqueles mecanismos. Conhecedoras da extensão do analfabetismo e da despolitização da maioria esmagadora da população brasileira, as elites investiram na desinformação massiva para compensar o afluxo de grandes contingentes eleitorais, inclusive analfabetos e jovens entre 16 e 18 anos. Por esses meios o Império procurou manter como regiões de clientelismo arraigado e como currais eleitorais o Nordeste, o Norte, o Centro-Oeste, as pequenas cidades do interior e as áreas rurais.

No embate de 1989, mais uma vez as eleições foram vencidas pelo Império, por seu príncipe sem ética e sem dignidade. Com o apoio financeiro e material dos grandes empresários que ficaram na sombra e com o concurso decisivo dos meios de comunicação. Collor construiu sua falsa imagem de caçador de marajás, inimigo dos corruptos e dos políticos, adversário de Sarney e salvador dos oprimidos e descamisados. Dessa maneira, conseguiu 35 milhões de votos – 43% do eleitorado ou 51% dos votos válidos.

Foi uma vitória eleitoral incontestável, quantitativamente irretorquível. Bem vistas as coisas, porém, foi uma vitória que apresenta problemas para o Im-

pério. Apesar de toda a propaganda apesar do esforço concentrado das elites, apesar dos receios intensamente explorados, apesar das mentiras, intrigas e boatos, houve um considerável despertar da população. A única vitória de que podem se vangloriar é que nem todos despertaram.

Não há dúvida de que tais setores ainda são majoritários na população brasileira, uma maioria silenciosa capaz de decidir uma eleição polarizada ou de fazer pender os resultados de um confronto social sério. O *Jornal do Brasil* de 11 de dezembro dava conta de que o SNI entregara ao presidente Sarney o cruzamento de três pesquisas de opinião mostrando que Collor não fora desestabilizado no interior, o que garantia sua vitória sobre Lula com diferença de 4 a 5 milhões de votos, isto é, 5% a 6%. Apesar de o *Jornal do Brasil* não acreditar que eleição fosse o forte do SNI, é evidente que dessa vez o general Ivan acertou na mosca. Mais: foi justamente aí que Lula perdeu a eleição.

Desde a fase final da campanha do primeiro turno a coordenação da campanha Lula fizera o diagnóstico da fraca penetração da Frente Brasil Popular e de Lula nessas camadas e conseguira traçar com bastante precisão o seu perfil social. Sabia que era aquela parcela da população de baixa renda e pouca instrução – as chamadas classes C, D e E dos institutos de pesquisa –, composta por trabalhadores na construção civil e no comércio, por bóias-frias, desempregados e semi-empregados, em geral moradores nas periferias dos centros urbanos e nas pequenas cidades do interior.

Em geral vivem na pobreza e na miséria, mas têm medo da luta e esperam sempre que alguém resolva os problemas por elas. Muitos pobres viam em Lula a criação de uma situação de conflito no Brasil e, por experiência histórica, sabiam que as conseqüências piores dos conflitos sociais sempre acabam caindo sobre os pobres. Por isso, preferem, no máximo, ficar como espectadores, abominando tudo que simbolize seu envolvimento na luta: greve, baderna, rebeldia, luta armada – que trazem complicações com as autoridades e a polícia.

Esses setores são, ao mesmo tempo, altamente influenciados pelos valores de seus opostos na escala social: endeusam a propriedade que não possuem e envergonham-se profundamente se não podem pagar as dívidas que contraíram. Tudo isso, apesar de viverem no limiar da marginalidade. Desse modo, também têm impacto muito negativo na percepção atual desses estratos populacionais os símbolos do comunismo, que supostamente vai pintar de vermelho a bandeira, tomar a propriedade dos particulares e dividir de quem tem para dar a quem não tem, assim o do calote, de quem vai deixar de pagar o que deve.

Lula, em grande parte, contrariava esses padrões mentais, mesmo descontando as acusações simplesmente caluniosas. Ele oferecia luta para quem não queria envolvimento; oferecia um companheiro para quem, ao contrário, queria um salvador; apresentava-se para resolver em conjunto os problemas a quem queria solução sem arriscar-se a participar. Nessas condições, era até natural que Collor, explorando

como explorou essas características, conseguisse ganhar aquelas parcelas, como ganhou também os setores da classe média, dos centros urbanos e do interior, que enxergavam em Lula o sinal de que seu padrão de vida seria achatado.

O que não foi natural, o que desmentiu analistas sérios e também calhordas do tipo Paulo Francis, que supunham que pobre não votava em pobre, foi a mudança de mentalidade em parcelas muito importantes dessas faixas da população. Elas conseguiram livrar-se da influência da propaganda e da ação do Império, rompendo com a negatividade daqueles símbolos com que eram empulhadas, perdendo o medo de ser feliz e assumindo as conseqüências da luta por uma nova sociedade.

Votaram em Lula 31 milhões de brasileiros ou 38% dos eleitores, o que corresponde a 47% dos votos válidos, uma diferença de 5% a 6% em relação aos votos recebidos por Collor. Um voto que resistiu a todas as ameaças, a todas as provocações, a todas as mentiras, chantagens, boatos e intrigas. Um voto que veio dos grandes centros urbanos, onde estão os setores mais organizados da sociedade, mas também dos antigos currais eleitorais, das áreas onde predominava o sistema clientelista. E também das prefeituras governadas pelo PT, em 14 das quais Lula venceu.

Venceu, em particular, nos grandes centros operários de São Bernardo, Santo André, Diadema, Ipatatinga, João Monlevade e Timóteo, todos com prefeitos petistas, assim como em Osasco e São José dos Campos, com prefeitos colloridos. Venceu tam-

bém no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, além de ficar praticamente empatado em Pernambuco e em Santa Catarina. A votação no candidato da Frente Brasil Popular no Nordeste foi uma verdadeira revolução cultural, com resultado superior a 40% na Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, além de Pernambuco [ver quadro do desempenho eleitoral de Lula no 2º turno nos estados e capitais].

Quadro do desempenho eleitoral de Lula nos estados – 2º turno
(Variação em relação ao 1º turno)

20% a 30%			30% a 40%			Acima de 40%		
AC	29,1	(+12,7)	AP	34,4	(+11,9)	BA	44,7	(+22,4)
PA	26,5	(+8,3)	AM	31,9	(+11,9)	CE	40,9	(+29,5)
RR	22,9	(+13,2)	RO	35,0	(+11,9)	PB	42,2	(+20,8)
AL	22,3	(+14,4)	MA	35,2	(+17,8)	PE	47,7	(+18,1)
MS	26,0	(+17,5)	PI	38,7	(+18,3)	RN	44,2	(+22,8)
TO	20,5	(+11,8)	SE	31,4	(+15,4)	MG	41,8	(+20,5)
			GO	30,1	(+14,4)	SC	46,8	(+36,7)
			MT	32,1	(+22,4)	DF	59,4	(+31,2)
			ES	38,4	(+17,6)	RJ	69,8	(+58,0)
			SP	39,4	(+22,6)	RS	64,6	(+58,1)
			PR	30,9	(+23,1)			
			BRASIL	37,8	(+21,7)			

Quadro do desempenho eleitoral de Lula nas capitais – 2º turno

20% a 30%	30% a 40%	Acima de 40%	
Boa Vista 23,4 (+13,6)	Rio Branco 33,6 (+15,1)	Belém 40,3 (+15,2)	
	Macapá 37,8 (+12,4)	P. Velho 40,2 (+27,0)	
	Manaus 37,3 (+16,5)	Aracaju 46,7 (+22,1)	
	Maceió 32,6 (+20,1)	Goiânia 45,2 (+21,8)	
	C. Grande 33,9 (+22,9)	Cuiabá 46,6 (+31,2)	Miracema 43,6 (+32,7)
		Vitória 45,5 (+25,6)	São Paulo 40,3 (+25,1)
		Curitiba 41,0 (+31,1)	Salvador 68,4 (+29,1)
		Fortaleza 58,6 (+44,3)	São Luís 53,0 (+30,0)
		J. Pessoa 52,7 (+25,8)	Recife 63,3 (+25,2)
		Teresina 57,1 (+24,3)	Natal 59,1 (+30,1)
		B.Horizonte 64,2 (+33,6)	R.Janeiro 70,2 (+58,3)
		P. Alegre 71,9 (+65,5)	Florianópolis 64,2 (+52,5)

Metade do eleitorado brasileiro já não tem medo de ser feliz. Já não foge da luta e de suas conseqüências e está disposta a caminhar unida para transformar a sociedade brasileira. O desafio maior é continuar derrubando os mitos e fazer com que a outra metade desperte. Mesmo porque, só assim não haverá superioridade material que salve o Império,

quando novo confronto pelo poder se apresentar entre as forças conservadoras e as forças de esquerda, democráticas, populares e progressistas.

4. Mitos derrubados

É verdade que apesar de todos os esforços, das mobilizações massivas e do engajamento pleno da militância, que nos momentos de pico da campanha deve ter englobado cerca de dois milhões de pessoas em todo o país, os resultados finais foram desfavoráveis às forças populares e progressistas. Erros conjunturais, apontados no decorrer deste texto, constituíram as causas imediatas da derrota.

Entretanto, a análise dura dessas causas imediatas não deve encobrir o fato de que, dado o equilíbrio de forças no final do segundo turno, as reservas estratégicas do inimigo jogaram o papel decisivo no embate final. E que, no fundamental, foi a correta estratégia que traçamos para a campanha que permitiu ao PT e seus aliados superar a extrema disparidade de meios, alcançar uma posição impensável para qualquer analista político e derrubar mitos há muito arraigados na tradição política brasileira.

Vamos deixar de lado o mais tosco e grosseiro desses mitos, o de que pobre não vota em pobre, trabalhador não vota em trabalhador. Vamos diretamente a outro, tão antigo e explorado pelas elites do Império quanto aquele: o de que as esquerdas são capazes de tudo, menos de se unir, mesmo na cadeia. Num curto espaço de tempo, superando atri-

tos antigos, aversões e preconceitos, as esquerdas conseguiram unificar-se em torno de Lula, criando um novo patamar para a luta política no Brasil. Quem não se lembra da concorrência sempre conflitante entre o PCdoB e o PT? O PCdoB passou boa parte dos últimos 10 anos tentando demonstrar que o PT era o principal inimigo dos trabalhadores, uma mistura informe de trotskistas, social-democratas, anarquistas e outros bichos. De parte do PT, muitos militantes enxergavam no PCdoB um inimigo irreconciliável, não uma corrente do movimento operário com quem se tinha divergências, mesmo que algumas bastante profundas.

Através do projeto da candidatura Lula, com um programa definido de mudanças, a convivência militante de 10 meses de campanha não conseguiu superar as principais divergências, nem eliminar completamente os preconceitos de lado a lado, mas introduziu uma positiva mudança de qualidade no relacionamento.

Se em relação ao PCdoB, assim como ao PCB, havia uma certa tradição de confronto, com o PSB isso não existia, a não ser de forma localizada. O mesmo, porém, não se podia dizer em relação ao PDT. Brizola, em especial, sempre bateu duro no PT, tratando-o como uma espécie de filho desnaturado que o pai deve tratar com rigor e até deserdar para servir de exemplo. A campanha eleitoral trouxe à tona todas as mágoas, ressentimentos e incompreensões do PDT. Ele, na realidade, deu chancela de verdade a muitas das acusações que a direita fazia ao PT, como a de receber ajuda financeira do exterior através do movi-

mento sindical, servir de instrumento da direita para impedir a vitória da esquerda representada por Brizola, e assim por diante. Várias dessas acusações, em particular as assacadas contra Bisol, constituíram instrumentos importantes de ataque de Collor contra Lula no último debate pela televisão.

É evidente que também no PT persistiam resistências, mágoas e ressentimentos em relação ao PDT. Ainda em setembro alguns setores do partido consideravam Brizola o alvo principal de nosso ataque. Mesmo assim, durante toda a campanha eleitoral perseveramos na decisão de considerar a direita como nosso inimigo principal, evitando ataques a Brizola. Nossa disputa com ele, tirando o excesso praticado num ou noutro lugar, manteve-se fundamentalmente na linha de criticá-lo por não se diferenciar claramente da direita e dos conservadores, com os quais chegava a estabelecer compromissos e alianças com vistas a ganhos eleitorais.

Essa linha de ação permitiu que superássemos os obstáculos que impediam a aliança com o PDT no segundo turno, estabelecêssemos um relacionamento mais estreito nessa fase da campanha, desenvolvêssemos um maior conhecimento mútuo e abríssimos um amplo campo de entendimento, para trabalhar a consolidação de uma frente de esquerda mais perene no Brasil. Evidentemente, esse processo, que inclui ainda o PCB, PV e setores progressistas do PSDB e PMDB, não superou todos os obstáculos. O programa mínimo sobre o qual deve se assentar a unidade popular e progressista, embora tenha nos 13 pontos do programa de governo da Frente Brasil

Popular e nos 12 pontos do programa de Brizola uma base inicial de negociação, ainda precisa ser debatido mais intensa e extensamente entre as diversas forças políticas que compõem o arco à esquerda, para superar incompreensões, às vezes até semânticas, e consolidar um suporte programático comum a todas elas.

Outro mito que nós derrubamos durante a campanha foi o de que não é possível fazer política com ética e escrúpulos. Eram tantas as mazelas dos adversários que seria muito fácil baixar a campanha ao nível da sarjeta. À medida que caíam nas nossas mãos dossiês de denúncias sobre os diferentes candidatos das elites, chegou a crescer a tentação de mostrar a verdadeira natureza de cada um, suas imagens fantasmas de honestidade e probidade. No entanto, embora as evidências de veracidade fossem fortes, as provas não eram concludentes. Além disso, muitas diziam respeito à vida pessoal e não à atividade política. Utilizá-las dessa maneira seria a tentativa de criar condições de vitória no estilo do gangsterismo organizado, mas sem contribuir em nada para elevar a consciência dos trabalhadores e consolidar a democracia.

Lula, em especial, sempre foi muito coerente nessa linha de conduta. Mesmo em relação a Collor ele constantemente afirmava que a crítica ao falso caçador de marajás deveria ser em cima de sua carreira política e não no campo pessoal. Até quando o PRN subornou Miriam Cordeiro e desferiu ataques imorais contra sua conduta pessoal, Lula manteve-se firme naquela posição. Essa foi uma contribuição

inestimável para o futuro da democracia brasileira, apesar de não haver mostrado resultados positivos de imediato.

Outro mito, longamente acalentado pelo Império e derrubado durante a disputa presidencial, é o de que as propostas da esquerda ficariam eternamente confinadas num patamar equivalente a 10% do eleitorado, já que o povo brasileiro é nitidamente conservador. Ao contrário disso, pela primeira vez na história brasileira as elites dominantes tiveram que confrontar-se com um projeto político, social e econômico dos trabalhadores. Acostumado a apresentar no mercado político variações de um mesmo projeto burguês, com embalagens diferentes para mistificar os interesses dos diversos segmentos sociais, o Império teve que engolir essa realidade: estava na praça, sem subterfúgios, uma proposta democrática e popular que denunciava a selvageria do capitalismo brasileiro e propunha uma nova sociedade que, através da concordância das maiorias, deveria marchar para o socialismo.

Para o Império, porém, tal proposta era odiosa não somente pelo fato de desmistificar seu tradicional engodo da conciliação nacional, de projetos que aparentemente beneficiavam a todas as classes e setores sociais. Era ainda mais odiosa porque ameaçava a hegemonia cultural e política secularmente exercida pelas elites. E, além disso, porque tinha chances de vencer a disputa pelo governo, mesmo sob as regras estabelecidas pelo próprio Império.

Isso foi um verdadeiro vendaval que sacudiu convicções, crenças e descrenças, por mais arraigadas

que estivessem, de todas as forças políticas. Na batalha decisiva de 17 de dezembro, a esquerda englobando seus vários matizes, perdeu mas conquistou quase metade dos votos. Uma parte considerável dos explorados e oprimidos rompeu com o conservadorismo que o Império sempre lhe impingiu, descobrindo que pode ter um projeto que corresponda aos interesses das maiorias. E, que apesar de tudo, tem chances de conquistar o poder.

As elites do Império terão de fazer um imenso esforço para assimilar o fato de que não podem mais continuar espoliando os trabalhadores e o povo da forma como vinham fazendo até então. E também para não se iludir com a sustentação que seu candidato preferido, para vencer, obteve de parcelas pobres e despolitizadas. Afinal de contas, bem vistas as coisas, elas votaram por mudanças acreditando num salvador da pátria. Mas Sassá Mutema não deu certo nem na televisão.

5. O choro do sonho desfeito

Perto do final do primeiro turno, demos corpo a algo que estava previsto no organograma da coordenação nacional, mas não se concretizara ainda: a equipe de fiscalização. Não era apenas uma estrutura de mobilização de militantes para fiscalizar a apuração das urnas, os boletins e os mapas eleitorais. Mais do que isso, estávamos tentando entrar na era da informática. Através da montagem de um sistema de entrada de dados nos computadores, em forma de boletins de urna processados por um programa

ma de estimativas, obteríamos resultados com os quais a equipe e a direção poderiam ter controle sobre possíveis fraudes e fazer projeções da votação dos diferentes candidatos.

Para que esse sistema funcionasse, além dos grupos de estatísticas e do centro de processamento de dados era necessário possuir uma rede de contatos nos municípios e uma equipe central de contatos telefônicos, todos em linha para manter constante o fluxo das informações. Todas essas equipes e grupos trabalharam 24 horas por dia, em revezamento. Foi isso que nos permitiu, no dia 17 de novembro pela madrugada, dispor de uma projeção de nossa vitória apertada sobre Brizola, projeção que se confirmou somente no dia 20. No dia 18 de dezembro, também foi com o auxílio desse sistema que a coordenação nacional teve a certeza da derrota.

Durante todo o segundo turno a equipe central de contatos telefônicos reforçou o setor de mobilização, melhorando sensivelmente os contatos do comitê nacional com os estados e municípios. Foi fundamentalmente por meio dessa equipe que conseguimos manter a coordenação razoavelmente informada do que estava acontecendo na prática da campanha em cada local e tomar uma série de medidas para orientar o trabalho.

Os contatos com os municípios permitiram também o surgimento de uma linha de solidariedade especialmente entre os companheiros que trabalhavam durante o fim da noite e as madrugadas, ocorrendo vários fatos pitorescos. Um deles aconteceu com Valdete, companheira do PT de Curitiba, Paraná,

que na madrugada do dia 17 de novembro estava no plantão, transmitindo os números dos boletins de urna para o comitê nacional. Neste, quem recebia e anotava nas fichas era o Marcelo, um dos diversos plantonistas do horário. Minucioso, Marcelo se demorava na conferência e pedia a repetição dos dados antes de seguir em frente. Por isso mesmo, Valdete se espantou um pouco quando, meio de chofre, ele interrompeu o fluxo das informações para dizer: “espera aí, Valdete, o chefe está aqui e vai falar com você para dar uma força”.

No lugar do timbre macio do Marcelo, Valdete ouviu uma voz rouca. “Como vai, companheira? Quero agradecer o esforço de vocês e pedir que continuem firmes na fiscalização. A disputa está difícil e a gente não pode esmorecer um minuto. Um abraço em todos os companheiros. Boa noite”.

Valdete não conseguiu dizer nada antes de voltar a ouvir a voz do Marcelo. Pensou que era uma das típicas brincadeiras de um horário como aquele: uma e trinta da madrugada. “Valdete”, disse Marcelo, “não perca o rumo. Vamos conferir os números. Agora dobrado, porque não é toda hora que o Lula aparece por aqui de madrugada para falar com a gente”. Só então reconheceu o dono da voz rouca. Foi uma alegria adicional à vitória do primeiro turno.

Por infelicidade, essa não foi a experiência que o Paulo Fontes, outro membro da equipe de contatos do comitê nacional, viveu na noite do dia 18 de dezembro, na contagem dos votos do segundo turno. O companheiro de Lençóis Paulista, em São Paulo, transmitia os dados das diversas urnas do município

e os resultados eram angustiosamente desfavoráveis a Lula. A cada boletim lido cresciam os comentários de dor e frustração do companheiro: “Não é possível. Nós fizemos tudo direito. Trabalhamos duro. Onde é que a gente errou?”

Pouco adiantaram os esforços para animá-lo. Do lado de lá do fio o desespero foi crescendo até, junto com o último boletim, explodir em soluços descontrolados. Foi um choro sentido, o choro do sonho desfeito.

6. Um doce sabor de vitória

As elites já não podem ter certeza de deter a hegemonia sobre a sociedade brasileira. Grande parte da população, dos estratos sociais mais baixos e das chamadas classes médias, já não aceita sua influência. Coloca em dúvida seus valores, questiona sua dominação e quer mudar as relações que predominam no país. É impressionante o espírito de vingança dos pobres contra os ricos, que transparece mais, por paradoxal que seja, justamente naqueles que votaram no candidato do Império.

Isso obriga as elites a realizar uma disputa ideológica e política para a qual não estavam acostumadas. Não que tenham descurado disso, que tenham deixado de usar eficazmente os meios de comunicação e seus instrumentos de hegemonia e dominação ideológica. A escola, a universidade, a família, as igrejas, a imprensa, as artes, sempre transmitiram, predominantemente, a ideologia do conformismo, do sempre foi assim e sempre será, do uns mandam e

os outros obedecem e do governo tudo pode. Ou que tenham esquecido de usar, no momento certo em que se apresentou o perigo da perda da hegemonia e do poder político, o aparelho estatal coercitivo para esmagar a rebeldia dos de baixo. Não, nada disso foi esquecido.

Jamais como agora o poder e a influência desses aparatos de transmissão ideológica e do Estado foram tão poderosos, ou modernos, como gostam alguns. Por outro lado, jamais a burguesia brasileira teve tantos frenesis de contentamento com as mudanças que estão ocorrendo no leste socialista. Ou viveu tantos paroxismos de alegria como os decorrentes da queda do Muro de Berlim e a introdução da economia de mercado naqueles países. Nem intensificou tanto como atualmente a campanha anticomunista para contrapor-se à proposta socialista do PT.

O problema não é esse. Se fosse, o Império não estaria correndo o perigo de perder a hegemonia, nem seu candidato e agora presidente teria que apresentar-se, à revelia de parte considerável das elites, como vingador dos pobres. Nem teria que fingir roubar algumas das bandeiras que sempre pertenceram aos setores populares. Ou viver a contradição de aparentar uma postura contrária às elites, até mesmo penalizando algumas das hostes do Império, para dar a impressão de que penaliza a toda a sociedade e, com isso, manter a aura de vingador dos descamisados. Nem teria que se dispor a arrancar das elites os anéis, se for necessário, para que não percam os dedos.

O problema, na realidade, é que os pobres – os de baixo, os explorados e oprimidos, os de baixa renda e sem instrução, os marginalizados, englobando a maioria da população brasileira, mais miserável do que os miseráveis da Índia –, mesmo não sabendo direito o que querem, já começam a descobrir o que não querem. Já começam a não querer continuar convivendo com antagonismos de riqueza e pobreza tão gritante num país que se considera a oitava economia do mundo capitalista.

Embora não tenhamos conseguido enfrentar a campanha anticomunista de forma ofensiva, nem defendido nossa proposta socialista democrática com a nitidez necessária, para essa população pobre que vive sob o tacão do capitalismo este é muito mais negativo do que qualquer símbolo distorcido do socialismo. O muro da miséria brasileira é de uma realidade muito mais pungente do que qualquer Muro de Berlim.

Por isso, mesmo os que não despertaram, os que acreditaram nas mentiras, os que embarcaram nas promessas *colloridas* de uma vida melhor, os que pensaram ter sua poupança a salvo do calote com a derrota do Lula, todos esses, em sua grande maioria, querem satisfeita a sua ânsia de mudanças. É verdade que, no governo Collor, serão feitas mudanças para manter tudo como antes. Mas não são as mudanças desejadas por essa massa de milhões. Eles não querem simplesmente que novas elites suplantem as antigas, enquanto se mantém o mesmo processo de espoliação dos milhões e milhões de brasileiros que vejetam no limiar da miséria.

Collor aguçou demasiadamente as expectativas. Fez promessas e promessas, empenhou sua palavra com gestos marcantes que ninguém esquece. Com isso venceu. Mas ele próprio sabe que não é vingador dos pobres e descamisados. Sabe os mil laços de interesses que o ligam, umbilicalmente, aos capitalistas internacionais e a setores econômicos poderosos. Sabe que seus planos terão sempre que fingir a proteção dos desprotegidos, mas na prática atenderão aos mesmos interesses egoístas das hostes do Império. Por isso, também terá que exercitar, cada vez mais, a arte da farsa e da macaquice, para manter a atenção popular desviada dos problemas reais, anestesiando-a com o circo presidencial, sem dar-lhe pão para comer.

Por tudo isto, ao rememorar a campanha, ao relembrar a garra da militância e o ânimo, a alegria e a esperança dos milhões de pobres que despertaram para a felicidade, em comparação com a apatia e o gesto mudo e envergonhado dos que depositaram seu voto em Collor, não precisamos chorar sobre o leite derramado. Os que votaram em Lula perderam, merecendo ter vencido. Mas ao perder obrigaram o Império a enredar-se nas contradições que servirão para despertar a metade que ainda tem medo de ser feliz. Com nossa ajuda, é claro.

É isso que nos dá um doce sabor de vitória. E a certeza de que a esperança continua mais viva do que nunca.

Créditos

Neste texto não estiveram presentes nem foram citados com a ênfase merecida muitos dos que participaram da guerra que foi a campanha eleitoral de 1989. Nas novelas e programas de tevê, lacunas desse tipo são supridas pela lista dos créditos que aparece no fecho, lista sempre extremamente maior do que a dos personagens. Infelizmente, não poderei imitar a televisão, já que muito provavelmente a relação de todos os que deveriam ser citados encheria mais páginas do que as deste livro.

De qualquer modo, para não cometer injustiças demasiadamente grandes, é fundamental lembrar a participação, na coordenação nacional, do grupo de apoio jurídico, dos companheiros que garantiram a distribuição de material de propaganda para os estados e daqueles que conseguiram assegurar na administração, um mínimo de funcionamento ordenado no caos que parecia o comitê nacional. Vale a pena reiterar o esforço de todos aqueles que travaram a guerra da mídia no setor de imprensa e dos que, nas equipes de rádio e tevê, souberam usar ao máximo sua criatividade para compensar a carência de meios materiais. E citar, mais uma vez, o desprendimento e a competência dos companheiros da informática e da estatística, que nos fizeram ingres-

sar meio a tapa num campo de suma importância para o PT.

Finalmente, seria necessário escrever outro livro para contar a odisséia que foi suprir a campanha dos recursos financeiros e manter sob controle seu fluxo para as despesas mais importantes. É certo que campanhas como as coletas em porta de fábricas, a venda de material promocional, as contribuições na conta 13.000-1 e outras iniciativas foram fundamentais no processo de arrecadação. Mas a campanha era um sorvedouro sem fim e de nada adiantariam os recursos obtidos se não houvesse uma administração competente deles. Paulo Okamoto, o coordenador das finanças, que o diga.

Avaliação da Campanha Eleitoral Presidencial

Esta avaliação é produto de discussões em duas reuniões da Comissão Executiva Nacional e na reunião do Diretório Nacional de 27 e 28 de janeiro de 1990. Ela incorpora as avaliações feitas pela Coordenação Nacional da Campanha e pelos estados a partir do texto inicial elaborado com base na experiência da CEN, do Comitê e do próprio companheiro Lula.

Introdução

Toda a avaliação das eleições de 1989 faltaria com a verdade caso desconhecesse a significativa vitória política do Partido dos Trabalhadores e da Frente Brasil Popular com os resultados do 1º turno. Mais do que uma vitória eleitoral, ela criou condições para a disputa no 2º turno e a unificação de todo o campo democrático-popular e progressista em torno da candidatura Lula.

Estas eleições foram marcadas por nossa participação militante e politizada e principalmente pela mobilização popular. Foi destacado o papel e a participação dos movimentos sociais, sindical, popular,

agrário, estudantil; das mulheres, negros, índios; das pessoas deficientes.

Não se via no país, desde a luta contra a ditadura, uma participação tão aberta na luta política, como foi a dos intelectuais e artistas, particularmente no 2º turno, em apoio a Lula. Também a Igreja progressista participou e apoiou abertamente desde o primeiro momento a candidatura Lula.

Pelo caráter da disputa e pela linha política de nossa campanha, a sucessão presidencial ganhou as ruas, envolvendo no debate político grandes parcelas da sociedade, em particular os setores organizados, urbanos, apesar do sentido desmobilizador e despolitizante da candidatura Collor.

Desde a campanha das diretas, em 1984, o país não via mobilizações populares e comícios como os realizados pela FBP e depois pelo *Movimento Lula Presidente*. Podemos afirmar, apesar de não termos eleito Lula presidente, que mudamos o quadro político do Brasil e colocamos a luta político-social em outro patamar, mais avançado, mais definido ideologicamente.

Apesar de seus erros e debilidades políticas e orgânicas, em menos de dez anos de existência nosso partido deu uma demonstração de que está preparado para disputar o governo do Brasil. Tem programa, política de alianças, uma ampla base social e, principalmente, uma militância que sempre superou os erros da direção e as debilidades materiais e organizativas do partido.

Foi esta militância e particularmente o companheiro Lula que no 2º turno desempenharam o pa-

pel principal para unificar o campo democrático, popular e progressista, ainda quando as direções dos partidos progressistas e de esquerda discutiam.

Destaque especial tem que ser dado à participação do companheiro Lula nestas eleições, credenciando-se como a maior liderança política e popular do Brasil e principalmente como dirigente político. Em todos os momentos da campanha o companheiro Lula participou e atuou como dirigente partidário, sempre articulado com a direção nacional e o Comitê da Campanha.

Para a esquerda brasileira e os movimentos sociais o saldo destas eleições é surpreendente. Abre-se, pela primeira vez na história do Brasil, a possibilidade real de disputar o poder, construindo uma política de Frente e um programa comum.

Para nosso partido, depois de dez anos de construção e apesar de todos os ataques e campanhas que sofreu, apresenta-se o desafio de ser o dirigente deste processo político e ser capaz de criar uma alternativa ao projeto das classes dominantes brasileiras que afundaram o país na transição conservadora da *Nova República* e agora o lançam na aventura Collor de Mello. Este desafio só será vencido com um projeto democrático de socialismo, uma organização partidária superior e um maior nível de politização, mobilização e organização da classe trabalhadora.

Por tudo isto o sentido desta avaliação tem que ser positivo e visar as disputas políticas de 1990: oposição ao governo Collor, construção partidária, mobilizações sociais, disputa eleitoral para o Congresso Nacional, governos estaduais e assembleias

legislativas e embates das administrações municipais petistas.

É com este sentimento que chamamos toda a militância a fazer uma avaliação das eleições de 89, rigorosa mas positiva, crítica mas generosa, objetiva mas alegre. Que as eleições de 89 sirvam para as vitórias de 90.

Causas gerais ou estruturais

Entre as causas gerais ou estruturais que contribuíram para a vitória de Collor, não podemos deixar de chamar a atenção para o caráter da candidatura Collor, planejada desde o seu início para projetar-se com a imagem de caçador de marajás, antipolítico e firme opositor a Sarney, com o objetivo de esconder sua verdadeira natureza: garantir a continuidade do controle do governo central pelas oligarquias e grupos econômicos que comandaram a transição conservadora.

A imagem de caçador de marajás, inimigo da corrupção, dos usineiros e de Sarney, foi decisiva para a vitória de Collor, principalmente por que visava o eleitorado que o elegeria. Este eleitorado de baixa renda, desorganizado, muitas vezes desempregado ou semi-empregado, morador das periferias dos grandes centros urbanos e do interior, que as pesquisas classificam como C, D e E e que muitas vezes chamamos de “povão”, na verdade é um grande desafio estratégico para nosso partido e para toda a esquerda.

A Collor foi possível atingir este eleitorado graças a uma organização e a um planejamento profis-

sionais de campanha eleitoral, incluindo mais de 100 pesquisas de opinião. Sua estratégia básica, visando atingir esse eleitorado C, D e E e as cidades pequenas jamais foi abandonada em qualquer dos turnos da campanha. Basta analisar sua agenda, comícios, discursos e programas de rádio e TV. Collor não tinha hegemonia sobre os partidos e articulações políticas, mas possuía a hegemonia fundamental sobre os valores comuns da ampla massa. É evidente que esta estratégia só deu certo porque Collor contou com o apoio decisivo e estratégico da *Rede Globo* e de setores importantes do grande empresariado. No 2º turno, quase toda a mídia do país, particularmente as centenas de rádios e jornais do interior, deram suporte a Collor, permitindo-lhe combinar a sua imagem primeiro com o discurso conservador e, depois, anticomunista.

Esse apoio decisivo do poder econômico e dos meios de comunicação permitiu a Collor concentrar sua ação na consolidação do eleitorado popular, desdenhando publicamente o apoio dos empresários, dos militares e de políticos comprometidos com o governo Sarney, partindo do princípio, correto, de que teria o apoio das classes dominantes e da classe média conservadora no 2º turno, por imposição do enfrentamento contra um candidato de esquerda. Para preservar o eleitorado das classes C, D e E e do interior. Collor combinava a adesão conservadora da classe média com o voto do povão, explorando os preconceitos de classe contra Lula e os medos da classe média. Na base do anticomunismo, da exploração da religiosidade e de sentimentos nacionais

inconscientes – a imagem da bandeira nacional – somava a maioria do eleitorado conservador do país e criava as condições para unificar em torno de si, no 2º turno, a direita e todos os setores sociais temerosos da esquerda.

Quanto ao PT e à esquerda, suas deficiências estruturais ficaram evidenciadas na falta de um nível mais elevado de organização, no pequeno enraizamento nos setores populares mais pobres da classe trabalhadora e nas cidades pequenas do interior, na insuficiência de nossa rede de jornais e boletins, simplesmente ridícula frente ao poderio dos meios de comunicação à disposição das elites dominantes. A ausência de um jornal nacional foi desastrosa para nosso partido. A própria estrutura de direção de nosso partido é artesanal e amadora, o que se revelou fatal na disputa do 2º turno, quando a tensão e a rapidez dos ataques do adversário não encontraram na estrutura da direção do partido e da campanha meios materiais e condições de trabalho que otimizassem nossa capacidade de resposta rápida e correta, independentemente dos erros políticos que cometemos.

Causas particulares ou conjunturais

Apesar da vitória que significou para nosso partido obter quase 17% dos votos em nível nacional no 1º turno, na coligação Frente Brasil Popular com o PSB e com o PCdoB, estava evidente que não havíamos nos preparado para a possibilidade real de passar para o 2º turno. Já no primeiro turno havíamos

enfrentado graves problemas com a demora na entrada das direções e da estrutura do partido na campanha eleitoral, revelando que a própria experiência de Comitês de Campanha à parte da direção partidária precisa ser reavaliada.

No segundo turno não fomos capazes de definir uma estratégia para a agenda e mesmo para a TV e o rádio com rapidez e precisão. A direção política do partido envolveu-se na articulação das alianças com o PDT, PCB, PSDB e setores progressistas do PMDB, assim como dos setores sociais que haviam apoiado outras candidaturas no 1º turno, demorando em encontrar uma linha de programação para a TV e particularmente para a agenda do companheiro Lula, se bem que as indefinições do PSDB e as dificuldades com o PDT também tenham sido responsáveis por estas falhas.

Nossa estrutura de direção mostrou-se débil e amadora nas respostas às necessidades do 2º turno. Demoramos a avaliar o perfil do voto no 1º turno e os objetivos político-eleitorais – de voto – no 2º turno, o que explica em parte os vaivéns da agenda e nosso erro ao sobrecarregar a agenda do Lula às vésperas do debate final.

Nossa política em relação ao rádio e à TV avançou consideravelmente em comparação com as eleições de 82,85, 86 e 88, inclusive porque nos beneficiamos das experiências e avanços dos anos anteriores. Mesmo assim falhamos ao não dar ao rádio a importância devida, particularmente para atingir o eleitorado de baixa renda e as cidades do interior – e isto foi grave.

No caso da TV, apesar da disposição e integração da equipe de TV com as direções políticas do PT e da FBP, faltou muitas vezes o acompanhamento político por parte dessas direções.

Por outra parte, se é verdade que, comparativamente ao PDT e PSDB, passamos para o 2º turno por nossa estrutura partidária nacional, militante e articulada com os movimentos sociais mais organizados, entre outras causas, também é verdade que as falhas existentes nessa estrutura partidária pesaram como fator conjuntural. Representaram insuficiências graves no curso da campanha, em particular, nossa ausência nas cidades pequenas e no eleitorado de baixa renda e a falta de um jornal nacional.

Foram igualmente importantes e precisam ser destacadas as falhas da direção nacional do partido e da campanha no final do 2º turno, particularmente nossa incapacidade em responder aos vários ataques do adversário. A direção dispersou-se em tarefas específicas, falhando na estruturação de um comando central ou na organização da direção de tal forma que ela fosse capaz de fazer a avaliação estratégica da campanha e do adversário sem cair no ativismo e no trefismo que caracterizaram o final da campanha. Estes erros prejudicaram consideravelmente a preparação dos programas de TV, da linha política da campanha e do debate final.

Avaliamos mal a estratégica do adversário, depois de sua derrota no debate de 4 de dezembro. Iniciamos a última fase da campanha supondo que Collor e sua equipe estavam em crise e perdidos quando na verdade eles superaram a crise com uma linha de ataque que subestimamos durante todo o 2º turno.

Subestimamos o papel do anticomunismo, da exploração do sentimento religioso de nosso povo, de seu sentimento nacional expresso em nossa bandeira e principalmente a exploração caluniosa que Collor fez de nosso programa econômico, propagando por todo o país que expropriaríamos a propriedade individual dos cidadãos e sua poupança e estatizaríamos toda a economia.

Falhamos ao não responder de forma mais global e articulada a esses ataques do adversário, seja nos programas de TV, seja na linha da propaganda, do discurso da campanha e particularmente no último debate.

Mais grave foi nossa incapacidade de capitalizar e explorar ao máximo aquilo que para o PT é uma confirmação de nossas avaliações sobre o socialismo e os regimes da Europa Oriental e mesmo da URSS. Nosso partido nasceu sob o signo do socialismo democrático e do repúdio ao stalinismo e ao socialismo burocrático. Apoiou o Solidariedade na Polônia e não tem compromissos com a ortodoxia ou com os modelos de partido único, imprensa oficial e burocratização do poder com a fusão do partido com o Estado. Sempre defendemos as liberdades e os direitos políticos e civis e foi por isso mesmo que nos opusemos firmemente à repressão dos novos mandarins de Pequim.

As mudanças na Europa Oriental e na URSS deveriam ter sido expostas na campanha e especialmente na TV como uma verdadeira revolução popular, com todo o apoio do PT e da FBP. Nossas definições ideológicas, a subestimação do anticomunismo e,

em certo sentido, nossa aliança com o PCdoB nos levaram à defensiva. Não nos apresentamos com nitidez para a classe trabalhadora com relação a que tipo de socialismo defendemos para o Brasil.

Outra questão que precisa ser analisada em âmbito nacional com mais atenção e espaço é a das alianças no 2º turno. É evidente que ela foi, de maneira geral, correta. Entretanto, erramos ao deixar que fosse apresentada pela imprensa e por nosso adversário como uma aliança que nos levava a abandonar o programa de governo da FBP e nos levava a abandonar o programa de governo da FBP e nossas diferenças com os adversários do 1º turno, depois aliados.

A linha de ataque que Brizola desenvolveu no 1º turno contra a candidatura Lula acabou por dar argumentos e credibilidade aos ataques de Collor a nossa aliança com o PDT no 2º turno. O próprio comportamento de Brizola com relação ao nosso vice, senador Bisol, criou condições para um ataque frontal de nosso adversário, que atingiu seu ponto alto no último debate.

Ao lado de tudo isso, se é verdade que Brizola, Arraes e Roberto Freire nos apoiaram no 2º turno sem exigências ou condições, também é verdade que a posição do PSDB foi dúbia – particularmente em São Paulo sua direção não entrou na campanha –, ficando a reboque das bases do PSDB em todo país e mesmo de suas bancadas e lideranças intermediárias. O atenuante para esta posição é o caráter antipetista conservador e anticomunista de parte do eleitorado do PSDB, amedrontado com o terrorismo

barato promovido por Collor e pela mídia de São Paulo, em especial os jornais da família Mesquita e o programa *Ferreira Neto*.

É preciso também avaliar o peso das alianças regionais e locais no 2º turno, já que nem sempre soubemos articulá-las de acordo com nossos objetivos eleitorais e políticos nacionais.

Por fim, devemos sempre destacar e denunciar o papel relevante do apoio que Collor recebeu da direita conservadora, da Rede Globo e do poder econômico na última semana. Foi este apoio que possibilitou sua campanha difamatória contra Lula e o uso da edição do debate pelo *Jornal Nacional* para reforçar uma imagem negativa do candidato do PT e da FBP. A exploração do episódio Miriam Cordeiro, do seqüestro do empresário Abílio Diniz e o apoio obtido por Collor da maioria dos meios de comunicação foi decisivo para reverter a tendência do eleitorado, particularmente dos indecisos e da classe média.

O debate final merece uma avaliação à parte e particular, mas fica registrado que erramos na estratégia de abordagem do adversário e a linha do debate, além de sobrecarregarmos a agenda do companheiro Lula nas 48 horas que antecederam o evento.

Para concluir, é preciso avaliar o papel das prefeituras na sucessão presidencial, sem desconsiderar o cerco, boicote e ataque da maioria da imprensa e das forças políticas às nossas administrações. De maneira geral, não há evidência de que as administrações municipais petistas tenham pesado de maneira determinante no voto do 1º turno ou que o

eleitorado tenha votado no 2º turno em função de sua atitude frente a essa administração. Com exceção da cidade de São Paulo, onde se concentrou todo o ataque contra as administrações petistas, não parece que estas foram um fator importante na decisão do eleitorado, o que não exclui a análise do papel que poderiam ter tido no crescimento da candidatura Lula no 1º turno e mesmo na disputa do eleitorado de baixa renda das capitais e grandes cidades que governamos, particularmente no estado de São Paulo.

O importante é não misturarmos a avaliação necessária das administrações petistas e o balanço político em nível municipal com a discussão e avaliação da campanha eleitoral e cairmos no simplismo de atribuir o resultado eleitoral à questão municipal. Isto não pode, entretanto, fazer com que deixemos de considerar o nosso desempenho eleitoral nas cidades onde dirigimos as prefeituras. É preciso levar em conta que a votação de Lula, tanto no 1º quanto no 2º turno, não foi boa nessas cidades, com as exceções conhecidas.

Esse fato deve nos levar a tentar analisar, nessas cidades, os fatores particulares – desempenho das prefeituras, organização e funcionamento do PT e atuação local do movimento sindical e popular – que influíram negativamente nos resultados eleitorais. Em alguns locais é inegável que o desempenho real ou propagandeado da prefeitura teve efeitos negativos. Mas também é inegável que em outros o PT perdeu força em áreas e zonas específicas, comparativamente aos resultados de outras eleições, o que

indica erros e deficiências de construção partidária, organização e atuação política do partido.

Conclusão

Sem desconsiderar os erros políticos que cometemos e a derrota no campo eleitoral, é necessário que nossa avaliação qualifique nossa participação na disputa presidencial como importante vitória política. A partir de agora nossa referência histórica passa a ser os 16% obtidos no 1º turno e nossa capacidade de reunificar o campo da esquerda, democrático e progressista, na luta contra a direita.

O que se coloca para o PT é dar-se conta do significado dessa capacidade, vencendo os novos desafios que estão postos diante de si.

Diretório Nacional
27 e 28 de janeiro de 1990

SOBRE O AUTOR

WLADIMIR POMAR nasceu em Belém do Pará, a 14 de julho de 1936, filho de Pedro Pomar e Catarina Torres. Desde os cinco anos, conheceu a vida da clandestinidade, pela perseguição que a polícia do Estado Novo de Vargas movia às atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual seu pai era membro.

Começou a trabalhar aos doze anos, como aprendiz de linotipista, ao mesmo tempo que fazia o ginásio. Depois trabalhou como repórter e redator nos jornais *Tribuna Popular* e *Classe Operária*. Foi colaborador do jornal *Movimento*, diretor do *Correio Agropecuário*, além de repórter e diretor editorial de *Brasil Extra*.

Adquiriu formação técnica e trabalhou como técnico de planejamento e manutenção de máquinas pesadas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) e Conselheiro Lafaiete (MG). Foi engenheiro de serviços da General Electric, no setor de locomotivas, tendo trabalhado junto às estradas de ferro Leopoldina (RJ) e Leste-Brasileira (BA). Também trabalhou como engenheiro de manutenção da Cerâmica do Cariri.

Militante político desde 1949, quando ingressou no PCB, Wladimir Pomar atuou inicialmente no movimento estudantil secundarista. Em 1951, estudou ajustagem mecânica no Senai, trabalhou na Arno e participou no movimento sindical metalúrgico.

Em 1962, fez parte do movimento que deu origem ao PCdoB. Em 1964, foi preso na Bahia, por ação de resistência ao golpe militar. Solto no final deste ano, devido a *habeas corpus*, foi julgado e condenado à reclusão.

Depois de 1964, colaborou com a imprensa partidária e desenvolveu suas atividades políticas principalmente no interior de Goiás e do Ceará, aqui entre os sindicatos de trabalhadores rurais.

Viveu clandestinamente até 1976, quando foi preso novamente. Desta vez, durante uma ação militar que assassinou três dirigentes do PCdoB, no bairro da Lapa (SP), um dos quais seu pai.

Foi libertado pouco antes da Anistia, em 1979. Neste mesmo ano, desligou-se da direção do PCdoB e ingressou no Partido dos Trabalhadores.

Entre 1984 e 1990, integrou a executiva nacional do PT, onde foi responsável pela secretaria nacional de formação política, atividade que acumulou com a coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. Durante as eleições presidenciais de 1989, foi coordenador-geral da campanha Lula.

Wladimir Pomar é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp); *Chi-*

na: *desfazendo mitos* (Editora Página 13 & Editora Publisher).

É autor, também, de uma trilogia sobre a teoria e a prática das tentativas de construção do socialismo, ao longo do século 20: *Rasgando a cortina* (Brasil Urgente), *Miragem do mercado* (Brasil urgente) e *A ilusão dos inocentes* (Scritta).

Outra vertente de suas obras aborda a história do Brasil e da esquerda brasileira. É o caso de *Araguaia, o partido e a guerrilha* (Brasil Debates) e de *Pedro Pomar: uma vida em vermelho* (Xamã); *Quase lá, Lula e o susto das elites* (Brasil Urgente) e *Um mundo a ganhar* (Viramundo); *O Brasil em 1990* e *Era Vargas: a modernização conservadora* (Ática).

Nos últimos trinta anos, publicou e deu entrevistas para diversos jornais e revistas, colaborando regularmente com o *Correio da Cidadania* e com a revista *Teoria e Debate*.

Grande parte de seus textos ainda não foi organizada para consultas, nem publicado em formato de livro. É o caso do romance inédito *O nome da vida*. No prelo, uma coletânea de seus textos políticos. Nos planos de médio prazo, um estudo sobre a dialética marxista.

Casado com Rachel, é pai de três filhos, avô de 11 netos e 2 bisnetos.

Livros de Wladimir Pomar

Araguaia, o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

O enigma chinês: capitalismo ou socialismo. São Paulo: Alfa-ômega, 1987.

Quase lá, Lula o susto das elites. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

Rasgando a cortina. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

A miragem do mercado. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

A ilusão dos inocentes. São Paulo: Scritta, 1994.

O Brasil em 1990. São Paulo: Editora Ática, 1996.

China, o dragão do século XXI. São Paulo: Editora Ática, 1996.

Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista. São Paulo: Viramundo, 2002.

Pedro Pomar: uma vida em vermelho. São Paulo: Xamã, 2003.

Era Vargas: a modernização conservadora. São Paulo: Editora Ática, 2004.

A revolução chinesa. São Paulo: Unesp, 2004.

Pedro Pomar: um comunista militante. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

China: desfazendo mitos. São Paulo: Editora Página 13, 2009.